

INTER
FACES
CIENTÍFICAS

EDUCAÇÃO

NÚMERO TEMÁTICO

PEDAGOGIAS TRANSGRESSORAS

GRUPO TIRADENTES

Conselho de Administração

Jouberto Uchôa de Mendonça
Amélia Maria Cerqueira Uchôa
Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior
Luiz Alberto de Castro Falleiros
Mozart Neves Ramos

Superintendente Geral

Luciano Kliemaschewsk

Vice-Presidente Acadêmico

Temisson José dos Santos

Vice-Presidente de Relações Institucionais

Saumíneo da Silva Nascimento

Diretora da Editora Universitária Tiradentes - Edunit

Cristiane de Magalhães Porto

Diretora de Planejamento e Qualidade Acadêmica

Paloma Santana Modesto

Instituições



EXPEDIENTE

Cristiane Porto
Editora Científica

Alexandre Chagas
Editor Gerente

Cristiano Ferronato
Editor Executivo da Revista Interfaces Científicas – Educação

Ane Luise Silva Mecnas Santos
Editora Assistente da Revista Interfaces Científicas – Educação

Denise Bastos, Eder Luis Santana, Izaura Cruz, Ramon Fontes
Organizadores Número Temático

Ana Regina Messias
Revisão de Língua Portuguesa

Helena Ribeiro
Revisão de Língua Espanhola

Aline Otaviano
Revisão de Língua Inglesa

Igor Bento
Produtor Editorial

161 Revista Interfaces Científicas – Educação –
vol.11, n.1. - 2021 Aracaju -
Grupo Tiradentes – Edunit.

Número Temático

ISSN IMPRESSO - 2316-333X
ISSN DIGITAL - 2316-3828
DOI: 10.17564/2316-3828

1.Educação. I. Grupo Tiradentes. II. Periódicos. III
Número Temático

CDU: 37(063)

Apoio - Programa de
Pós-Graduação em Educação



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO/CONTATOS

<https://periodicos.set.edu.br>

Editora vinculada a Associação
Brasileira de Editores Científicos



EDITORA UNIVERSITÁRIA TIRADENTES

Av. Murilo Dantas - 300 - Farolândia
Bloco F - Sala 11 - 1º andar
CEP 49032-490, Aracaju/SE

Telefone: (79) 3218 2138
E-mail: editora@unit.br
<https://editoratiradentes.com.br>



Os trabalhos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.
Permitida a reprodução, total ou parcial, desde que citada a fonte.
Solicita-se permuta/exchanges dedired.



Atribuição - Compartilha
Igual CC BY-SA

CONSELHO CONSULTIVO

Essa publicação contém artigos produzidos na conclusão do Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade na Educação, organizado pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCus) e coordenado pelos professores Dr. Djalma Thürler e Dr. Leandro Colling, na Superintendência de Educação a Distância (SEAD) da Universidade Federal da Bahia (UFBA)/CAPES/UAB.

Comissão de Publicação - Pedagogias Transgressoras Vol. 1
Dr^a Denise Bastos (Secretaria de Educação do Estado da Bahia)
Me. Eder Luis Santana (UFBA/PósCultura – IHAC)
Dr^a Izaura Cruz (UFBA/Faculdade de Educação)
Me. Ramon Fontes (UFBA/PósCultura – IHAC)

SUMÁRIO

• 7 •

EDITORIAL - MULHERES E EDUCAÇÃO NO ESPAÇO LUSO-BRASILEIRO

Josineide Siqueira de Santana | Marcia Terezinha J. Oliveira Cruz | José Eduardo Franco | Cristiano Ferronato

• 11 - 33 •

A LENTA AFIRMAÇÃO DA MULHER NOS IDEÁRIOS SOCIOEDUCATIVOS: EDUCAÇÃO FEMININA NOS INTELCTUAIS ILUMINISTAS NO SÉCULO DAS LUZES EM PORTUGAL

THE SLOW AFFIRMATION OF WOMEN IN SOCIO-EDUCATIONAL IDEALS: WOMEN'S EDUCATION ACCORDING TO ENLIGHTENMENT INTELLECTUALS IN THE AGE OF ENLIGHTENMENT IN PORTUGAL

LA LENTA AFIRMACIÓN DE LAS MUJERES EN LAS IDEARIAS SOCIOEDUCATIVAS: EDUCACIÓN FEMENINA EN INTELCTUALES ILUMINISTAS EN EL SIGLO DE LAS LUZES EN PORTUGAL

Susana Mourato Alves-Jesus | José Eduardo Franco

• 34 - 46 •

A CONSTRUÇÃO DO FEMININO EUROPEU NOS SÉCULOS XVIII E XIX: CONTRIBUIÇÕES DA MARQUESA DE ALORNA

THE CONSTRUCTION OF THE EUROPEAN FEMININE IN THE 18TH AND 19TH CENTURY: CONTRIBUTIONS OF THE MARQUESA DE ALORNA

LA CONSTRUCCIÓN DEL FEMENINO EUROPEO EN LOS SIGLOS XVIII Y XIX: CONTRIBUCIONES DE LA MARQUESA DE ALORNA

Gislaine A. Valadares de Godoy

• 47 - 58 •

A NÃO ASSINATURA: LEONOR RODRIGUES FRAGA — CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY (1752)

NON-SIGNATURE: LEONOR RODRIGUES FRAGA - CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY (1752)

NO FIRMA: LEONOR RODRIGUES FRAGA - CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY (1752)

Vera Maria dos Santos

• 59 - 68 •

“ANTEPASSADOS MEUS COM OS ACONTECIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS”: ISABEL GONDIM E A ESCRITA DA REVOLUÇÃO DE 1817

“MINE ANCESTORS WITH REVOLUTIONARY EVENTS”: ISABEL GONDIM AND THE WRITING OF THE REVOLUTION OF 1817

“ANCESTORES MÍOS CON ACONTECIMENTOS REVOLUCIONARIOS”: ISABEL GONDIM Y LA ESCRITURA DE LA REVOLUCIÓN DE 1817

Ane Luíse Silva Mecnas Santos | Cristiano Ferronato

• 69 - 81 •

PRESCRIÇÕES MÉDICAS PARA A VIDA SOCIAL DA MULHER: O CASAMENTO COMO MEDIDA HIGIÊNICA (SÉCULO XIX)

MEDICAL PRESCRIPTIONS FOR WOMEN'S SOCIAL LIFE: MARRIAGE AS A HYGIENIC MEASURE (19TH CENTURY)

PRESCRIPCIONES MÉDICAS PARA LA VIDA SOCIAL DE LA MUJER: EL MATRIMONIO COMO MEDIDA HIGIÉNICA (SIGLO XIX)

Juselice Alves Araújo de Alencar | Joaquim Tavares da Conceição

SOB OS RAIOS DA REPÚBLICA: MULHERES PIONEIRAS NO ENSINO SUPERIOR JURÍDICO NO BRASIL E EM PORTUGAL

UNDER THE RAYS OF THE REPUBLIC: PIONEERING WOMEN IN LEGAL HIGHER EDUCATION IN BRAZIL AND PORTUGAL

BAJO LOS RAYOS DE LA REPÚBLICA: MUJERES PIONERAS EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR JURÍDICA EN BRASIL Y PORTUGAL

Marcia Terezinha J. O. Cruz | Ana Marcella de Carvalho

• 82 – 96 •

Laura Amazonas: O Silêncio e a Obra Educativa

Laura Amazonas: The Silence and Educational Work

Laura Amazonas: El Silencio y Labor Educativa

Rosemeire Siqueira de Santana | Josineide Siqueira de Santana

• 97 – 108 •

Pedagogia e Didática de Judith Leão Castello na Formação de Professores no Espírito Santo (1930-1937)

Judith Leão Castello's Pedagogy and Didactics in Training Teacher's in Espírito Santo (1930-1937)

Pedagogía y Didáctica de Judith Leão Castello en la Formación de Docentes en Espírito Santo (1930-1937)

Rafaelle Flaiman Lauff | Regina Helena Silva Simões

• 109 – 119 •

Propostas de Ensino Dissonantes para Meninas e Jovens Brasileiras, nas Primeiras Décadas do Século XX

Different Education Proposals for Brazilian Girls and Young Women, in the First Decades of the XX Century

Propuestas de Enseñanza Dissonantes para las Niñas y Jóvenes Brasileñas, en las Primeras Décadas del Siglo XX

Anamaria G. Bueno de Freitas | Joelza de Oliveira Santos | Walna Patrícia de O. Andrade

• 120 – 133 •

Reflexões sobre Educação, Família, Casamento e Condição Feminina em um Divórcio, de Sarah Beirão

Reflections upon Education, Family, Marriage, and Women Status in um Divórcio, by Sarah Beirão

Reflexiones sobre la Educación, la Familia, el Matrimonio y la Condición de la Mujer en um Divórcio, de Sarah Beirão

Michelle Thalyta Alves | Aldinida Medeiros | Isabel Lousada

• 134 – 151 •

“A História na Face do Tempo”: O Pensamento Folclórico de Núbia Marques

"History on the Face of Time": The Folkloric Thought of Núbia Marques

"Historia en la Cara del Tiempo": El Pensamiento Folclórico de Núbia Marques

Magno Francisco de Jesus Santos

• 152 – 161 •

EDITORIAL

MULHERES E EDUCAÇÃO NO ESPAÇO LUSO-BRASILEIRO

Esta edição temática trata da trajetória de brasileiras e portuguesas que, em diferentes tempos e espaços, foram educadas, educaram, romperam preconceitos e lutaram contra a opressão. Contempla textos que versam acerca de modelos pedagógicos, da educação escolarizada e não escolarizada, da educação por meio da escrita literária, jornalística e epistolar, das prescrições para o corpo feminino, assim como de mulheres às quais o direito de aprender foi negado, mas, ainda assim, letraram seus filhos e cuidaram dos negócios da família.

A publicação do dossiê dá corpo a um dos primeiros produtos previstos no âmbito do “Projeto Moiras: o fio da vida educativa em Sergipe”, coordenado pelas Professoras Doutoras Márcia Terezinha Jerônimo Oliveira Cruz e Josineide Siqueira de Santana, pesquisadoras vinculadas à Cátedra de Estudos Globais – Uab/Lisboa-UNESCO; projeto que tem, dentre seus objetivos, reunir intelectuais e pesquisadoras(es) de diferentes instituições e grupos de pesquisa ligados ao ensino superior de Sergipe, com a finalidade de consolidar pesquisas no âmbito da Educação, com ênfase na abordagem histórica. O dossiê materializa, assim, o início da parceria do Projeto Moiras com o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes e a Cátedra de Estudos Globais – Uab/Lisboa-UNESCO.

Os estudos ora apresentados de forma individual, coletiva e interinstitucional, situam-se no campo da História da Educação, em sua ligação com a História das Mulheres e estudos de gênero. Ampliam o escopo do Projeto Moiras ao receber contributos de pesquisadoras(es) do Brasil e de Portugal, que lançaram mão de diferentes metodologias, exploram diversificados contextos e trajetórias nesses dois países, ao longo de três séculos de história, a partir de perspectivas que privilegiaram a circulação transnacional de ideias, as representações sociais, a apropriação e ressignificação de modelos pedagógicos e de práticas culturais.

Nesse sentido, José Eduardo Franco e Susana Mourato Alves-Jesus, refletem sobre **“A lenta afirmação da mulher nos ideários da Reforma Educativa: Educação Feminina nos Pedagogos Iluministas no Século das Luzes em Portugal”**, levando em conta a circulação de ideias no continente europeu e seu ingresso em Portugal, em conexão com o processo de afirmação educacional da mulher portuguesa, considerada como importante elemento para o aperfeiçoamento da sociedade vigente. A partir do uso dos escritos de Bardin (2009), Gislaine A. Valadares de Godoy, no artigo **“A construção do Feminino Europeu nos séculos XVIII e XIX: Contribuições da marquesa de Alorna para a emancipação do pensamento das mulheres”**, apresenta os princípios educativos femininos sugeridos pela Marquesa de Alorna em um cenário no qual Portugal começa a incorporar os novos paradigmas europeus no tocante à educação da mulher, em contraposição ao modelo de educação proposta às mulheres daquele tempo: senhoras do lar, mães e exímias esposas. Em

“A não assinatura: Leonor Rodrigues Fraga – Capitania de Sergipe Del Rey (1752)”, Vera Maria dos Santos, analisa a situação da mulher na sociedade colonial no Nordeste brasileiro que, mesmo declarada incapaz, passava à condição de chefe de família quando do falecimento de cônjuge, com a responsabilidade de educar os filhos órfãos e administrar os negócios da casa e da família, passando a construir uma ordem paralela à masculina.

“Antepassados meus com os acontecimentos revolucionários”: Isabel Godim e a escrita da Revolução de 1817”, de Ane Luíse Mecenas e Cristiano Ferronato, delinea a figura da professora e intelectual Isabel Urbana Carneiro de Albuquerque Gondim que, por meio do livro “Sedição de 1917”, problematiza a construção da concepção de história, sua narrativa, assim como, a produção de leituras relativas ao passado, a fim de serem transmitidas de forma inteligível e sensível ao corpo discente. Por meio das **“Prescrições Médicas para a vida social da mulher: O casamento como medida higiênica (Século XIX)”**, Juselice Alves Araújo de Alencar e Joaquim Conceição Tavares”, apresentam as prescrições médico-higiênicas para a vida diária de mulheres, especialmente, no exercício do matrimônio, tomando como fonte principal teses médicas defendidas na Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX, estudos a partir dos quais era inculcada socialmente a ideia do casamento como medida profilática para a saúde feminina.

“Sob os raios da República: Mulheres pioneiras no ensino superior jurídico no Brasil e em Portugal”, de autoria de Marcia Terezinha Jerônimo Oliveira Cruz e Ana Marcella de Carvalho, problematiza o percurso acadêmico e profissional de três mulheres no âmbito do Direito, no espaço luso-brasileiro, entre o final do século XIX e segunda década do século XX: Myrthes Gomes de Campos, primeira advogada brasileira; Alice Ferreira Cardoso, primeira mulher de Sergipe a obter formação jurídica e Regina Quintanilha, primeira estudante mulher na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Evidenciam, em um cenário marcado por transformações políticas, trajetórias entrecortadas por desafios e superações em um campo até então ocupado exclusivamente por homens. No artigo **“Laura Amazonas: O silêncio e a obra educativa”**, Rosemeire Siqueira de Santana e Josineide Siqueira de Santana, dialogam a respeito da figura da Doutora Laura Amazonas, seu aporte em diversos setores da sociedade sergipana, de modo especial, na área da educação e saúde, por meio de sua formação como odontóloga e seu trabalho educativo na instituição espírita “Casa do Pequenino”. Indagam os motivos que levaram ao silêncio em torno de sua laboração.

A atuação da Professora Judith Leão Castello é apresentada no artigo: **“Pedagogia e a didática de Judith Leão Castello na formação do magistério capixaba na década de 1930”**, de autoria de Rafaelle Flaiman Lauff e Regina Helena Silva Simões, por meio do qual são focalizadas as práticas educativas empreendidas e a mediação cultural realizada por essa professora na Escola Normal Pedro II (ENPII) de Vitória, Espírito Santo, na década de 1930, levando em conta a formação do magistério em moldes tradicionais católicos, a orientar a identidade e o comportamento das(os) professoras(es) capixabas, e as ações da Liga da Bondade, na ENPII.

Em **“Propostas de ensino dissonantes para meninas e jovens brasileiras, nas primeiras décadas do século XX”**, as autoras Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, Joelza de Oliveira Santos e Walna Patrícia de O. Andrade, investigam no contexto de implantação de Grupos Escolares e do

aumento de vagas em escolas primárias nas capitais e no interior do Brasil, nas primeiras décadas do século XX. A investigação focaliza propostas dissonantes de ensino e de formação de meninas e jovens que objetivavam prepará-las para o universo doméstico e para o bom desempenho dos papéis de mãe e esposa.

No artigo **“Divórcio. Reflexões sobre família, casamento e condição feminina num romance de Sarah Beirão”**, Michelle Thalyta Alves, Aldinida Medeiros e Isabel Lousada, realizam uma leitura analítica do romance *Um Divórcio* (1950), de Sarah Beirão, tendo como centralidade a dissolução matrimonial e a condição feminina. O estudo tem como foco o casamento no modelo da família tradicional burguesa, na década de 50 do século passado, no qual a escolha do marido ainda não era inteiramente um direito da mulher. Em **“A história na face do tempo”: O pensamento folclórico de Núbia Marques”**, Magno Francisco de Jesus Santos, apresenta uma intelectual sergipana de muitas faces: professora universitária, integrante da Academia Sergipana de Letras e entusiasta dos estudos folclóricos, Núbia Marques tornou-se uma importante voz no reconhecimento do protagonismo histórico das camadas populares nas décadas finais do século XX. Em seu artigo, o autor mobiliza a sua face folclorista, por meio de conexões entre sua escrita e a atuação na construção de políticas públicas.

Em seu conjunto de trabalhos, o dossiê **“Mulheres e Educação no Espaço Luso-Brasileiro”** apresenta, em fractais, a situação da mulher em sua ligação com o fenômeno educativo, a partir da qual é possível realizar uma vivida viagem por inusitadas paisagens e cenários históricos.

Boa leitura!

Organizadoras(es)

Josineide Siqueira de Santana

Cátedra Estudos Globais – Uab/Lisboa / CIHSP- Unesco

Marcia Terezinha J. Oliveira Cruz

Cátedra Estudos Globais – Uab/Lisboa / CIHSP- Unesco

Cristiano Ferronato

Universidade Tiradentes

José Eduardo Franco

Cátedra Estudos Globais – Uab/Lisboa / CIHSP- Unesco

EDUCAÇÃO

V.11 • N.2 • Número Temático - 2022

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2022v11n2p11-33

E
INTER
FACES
CIENTÍFICAS

A LENTA AFIRMAÇÃO DA MULHER NOS IDEÁRIOS SOCIOEDUCATIVOS: EDUCAÇÃO FEMININA NOS INTELECTUAIS ILUMINISTAS NO SÉCULO DAS LUZES EM PORTUGAL

THE SLOW AFFIRMATION OF WOMEN IN SOCIO-EDUCATIONAL IDEALS: WOMEN'S EDUCATION ACCORDING TO ENLIGHTENMENT INTELLECTUALS IN THE AGE OF ENLIGHTENMENT IN PORTUGAL

LA LENTA AFIRMACIÓN DE LAS MUJERES EN EL IDEARIO SOCIOEDUCATIVO: EDUCACIÓN FEMININA EN LOS INTELECTUALES ILUMINISTAS EN EL SIGLO DE LAS LUCES EN PORTUGAL

Susana Mourato Alves-Jesus¹
José Eduardo Franco²

RESUMO

É no século XVIII que, em Portugal, incorporando alguns modelos avançados da Europa dita mais progressiva, a mulher começa a ganhar alguma visibilidade e consideração nos ideários e projetos de reforma educativa. Até então a mentalidade vigente considerava que a ação feminina deveria, salvo raras exceções (rainhas, regentes), circunscrever-se à esfera privada (*e.g.* cuidado do lar; maternidade; vida contemplativa). Começa então a mulher a ser considerada como objeto e sujeito de educação, embora diferenciadamente, desde que fosse gizado um “programa” de ensino adequado àquilo que seriam as funções expectáveis para o seu gênero, ou seja, com vista a capacitar e qualificar o seu mais adequado desempenho na missão societal. No entanto, não deixa de ser significativa esta emergente atenção dada ao feminino, também, como ser considerado alvo de formação e defesa da sua utilidade para o aperfeiçoamento da sociedade no seu todo. É esta abertura iluminista à mulher no horizonte educativo, embora em espaço próprio, circunscrito e separado, que prenuncia uma evolução de progressiva entrada da mulher nos espaços educativos, que a contemporaneidade muito mais tarde virá a consagrar como direito humano atendível em paridade com o universo masculino. Neste artigo, vamos identificar e eleger um conjunto de intelectuais representativos do pensamento iluminista português, que concedem um lugar novo à educação feminina, apresentando e analisando a sua fundamentação antro-po-socio-pedagógica no quadro da história dos projetos de reforma da educação, no contexto amplo da sociedade metropolitana portuguesa e das sociedades do império ultramarino, com especial destaque para o caso do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Mulher. Educação. Século das Luzes. Pensamento Pedagógico.

ABSTRACT

In Portugal during the eighteenth century, women began to gain some visibility and consideration within educational projects and reforms, after some of the most advanced models of progressive Europe. Until then, the prevailing mentality considered that women should, with rare exceptions (e.g., queens or regents), be limited to the private sphere (e.g., domestic life, maternity, contemplative life). Thus, women began to be considered as an object and subject of education, albeit in a differentiated way, with an educational “program” appropriate for their expected gender roles in society. However, this new attention given to women is also significant given its value and usefulness for the improvement of society as a whole. This Enlightenment integration of women in the educational system, albeit in their own separate space, foreshadows the progressive integration of women into educational spaces in general. In contemporary times, this access would be considered a human right, on par with the male access to education. In this article, we identify and select a representative group of intellectuals of Portuguese Enlightenment who give a new place to female education, presenting and analyzing its anthropo-socio-pedagogical foundation in the context of the history of education reform projects, in Portuguese metropolitan society and in societies of the overseas empire, with special emphasis on Brazil.

KEYWORDS

Woman. Education. Age of Enlightenment. Pedagogical Thought.

RESUMEN

Fue en el siglo XVIII cuando, en Portugal, incorporando algunos modelos avanzados de la llamada Europa más progresista, las mujeres comenzaron a ganar cierta visibilidad y consideración en las ideas y proyectos de reforma educativa. Hasta entonces, la mentalidad imperante consideraba que la acción femenina debería, salvo contadas excepciones (reinas, regentes), limitarse al ámbito privado (p. Ej., Atención domiciliaria; maternidad; vida contemplativa. Las mujeres pasan entonces a ser consideradas como objeto y sujeto de la educación), aunque de manera diferente, siempre y cuando se

concibiera un “programa” docente adecuado a cuáles serían las funciones esperadas para su género, es decir, con miras a posibilitar y calificar su desempeño más adecuado en la misión social. Sin embargo, esta atención emergente dada a lo femenino también es significativa como objetivo de formación y defensa de su utilidad para la mejora de la sociedad en su conjunto. Es esta Ilustración que se abre a las mujeres en el horizonte educativo, aunque en su propio espacio, circunscrito y separado, lo que presagia una evolución de entrada progresiva de las mujeres en los espacios educativos, que la contemporaneidad consagrará mucho más tarde como un derecho humano que puede ser cumplido a la par con el universo masculino. En este artículo identificaremos y elegiremos a un grupo de intelectuales representativas del pensamiento ilustrado portugués, que dan un nuevo lugar a la educación femenina, presentando y analizando su fundamento antrope-sociopedagógico en el contexto de los proyectos de reforma de la historia de la educación, en el contexto de la sociedad metropolitana portuguesa y las sociedades del imperio de ultramar, con especial énfasis en el caso de Brasil.

PALABRAS CLAVE

Mujer, Educación, Siglo de las Luces, Pensamiento Pedagógico.

Se olharmos por todos os Séculos, e por todos os Países, veremos igualmente as Mulheres igualmente adoradas e oprimidas. O Homem, no mesmo tempo seu escravo e seu tirano, não tem jamais esquecido um só momento de se aproveitar da fraqueza que lhes supõe natural, e abusar da sua injusta e altiva soberba, olhando o animal seu semelhante como de uma espécie inferior, e baixa. Abuso e barbaridade nascida da educação. (TRATADO..., 2013, p. 248)

1 INTRODUÇÃO

No dealbar da Modernidade, marcada por uma nova mundividência cada vez mais global, o tema da educação ganha progressivo relevo nos discursos intelectuais preocupados com a reforma dos estados e das sociedades nos diferentes períodos e correntes culturais.

Os grandes debates e choques de posições doutrinárias resultantes dos projetos de reformas e contrarreformas religiosas no seio do cristianismo europeu ocidental trouxeram consigo a assunção da importância da qualificação intelectual e espiritual por meio da defesa e promoção de uma mais extensa literacia, pelo menos, para oferecer maior acesso a textos religiosos, fosse a própria Bíblia na perspectiva protestante fosse aos catecismos e manuais litúrgicos na perspectiva católica pós-tridentina (FRANCO *et al.*, 2016). Pouco a pouco, emergiu a consciência de que o investimento na educação dependeria da qualificação, do aperfeiçoamento, da reforma das sociedades nos seus diferentes níveis.

Essa consciência torna-se mais aguda e declarada como tópico transversal do pensamento reformista sobre o futuro das sociedades humanas exarados em tratados, relatórios, projetos de reforma, epistolografia, reflexões livres de intelectuais do Século das Luzes. Cada vez mais se exprime a preclara convicção de que uma humanidade melhor e, logo mais feliz, será uma humanidade mais “bem-educada”, mais civilizada e mais progressiva. Pela educação se poderia vencer os inimigos das Luzes: o obscurantismo, as trevas da ignorância, o atraso da cultura e das mentalidades, a menoridade e falta de autonomia dos seres humanos na capacidade de projetar e conduzir a sua emancipação espiritual, intelectual e, até segundo alguns filósofos mais progressistas, a sua emancipação social.

Todavia, se o entendimento dos pensadores da educação do Iluminismo colocou na ordem dos debates eruditos e reformistas a importância axial do ensino formal, não o idealizavam ainda de uma forma extensiva, generalizada e uniforme a toda a sociedade. A sua percepção do papel da educação e da sua oferta era condicionada pela socio-vidência dominante, ou seja, pela sua visão fortemente estratificada em categorias e em papéis sociais na dependência do género, das funções, das ordens e das classes sociais.

A educação era pensada à luz de um conceito tornado critério importante da hierarquia de prioridades e de investimentos perspectivados pelo pensamento das Luzes: a utilidade, fosse ela social, política, religiosa. A economia dos meios e dos modos deveria ser dimensionada em função da sua utilidade, que, não esqueçamos, não se reduzia à ideia materialista de utilitarismo, mas ao serviço da construção da harmonia social e dos seus diferentes setores, na articulação equilibrada entre esfera pública e esfera privada.

É a esta luz que devemos situar o pensamento socioeducativo dos pensadores deste século chamado das Luzes e do lugar da mulher neste contexto.

A utopia de um ensino favorecido pelo Estado para todos e todas, que no séc. XIX se afirmará como ideal a prosseguir politicamente e que no séc. XX se concretizará, em grande medida, nas sociedades democratizadas, estava ainda longe de ser considerada como benéfica e desejável no séc. XVIII. No entanto, o pensamento das Luzes desbrava caminho significativo para colocar grupos sociais no horizonte do investimento sociopolítico da educação, embora de modo diferenciado em função do seu género e função social. É então que o direito da mulher à educação começa a ser equacionado como uma possibilidade, como uma necessidade e como uma vantagem em função do ideal iluminista do aperfeiçoamento das sociedades humanas.

2 A MULHER COMO OBJETO E SUJEITO DE EDUCAÇÃO

Com efeito, durante a Época das Luzes, com a emergência de um novo quadro de valores na entrada para a época contemporânea e, ao mesmo tempo que se repensava o conceito de humanidade, renovada atenção mereceu também a questão feminina. Em grande medida, a figura feminina chegou ao dealbar da época contemporânea definida pelos parâmetros patriarcais de subalternidade.

Ainda que alguns autores, com alguma liberdade, propusessem a figura feminina não apenas em moldes depreciativos e até lhe atribuíssem uma certa preponderância nos seus escritos, a subalter-

nidade da mulher nunca se encontrou colocada em causa, para uma efetiva mudança de paradigma. Será, de facto, no tempo dos Iluminismos que emergirá uma maior preocupação sobre o lugar da mulher na sociedade, sobre a necessidade de afirmação de igualdade entre os sexos, em especial por via da educação. Montesquieu assinalará, nas *Cartas persas*, o seguinte:

Há também a questão de saber se a lei natural submete as mulheres aos homens. Não, dizia-me há dias um filósofo muito galante: a natureza nunca ditou tal lei; o domínio que exercemos sobre elas é uma verdadeira tirania; elas permitiram-no por serem mais meigas do que nós e, por conseguinte, mais dotadas de humanidade e de razão; estas vantagens, que lhes dariam com certeza superioridade se tivéssemos sido razoáveis, obrigaram-nas a perdê-la, porque não o somos. (MONTESQUIEU, 2015, p. 96).

Outros autores, como por exemplo o controverso Choderlos de Laclos, com o seu título *Da educação das mulheres* (1783) (CHODERLOS DE LACLOS, 2002), ou Condorcet, tornaram-se vozes em favor do repensar do lugar da mulher em sociedade. Condorcet, uma das figuras que no séc. XVIII mais se destacou em defesa dos direitos do homem, não deixou de dar particular atenção à questão feminina, empenhando-se, também, com particular compromisso na defesa dos direitos das mulheres. Em *Sur l'admission des femmes au droit de cité* (1790), evidencia:

Or, les droits des hommes résultent uniquement de ce qu'ils sont des êtres sensibles, susceptibles d'acquérir des idées morales, et de raisonner sur ces idées. Ainsi les femmes ayant ces mêmes qualités, ont nécessairement des droits égaux. Ou aucun individu de l'espèce humaine n'a de véritables droits, ou tous ont les mêmes; et celui qui vote contre le droit d'un autre, quels que soient sa religion, sa couleur ou son sexe, a dès lors abjuré les siens. (CONDORCET, 1847, p. 122).

Neste sentido, foram ganhando paulatinamente terreno algumas vozes que sublinham a importância da valorização feminina, por via de uma educação mais cuidada e abrangente. Mary Wollstonecraft foi também uma dentre algumas dessas vozes:

Ao bater-me pelos direitos da mulher, o meu argumento principal está edificado sobre este princípio simples: se não for a educação a prepará-la para ser a companheira do homem, será ela a parar o progresso do conhecimento e da virtude; porque a verdade tem de ser comum a todos ou será ineficaz no que à influência sobre a prática generalizada diz respeito. E como se poderá esperar que a mulher colabore, a menos que ela saiba por que motivo deve ser virtuosa? A menos que a liberdade lhe fortaleça a razão, até que ela compreenda o seu dever, e veja de que maneira ele está ligado ao próprio bem? Se é para as crianças serem educadas de molde a entenderem o verdadeiro princípio do patriotismo, a mãe tem de ser patriota; e o amor à humanidade, do qual brota uma série bem ordenada de virtudes, só pode ser produzido tendo em consideração o interesse moral e civil da humanidade; mas, presentemente, a educação e a situação da mulher excluem-na de tais investigações. (WOLLSTONECRAFT, 2017, p. 29).

Vindicavam-se cada vez mais direitos subjetivos e buscava-se relevância cívica e política para esta metade da humanidade – que afinal haveria ainda de ser obnubilada aquando da aclamação dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789³. Olympe de Gouges apontaria essa falta por meio da elaboração de uma *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, em 1791 (GOUGES, 2010; COLE, 2011, p. 233). Seria decapitada em 1793 (MOUSSET, 2017; AZOULAY, 2016, p. 93).

A valorização da esfera pública e a frequência de diversos espaços de convívio cultural (um pouco também à semelhança do que acontecera com alguma timidez durante a época renascentista [DELUMEAU, 2011, p. 368-372]) permitiram de igual modo um novo olhar em torno da figura feminina (LOUSADA, 1996)⁴.

3 Foi no quadro de Setecentos que a afirmação dos direitos das mulheres, enquanto direitos da humanidade, ganhou destaque, apesar de alguns notórios antecedentes que possibilitam leituras sobre a emancipação no feminino. Localiza-se na época medieval a denominada Querelle des Femmes, com origens apontadas em torno da figura de Christine de Pizan, ou de Marie de Gournay, com o seu escrito *Égalité des hommes et des femmes* (1622). Sobre estas duas autoras e a famosa “querela”, veja-se Vidal (1997, p. 77-93). Para uma perspetiva abrangente sobre a “querela”, veja-se o recente trabalho de Dubois-Nayt, Henneau e Kulesa (2016). Trata-se do último volume de quatro, dedicados em exclusivo a este tema. Os primeiros três volumes são respetivamente os seguintes: Viennot e Pellegrin (2012); Dubois-Nayt, Dufournaud e Paupert (2013); Haase-Dubosc e Henneau (2013). No entanto, apenas no contexto revolucionário de finais do séc. XVIII se tem afirmado a existência de um movimento mais alargado em florescimento e consolidação para a defesa dos direitos das mulheres, num quadro de igualdade perante o género masculino, tendo como uma das suas bases fundamentais a valorização da educação feminina. Sobre este tema em especial, veja-se, e.g., Rodrigues (2011). Nesta dissertação apontam-se em especial as obras de Mary Wollstonecraft, *Thoughts on the education of daughters* (1787), de Catharine Macaulay, *Letters on education* (1790), e de Hannah More, *Strictures on the modern system of female education* (1799), como contributos de relevo para a afirmação dos direitos do feminino, uma vez que também estas autoras “acreditavam que os defeitos tradicionalmente atribuídos às mulheres não eram de natureza biológica, isto é, não eram inerentes à sua condição feminina, mas antes um produto social, fruto da sua educação e do seu lugar no seio da sociedade” (RODRIGUES, 2011, p. 10). Esta necessária mudança de paradigma que se reivindicava articulava-se também com a questão de uma mais alargada participação cívica e política: “Assim, este século assiste a profundas convulsões ao nível da mentalidade social, especialmente no que concerne ao modo como as mulheres eram vistas e ao papel que desempenhavam na sociedade, como prova a controvérsia existente relativamente aos direitos das mulheres, não só a nível educacional (a tónica dominante no início do século), mas também a nível cívico e político, mais óbvio no final do século, muito propiciado pelos ventos revolucionários vindos de França e da América do Norte que incentivavam a mulher a adoptar uma postura mais reivindicativa” (RODRIGUES, 2011, p. 10). No entanto alerta-nos a autora desta tese para a seguinte ressalva: “Há que salientar o facto de Wollstonecraft, Macaulay e More visarem de forma muito clara a mulher da classe média. A mulher da classe trabalhadora detinha uma posição laboralmente activa, mas sem aspirações educacionais ou cívicas. Quer trabalhasse na indústria que tomava já peso significativo, quer na esfera doméstica, a mulher trabalhadora permanecia na dependência masculina familiar e patronal” (RODRIGUES, 2011, p. 30). Para outros trabalhos fundamentais sobre o tema da mulher e dos seus direitos na época dos iluminismos, tenha-se em conta Knott e Taylor (2005). Veja-se ainda a expressão da filosofia no feminino durante a Época das Luzes a partir do contributo recente de Vanoflen (2020).

4 No caso português, Vanda Anastácio refere-nos que estes espaços contavam (em particular as ditas “assembleias”, presididas por mulheres) com diversas figuras femininas de importância destacada no espaço sócio-cultural da época, como a Condessa do Vimieiro, D. Teresa de Mello Breyner (1739-c. 1793), ou Joana Isabel Forjaz de Lencastre (1745-?) (ANASTÁCIO, 2009, p. 37). Denota esta estudiosa que o período de vigência mais destacada destas assembleias se deu durante o tempo do Marquês de Pombal, o qual envidou esforços no sentido da modernização da sociedade da época: “A política do Ministro de D. José I procurou, de facto, modificar a condição feminina no sentido de uma aproximação aos costumes do Norte da Europa. Este aspecto é bem visível, por exemplo, na legislação relativa ao luto das viúvas ou ainda no projecto de inauguração de um ‘passeio público’ aberto às senhoras” (ANASTÁCIO, 2009, p. 41). Veja-se também dois trabalhos mais recentes da mesma estudiosa, de 2010 e de 2015c.

Durante o séc. XVIII, alguns foram os autores portugueses que apresentaram nos seus escritos a figura da mulher vista à luz da época, sendo possível elencar obras e autores que, de alguma forma, trouxeram para primeiro plano o lugar do feminino no enquadramento sociocultural coevo, sintonizando mesmo, em alguns casos, com um certo espírito de valorização e emancipação que fermentava no quadro das ideias e das mentalidades, com especial destaque a partir do tempo de aclamação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento que afinal excluía as mulheres como detentoras desses mesmos direitos que se intitularam de universais.

Francisco Xavier de Oliveira, o Cavaleiro de Oliveira, reservou amplo espaço à descrição dos mais distintos caracteres femininos nos seus escritos epistolográficos e jornalísticos. Este autor tem nas mulheres um dos *topoi* recorrentes da sua escrita, no entanto, descrevendo-as com frequência sob um ponto de vista ambíguo: “Que huma mulher possa ser honesta, fermosa, agradável, e entendida, tambem o creyo, porem que seja o seu Coração’ sem artificio, e o seu entendimento sem extravagancia, nada creyo” (OLIVEIRA, 1742, t. II, p. 38).

São as mulheres para o Cavaleiro ciumentas, naturalmente fracas, lascivas, coléricas⁵; atormentadas e fantasiosas⁶; interesseiras (OLIVEIRA, 1742, t. II, p. 267 ss.)⁷. Atribui, no entanto, o Cavaleiro igualdade entre homens e mulheres no que respeita aos defeitos de ambos: “Espero que não recebaes a minha advertencia como critica, e espero que mostreis esta Carta a Mademoiselle Genoveva, para que se persuada, como sempre lhe digo, que deffendo no que sey a igualdade que se encontra nos deffeitos de ambos os sexos” (OLIVEIRA, 1742, t. I, p. 167).

No entanto, o Cavaleiro, para além do espaço que dedica a falar sobre as características psico-morais do belo sexo, não avança numa direção de emancipação perante a figura masculina, mantendo em destaque o perfil da mulher ideal enquanto mãe, mulher e amante. Numa carta que dedica em exclusivo à educação das mulheres traz-nos à clara luz a defesa da edificação feminina, mas naquele sentido para que sejam boas esposas e mães de família, não sendo necessários mais ensinamentos para além

5 Sobre o ciúme, a fraqueza, a lascívia e a cólera nas mulheres: “O temor de perder o que se ama he muito mais forte no animo das molheres que no dos homens, e sendo a molher naturalmente medrosa, a experiencia nos ensina que em ella sendo Ciosa he summamente destimida. Huma molher instigada do Ciume he muito mais intrépida do que vos na execucao’ de todos os crimes. [...] A molher naturalmente fraca, e precisada a necessitar da companhia, do patrocínio e do governo do homem igualmente o ama, e igualmente teme perde-lo. Sendo ella na minha opiniao’ mais constante do que o homem he em amar, recebe com essa qualidade muito mayores impressoens do que nos dos movimentos do amor, e do Ciume. A lascivia he tambem huma poderosa causa do excesso desta payxao’, e como a molher (falando com o devido respeito) he mais lasciva do que nos por natureza, essa a obriga como por força a ser muito mais ciosa. Finalmente ou sendo a molher ou mais colerica, ou mais facil a enfurecer-se; e sendo certamente o animal em que a raiva, e a ira mais se conserva, essas circunstancias transformando nas occazioens o seu Ciume em loucura, a capacitaó’, e a habilitaó’ à operacao’ das culpas mais horrorosas” (OLIVEIRA, 1742, t. I, p. 124-125). Acrescenta o Cavaleiro: “Perdoe-me o bellissimo sexo que venero, porem não’ sey dizer que haja animal tao’ feroz que tenha a crueldade da molher sendo ciosa” (OLIVEIRA, 1742, t. I, p. 125).

6 Exemplifica o Cavaleiro: “Era, finalmente como a Senhora Condeça, da qualidade daquelas molheres, que parece que so nascêrao’ para faserem desesperar o Genero humano, sendo engenhosas em se atromentarem, e em atromentarem a todos os que vivem com ellas: fallo das que tem sempre a cabeça cheya de visoons, e de fantasias que provaó’ mais os efeitos de hum Coração’ enfermo, que os de hum spirito mal disposto, e que são’ ordinariamente as victimas da sua própria extravagancia, e obstinaçao’” (OLIVEIRA, 1742, t. I, p. 385-386).

7 Em torno dos caracteres das mulheres, veja-se o recente ensaio de Antunes (2015).

destes (OLIVEIRA, 1742, t. I, p. 327). Cavaleiro de Oliveira situa-se na linha do pensamento educativo dominante do Iluminismo que consistia em perspetivar a oferta educativa em função dos papéis sociais atribuídos ao gênero e, noutros níveis, às funções sociais das classes e ordens: nobreza, clero, burguesia emergente, comerciantes, operariado dos ofícios tradicionais e manufatureiros, fossem eles agrícolas, piscatórios e outros. Essa, aliás, foi a esteira seguida pelas célebres reformas da educação josefino-pombalinas nos vários níveis de ensino, na linha do que defendiam pedagogo como António Nunes Ribeiro Sanches na suas emblemáticas *Cartas sobre a educação da mocidade* (SANCHES, 1922).

No entanto, alguns escritos também iam dando nota do modo injusto como as mulheres eram vistas, enquanto desiguais e inferiores aos homens. Silvestre Silvério da Silveira e Silva (pseudónimo), no livro *Governo do mundo em seco* (1748), reserva espaço a referências de interesse enquanto tomadas de consciência acerca do lugar e do tratamento dado às mulheres na sociedade (SILVA, 1748, p. 242-244). Este autor ataca frontalmente a insustentável visão do gênero feminino como gênero submisso e subalterno em relação ao gênero masculino assente num alicerce teológico genesíaco, que precisava ser encarado criticamente:

Ao sexo feminino succedeo este desastre, quando Deos creou a Eva de Adaõ, como se a fizera criada delle; e pois a sobmeteo ao seu mando, e ao seu regimen, que ha de succeder, senaõ desagradarem no que fizerem, por mais que façaõ? O dono de huma casa, quebrando hum copo de preço por onde bebia, castigou a huma criada por ter a culpa, já que lhe não trouxera a agua em hum pucaro de barro. Enfeitaõ-se os homens, que foraõ criados só para Deos e enfeitaõ se as mulheres, que também foraõ criadas para os homens; porém como eles governaõ, ellas he que pagaõ. [...] E se houver homem taõ lince, que veja o argueiro nos olhos alheyos, e não a tranca nos seus, haja quem lhe atire com ela aos lombos, já que elle bota para traz das costas o que faz sem razaõ alguma, e olha para o que fazem os outros com alguma desculpa, e o melhor de tudo será não olharem os homens para as mulheres, nem as mulheres para os homens, como dous inimigos encubertos, que passaõ hum pelo outro, trocendo ambos o focinho; já que pôdem estar todos na certeza de que não he outro o seu cuidado, mais que de se enganarem mutuamente: e entre tanto advirtaõ os criticos, que o polido do diamante não lhe tira a virtude, e o dourado da pirola não lhe desfaz a natureza. (SILVA, 1748, p. 242-244).

Encontramos nesta e noutras passagens deste e de outros autores a assunção da ideia da paridade dos gêneros contra uma visão de uma desigualdade ontológica em que assentavam os persistentes preconceitos em relação ao universo feminino. Esta crítica fará o seu caminho, até ao ponto de vir a ser operada mais tarde uma evolução na exegese bíblica relativamente à interpretação, hoje em dia doutrinalmente estabelecida no campo católico e nalgumas confissões protestantes, da igualdade entre homem e mulher.

Também Paula da Graça tem sido apontada como pioneira enquanto autora de páginas em defesa da igualdade entre mulheres e homens em Portugal. Por oposição aos discursos pontuados pela atribuição à mulher de um lugar recatado, no seio da família, com uma educação vocacionada para este fim, esta autora (de que ainda subsiste a dúvida em torno da veracidade do seu nome, ou pseudóni-

mia) avança pela defesa da igualdade entre os sexos, em opúsculo intitulado *Bondade das mulheres vindicada e malícia dos homens manifesta*⁸.

Em resposta ao título *Malícias das mulheres*, da autoria de Baltazar Dias, editado pela primeira vez em 1640 e reeditado no ano de 1713, a *Bondade das mulheres vindicada* serve de apologia, com recurso a uma estrutura literária em verso, às qualidades femininas, contra uma injusta atribuição às mulheres do defeito de maliciosas pelo autor quinhentista. Apelando ao direito natural de defesa⁹, a suposta autora defende o sexo feminino, num manifesto ímpar, no quadro da época em Portugal, pela igualdade dos sexos¹⁰. Com o opúsculo pioneiro de Paula da Graça, inaugurava-se de certa forma uma lenta emergência da escrita no feminino, em defesa da igualdade face ao domínio masculino¹¹.

A meio do séc. XVIII, destacamos outra obra, versando o tema do universo feminino, esta de cariz romanesco. As *Aventuras de Diófanos* surgem em 1752 (com 2ª ed. em 1777). Texto da autoria da irmã do autor Matias Aires, traz-nos sem rebuços a linguagem da igualdade de direitos reivindicados para o sexo feminino:

Não resplandece em todas a luz brilhante das sciencias; porque eles occupão as aulas, em que não terião lugar, se ellas as frequentassem, pois temos igualdade de almas, e o mesmo direito aos conhecimentos necessários: e o dizerem que as nossas potencias são o refugio das suas, porque não sabemos entender, ajuizar, aprender, e queremos sempre o peor, he sobra de maldade, e insofrível semrazão, quando há sempre nelles mais que

8 Para a mais recente apresentação e abordagem em torno deste escrito veja-se Lopes (2019, p. 60). Neste mesmo volume, é reeditado na íntegra o opúsculo de Paula da Graça em consideração (GRAÇA, 2019, p. 341-358). Para uma recente antologia de escritos com incidência na questão feminina, remetemos para o importante trabalho de Anastácio (2013). Com a colaboração de Inês de Ornellas e Castro, José Félix Duque, Pedro Sena Lino, Isabel Morujão e Hugo Neto, Vanda Anastácio apresenta-nos um elenco de diversos escritos portugueses de autoria feminina e masculina que destacam o lugar da mulher nos diversos espaços e tempos em que foram redigidos. O texto *Bondade das mulheres vindicada e malícia dos homens manifesta* (Vanda Anastácio preserva a leitura original “vindicada”) também encontra transcrição integral nesta antologia (ANASTÁCIO, 2013, p. 186-199). Ver também o importante estudo de Antunes (2015).

9 Deste modo fundamenta Paula da Graça o seu discurso: “Também suponho que os homens (ainda falando com aqueles que devemos respeitar por senhores, por doutores e por juizes, a quem não compreendemos, porque só com os do povo galhofeamos) não estranharão que usemos daquele direito natural que tão lícita faz a própria defesa, quando se guarda a moderação que a faz inculpada; porque nisto cuidei tanto que, se os firo, é só com a mesma ação com que vos defendo.” (GRAÇA, 2019, p. 345). Seguimos a mais recente reedição do opúsculo, fixado no v. 14 das Obras pioneiras da cultura portuguesa, já referenciado.

10 Assim verseja, dando como garantia dessa igualdade a alma humana: “Que os filósofos fatais/ que na matéria falaram,/ em que vos fossem iguais/ as mulheres, não acharam/ contraditório, jamais. Todos assentam que não / (excepto alguns mui borrachos) / temos real negação,/ pois não são fêmeas ou machos/ as almas com distinção.” Ibidem, p. 353. Apela ainda para a consciência masculina em defesa dessa verdade: “De tudo, por consequência,/ resulta a vossa maldade,/ e toda a nossa inocência./ Não negarei[s] tal verdade,/ se tiverdes consciência.” (GRAÇA, 2019, p. 356).

11 Fina d’Armada, que propôs uma das primeiras abordagens a este escrito, denominou-o como “primeiro grito revolucionário” (ARMADA, 2008). Vanda Anastácio considera que até ao séc. XVIII em Portugal a história social das mulheres caracteriza-se por um profundo silêncio: “Estudar a história das mulheres como um grupo social, a sua presença no campo intelectual e o modo como se relacionaram com a cultura escrita entre os séculos XV e XVIII é uma tarefa que conduz, necessariamente, a reflectir sobre o sentido do silêncio.” (ANASTÁCIO, 2013, p. 29). De resto, relembramos que o silêncio foi um dos atributos e virtudes da mulher já desde a Antiguidade Clássica (cf. CURADO, 2008, p. 24).

reprender, e nas mulheres muito que louvar, menos naquelas, que muito os atendem, porque eles as arruinão. (ORTA, 2002, p. 104)

Este romance de Teresa Margarida da Silva e Orta (sob o pseudónimo criptográfico Dorothea Engrassia Taveda Dalmira) tem sido associado a uma tentativa de vindicação dos direitos da mulher. Assim é o entendimento de Maria de Santa-Cruz, na “Introdução” que faz à edição recente deste romance: “Em 1752, 40 anos antes da publicação de *Vindication of the Rights of Woman* de Mary Wollstonecraft, publicavam-se, em Lisboa, *Máximas de Virtude e Formosura*, assinadas com pseudónimo ou criptónimo feminino: Dorothea Engrassia Taveda Dalmira”. A mesma investigadora, não hesita de seguida em relevar, da parte desta autora do séc. XVIII, a “ousadia de reivindicar os direitos da Mulher” (SANTA-CRUZ, 2002, p. 11)¹².

Cerca de uma década mais tarde surgiram duas cartas dedicadas ao mesmo combate no feminino. Dona Gertrudes Margarida de Jesus (p. 1761) apresenta-se como a autora da *Primeira e Segunda carta apologética em favor, e defesa das mulheres*, que vêm em resposta a um escrito de vigorosa enfãse misógina, da autoria de Fr. Amador do Desengano (p. 1761): o *Espelho crítico*¹³.

Mas não só de expressa autoria feminina surgiam os textos que prestavam atenção ao tema do feminino. Cerca de 1790, o autor designado “Hum Amigo da Razão” haveria de dar ao prelo uma breve reflexão intitulada *Tratado sobre a igualdade dos sexos ou elogio do merecimento das mulheres*¹⁴. Neste tratado as mulheres surgem, face aos homens, como “o Animal nosso semelhante” (TRATADO..., 2013, p. 247), com semelhantes deveres (TRATADO..., 2013, p. 247-248). Deste modo, são também destacadas como igualmente capazes de desempenhar empregos públicos, entre os quais o autor refere desde logo o acesso ao Trono, onde tantas mulheres desempenham funções, tal como a Rainha de Portugal à época:

E, sem querer fazer o Elogio da nossa Augustíssima Soberana, qual não é o seu merecimento e a sua glória no desempenho do Trono que ocupa? Que provas não vemos em a nossa Soberana Rainha, dos talentos e capacidade do Sexo Feminino?. (TRATADO..., 2013, p. 253).

12 Fernando Cristóvão apontara também já para “a reivindicação da dignidade e direitos da mulher”, presente nas *Aventuras* (CRISTÓVÃO, 1983, p. 141). Maria de Santa-Cruz considera ainda ser este “sem dúvida, o primeiro romance, em língua portuguesa, assinado por uma mulher; o primeiro romance anti-absolutista e o único do séc. XVIII; o único romance doutrinário do Iluminismo. E ainda o único que, na sua síntese modelar, critica o governo absolutista, idealiza e legisla uma governação liberalista inspirada em Locke (Livros IV e VI) e faz o prognóstico da independência do ‘reino dos bárbaros’, educados e, mais tarde, governados pelo rei estrangeiro que os liberta e, regressado ao reino imperial, aconselha a eleição de ‘um entre os naturais’, pois ‘são grandes e por vezes irreparáveis os danos que se seguem de ser o Soberano estrangeiro’ (Livro IV). Defende a completa abolição da escravatura. Faz outro prognóstico: o do Terror no Reino de Arnesto, o déspota iluminado (Livro IV)” (SANTA-CRUZ, 2002, p. 21). Fernando Cristóvão havia também já considerado “verdadeiramente revolucionária a publicação das *Aventuras* de Diófanos, ocorrida em 1752, no início do consulado pombalino, estabelecendo com o governo de Pombal o mesmo contraste que valeu ao autor do *Telémaco* tantas represálias e humilhações” (CRISTÓVÃO, 1983, p. 145).

13 Estes escritos encontram transcrição recente também em Anastácio (2013, p. 225-243).

14 Opúsculo reeditado em Anastácio (2013, p. 247-261).

Mas aquele ponto em que homens e mulheres se definem radicalmente como iguais é nas propriedades da alma humana. Desta fundamental característica nos dá conta o ignoto autor: “As Mulheres são iguais aos Homens na capacidade da alma, facilidade e faculdade de adquirirem conhecimentos e aplicá-los a um fim racional, sábio e justo, segundo os seus projectos e intentos” (TRATADO..., 2013, p. 254).

O autor, expondo diversos argumentos filosóficos a sustentar as iguais capacidades das almas da mulher e do homem e tendo como ponto de apoio a rejeição do inatismo das ideias, prossegue com a apresentação de diversos exemplos de mulheres ilustres que vingaram na República das Letras. Em conclusão, no entanto, consideramos que a defesa de igualdade proposta por este “amigo da razão” fica aquém do anunciado; senão, vejamos como conclui o opúsculo:

Não sejamos, pois, desarrazoados e injustos para quem faz, por tantos modos, a nossa felicidade. Se lhes tributamos tantos obséquios e adorações, quando pretendemos, não sejamos fingidos e ingratos, depois que possuímos. Ponhamos tudo na razão. Os deveres dos dois Sexos, como está mostrado, são no seu género os mesmos, portanto, o merecimento igual. As Mulheres são tão capazes como os Homens para tudo que uns e outros se propõem: e uma Mulher virtuosa, honesta, sábia, económica, prudente, que olha pelo seu crédito e respeito; que adoça os trabalhos do seu Esposo; que lhe faz a existência cómoda e feliz; que sabe instruir a sua família na virtude e Religião; capaz de amar e defender o bem amado; uma Mulher, enfim, que sabe desempenhar com fama e glória os seus deveres, é o melhor tesouro que se pode possuir sobre a terra. (TRATADO..., 2013, p. 261).

Cumpra aqui notar que a literatura desta época, defensora do valor e da igualdade do género feminino no universo abrangente do género humano, que fundamenta a constituição da mulher como ser digno de educação a par com o homem, assenta na definição de um perfil associado a um quadro de deveres e funções sociais destinados a cada género e das relações entre eles. Ainda estávamos na antecâmara dos discursos dos direitos que só o século seguinte vai inaugurar e impor até à nossa contemporaneidade.

No final do séc. XVIII damos conta de outro autor que dedica largo espaço, no conjunto da sua Obra, à reflexão sobre a condição feminina coeva. Trata-se de Luís Caetano de Campos, que deu ao prelo a narrativa ficcionada intitulada *Viagens d’Altina* ([CAMPOS], 1790-1792)¹⁵ – curioso título, que recorda aqueloutro célebre de Jonathan Swift, *As viagens de Gulliver* (1726). *As Viagens d’Altina* são uma narrativa ficcionada que relata a história da donzela Altina, circulando por diversos lugares reais, mas também por um espaço de incerta localização, a terra dos Povos Balinos, onde tudo é diverso do real, mas patente de ser colocado em prática.

15 O DBP – Inocêncio (vol. v, p. 235-238; vol. xiii, p. 353) indica-nos que não se sabe ao certo em que ano nasceu Luís Caetano [Altina] de Campos (c. 1750). Terá tido problemas com o poder estabelecido, tendo que fugir para o estrangeiro. Inocêncio denota que o seu nome surge muitas vezes ligado à Intendência de Pina Manique e Matos de Vasconcelos. Homem viajado e adepto das ideias da Revolução Francesa e devoto da Enciclopédia (aliás faz o seu elogio expresso nas *Viagens d’Altina*), passou por Londres e por Paris, onde acabaria por morrer, em 1820, deixando inacabada a sua última obra *Rêves des philosophes dévoilés par l’examen de la science de la nature*, cujo primeiro tomo saiu nesse mesmo ano. Traduziu diversas obras do francês. A sua obra mais conhecida são as *Viagens d’Altina*.

A narrativa é constituída pelas viagens da protagonista e incorpora diversas outras micronarrativas¹⁶. Os temas tratados nestas histórias são diversos, indo da exposição de técnicas e métodos da Agricultura, a breves tratados de Física, com a explicação do movimento das marés, ou do sistema de Copérnico e sua crítica, mas fazem-se também relatos de quadros críticos à escravatura, ou à submissão dos filhos à vontade dos pais no que à escolha livre das suas vidas diz respeito. O autor destaca a necessidade do tratamento do *outro* com humanidade, da busca constante do bem-estar de cada um pelo seu semelhante, de um tratamento justo e com equidade, de acordo com os sagrados direitos da humanidade.

Neste quadro, por diversas vezes Caetano de Campos evoca com insistência a igualdade entre homem e mulher. Destacamos um eloquente excerto em que se apela à igual racionalidade das mulheres e ao seu lugar enquanto metade da humanidade: “Que razões podeis alegar, que não sejam inteiramente sofísticas, para desterrar da ordem dos racionais todo o sexo feminino, que pelo menos forma metade do Género humano?” ([CAMPOS], 1792, t. III, p. 190).¹⁷ Afirmando a primazia da razão também no horizonte feminino, o nosso autor alude de igual modo, expressamente, à capacidade de as mulheres desempenharem os mesmos cargos que aqueles destinados aos homens (exceção feita à questão da força) (CAMPOS, 1790, t. I, p. 230-231).

Christopher Lund aponta o texto *As viagens d’Altina* como a crítica velada à sociedade pombalina e pós-pombalina, fazendo o levantamento de diversos pontos em que o autor Luís Caetano de Campos expressa, por meio da narração ficcionada, essa mesma crítica. Lund vê ainda neste texto português de finais do séc. XVIII a confluência com o “evangelho dos Direitos do Homem” (LUND, 1998, p. 91), aventando mesmo a hipótese de, por via do tom feminista que atravessa muitos dos episódios da narrativa, estas *Viagens* configurarem em Portugal aquilo que Wollstonecraft ou Ganges representaram no contexto europeu da época (LUND, 1998, p. 95).

No entanto, e apesar de se verificarem testemunhos que destacam paulatinamente o lugar da mulher na sociedade da época, esta valorização continuou a dar-se em esfera restrita. Na verdade,

16 A presente obra é enquadrável na época de proliferação de narrativas de viagem, algumas das quais tinham também o intuito de servirem de paródia aos inúmeros relatos que se faziam dessa natureza. Ao mesmo tempo, e para além dessa função parodiante, visavam, antes de mais, e de acordo com o que nos indica Vanda Anastácio, “tomar a viagem como ponto de partida para uma reflexão crítica sobre a sociedade do seu tempo” (ANASTÁCIO, 2006, p. 2)

17 No quadro de uma das histórias narradas ao longo das viagens destacamos também um interessante excerto que nos remete para a emancipação da mulher enquanto esposa, mas ao mesmo tempo capaz de levar a cabo a iniciativa de se desvincular do casamento: ““Ah! Infeliz, de quem te queres tu vingar? Daquela de quem a tua maior desesperação é pela não poder fazer feliz? Ao menos não sejas a vítima da tua vingança. Há uma certa natureza de crimes, que se deve abandonar aos remorsos dos culpados; puni-los é quasi autorizá-los. Um mau marido merece acaso uma mulher fiel? De mais, com que direito, e a que título a queres tu punir? Podes ser o seu Juiz, não sendo já seu esposo? Os direitos de mulher, cessaram, quando violou os deveres, que lhos constituíam. Desde o instante, em que formou outros nós, rompeu os teus, e não to ocultou, fingindo uma fidelidade que não tinha; não te entregou, nem te mentiu; deixando de ser só tua declarou que te não era nada, que autoridade te pode ficar sobre ela? Se te ficasse ainda alguma devias abdicar-la por amor do teu próprio interesse. Crê-me, sê bom por prudência, e clemente por vingança. Desconfia da cólera, e teme que te conduza aos teus pés” ([CAMPOS], 1828, t. iv, p. 113-114). Este t. iv referenciado, em segunda edição, terá sido o último a ser escrito para o conjunto das *Viagens*, sendo que apenas conseguimos acedê-lo na versão microfilmada disponível na Biblioteca Nacional de Portugal. Zulmira Santos informa-nos que terá sido publicado pela primeira vez em 1793, nos prelos de Simão Tadeu Ferreira (tal como os três primeiros tomos acima referenciados) (SANTOS, 2007, p. 973).

e em particular no que tocava à questão da educação, as mulheres pertencentes à alta aristocracia continuavam a constituir um nicho privilegiado, com acesso a uma formação mais acurada¹⁸. Será deste nicho que emergirá uma das figuras mais influentes da transição entre o séc. XVIII e o séc. XIX, D. Leonor de Almeida Portugal (1750-1839), a Marquesa de Alorna, incontornável mulher das Luzes e escritora dos temas que enformavam a resistência da época, entre os quais a preocupação com a questão feminina, como nos aponta Vanda Anastácio:

É o caso da recusa do *Despotismo* e do *Fanatismo*, duas palavras muito usadas na época para referir aquilo a que chamaríamos hoje o totalitarismo e a intolerância religiosa. Ao longo de toda a vida D. Leonor empunhará a pena para defender em verso a liberdade de pensamento, o livre arbítrio em matéria religiosa, a liberdade de ação coletiva, a independência individual e o direito de soberania dos povos. É nesta constelação temática que podemos incluir a preocupação recorrente com a defesa da dignidade das mulheres, da sua força moral, capacidades intelectuais e predisposição para a virtude. (ANASTÁCIO, 2015a, p. 18)¹⁹.

Temos aqui um exemplo que é ao mesmo tempo um indicador típico de época quanto às exceções relativamente ao acesso da mulher a uma educação letrada. Tal poderia ocorrer em círculos muito restritos da aristocracia e da alta burguesia emergente, ou então, no quadro de uma via tradicional que já distava da Idade Média, que era pela via monástica. Os mosteiros e os conventos poderiam ainda constituir aqueles círculos fechados onde algumas mulheres, em função das ordens, do seu talento e do seu estatuto social (que ali também se refletia), poderiam ter acesso a uma formação intelectual que lhe garantisse uma afirmação, uma certa emancipação e algum reconhecimento que de outro modo nunca alcançariam nas sociedades daqueles tempos.

18 A formação feminina ajudava as meninas a serem boas esposas e mães de família, conforme nos aponta Áurea Adão: “As reformas pombalinas incidindo na criação de uma rede estatizada de Estudos menores dirigiram-se à educação dos rapazes. Em fins do século XVIII, era em nome dos seus deveres de mães, de educadoras de seus filhos, que concedia às meninas o direito de frequentar uma aula elementar, particular ou conventual, como lugar de educação moral e religiosa e de aprendizagem dos trabalhos manuais femininos, ou, mais raramente, uma aula de matérias específicas, como meio de inserção no grupo social a que pertenciam” (ADÃO, 2014, p. 56). Teodoro de Almeida foi uma das figuras que se destacaria na promoção da educação feminina em Portugal, em particular pela sua estreita ação relacionada com as Visitandinas. Zulmira Santos releva-nos o lugar que Almeida auferiu em conjunto com Pina e Proença, Verney e Ribeiro Sanches, “no limitado conjunto de autores que, em Portugal, no século XVIII, se preocuparam com a discussão e elaboração de programas pedagógicos.” Sobre a educação no feminino, Santos sublinha: “Aliás, pelo que respeitava às meninas, estes programas mais não faziam que revalorizar as propostas humanistas, reproduzidas, de algum modo, nos modelos formulados por Fénelon ou Rollin, que muito inspiraram os quadros pedagógicos das Luzes declinados no feminino, sobretudo em Portugal” (SANTOS, 2004, p. 993).

19 Vanda Anastácio aponta alguns dos textos onde Alorna se posiciona em defesa da dignidade feminina, como por exemplo, a “Epístola a Alceste”, a “Epístola de Isabel Clesse a seu pai”, ou a “Epístola a Natércia” (ANASTÁCIO, 2015a). Para uma perspetiva global sobre a vida e a obra da Marquesa de Alorna, veja-se, em especial, Anastácio (2009); também, de modo sintético, mais recentemente, Anastácio (2015b, p. 31-40). Sobre Alorna e o seu contexto histórico-cultural, veja-se, e.g., Castro e outros autores (2003). Não queremos deixar também de mencionar o romance documentado sobre o contexto e a figura de Alorna, como personagem incontornável do fim do Antigo Regime em Portugal, pela pena de Horta (2011).

A Marquesa de Alorna é um modelo de mulher intelectual que pode ser entendido como um ponto de chegada e um fechar de um ciclo longo em que a vida monástica, marcada pelo seu ideário de *fuga mundi* (fuga do mundo), acabava por ser o espaço possível de emancipação da mulher, podendo aceder a uma educação similar à dos homens e desempenhar papéis que lhe estariam vedados no espaço social secular.

Ainda assim, assistindo-se, no quadro das Luzes, em Portugal, ao surgimento de certas figuras que postulam a igualdade entre homens e mulheres, persistirá maioritariamente a defesa das qualidades femininas no quadro de uma sociedade patriarcal, enquanto mães, esposas, amantes²⁰. É facto que se demanda o alargamento da educação feminina, no entanto, em especial, vocacionado para a esfera privada, não promovendo uma verdadeira reivindicação do direito à educação para o desempenho de direitos cívicos e políticos.

Luís António Verney, por exemplo, apesar de considerar necessária a educação feminina, nomeadamente no *Verdadeiro método de estudar*, não entra na defesa da igualdade em sociedade entre homens e mulheres. É patente que Verney sustenta a igualdade entre homens e mulheres no que toca à alma e ao entendimento, afirmando que a diferença entre ambos reside na questão da educação:

Pelo que toca à capacidade, é loucura persuadir-se que as mulheres tenham menos que os homens. Elas não são de outra espécie no que toca à alma; e a diferença do sexo não tem diferença com a diferença do entendimento. A experiência podia e devia desenganar estes homens. Nós ouvimos todos os dias mulheres que discorrem tão bem como os homens, e achamos nas histórias mulheres que souberam as ciências muito melhor que alguns grandes leitores que nós ambos conhecemos. Se o acharem-se muitas que discorrem mal fosse argumento bastante para dizer que não são capazes, com mais razão o podíamos dizer de muitos homens. Compare Vossa Paternidade uma freira moça da corte com um galego de meses, e verá quem leva vantagem. De que nasce esta diferença? Da aplicação e exercício, que um tem e outro não tem. Se das mulheres se aplicassem aos estudos tantas quantos entre os homens, então veríamos quem reinava. (VERNEY, 2018, p. 644).

No entanto, o autor do *Verdadeiro método* não avança para uma real defesa da igualdade das mulheres no que toca ao acesso a uma educação que não seja vocacionada apenas para o papel de mães, esposas, e ecónomas do lar (VERNEY, 2018, p. 644). De qualquer modo, há no pensamento verneiano, como é bem ilustrativa a passagem supracitada, uma aguda consciência, que se revelará mesmo uma consciência profética, de que a subalternidade da mulher não se estabelecia por razões de natureza, mas por razões de cultura, de mentalidade e dos decorrentes condicionamentos sociais que não dava ao universo feminino as mesmas oportunidades de acesso à educação que era dada aos homens.

Se essa igualdade de acesso à formação fosse garantida, Verney declara a sua preclara convicção “profética” de que a mulher levaria a melhor em relação ao homem no desempenho intelectual, podendo até vir a exercer com mais primor uma série de funções sociais que até então lhe estavam

²⁰ Veja-se por exemplo a defesa de um papel mais interventivo da mulher, em especial no que respeita à educação para os valores e para a moral, pelo prelado Azeredo Coutinho (VAZ, 1995, p. 94-96).

vedadas. Se é, pois, verdade que este, que foi um dos emblemáticos filósofos das Luzes portuguesas do séc. XVIII, não considerava, então, a possibilidade de desconfinar, por meio da educação, o papel da mulher do espaço privado e das funções tradicionais que eram socialmente atribuídas ao seu sexo, reconhece e defende a sua igualdade no plano das competências e faculdades racionais e espirituais em relação ao homem, abrindo esse reconhecimento à possibilidade de a mulher ser competente para o desempenho social de funções até então reservadas ao universo masculino.

A apontar para uma emancipação mais avançada, encontramos alguns versos de Francisco Joaquim Bingre (1763-1856), que consideramos pertinente assinalar, por exortarem à ascensão das mulheres a cargos que não apenas o de esposas e mães:

Neste século das luzes, a ciência/ Das mulheres, tem fama esclarecida./ Ó pena!... Sendo assaz a efervescência/ De seus grandes talentos, tão sabida:/ Porque não são chamadas à igualdade/ Desta nossa moderna Sociedade?/ Talvez que elas também no Parlamento/ Como os grandes varões, sábias, orassem;/ E que, soltando as asas do talento,/ A descobrir o bem melhor voassem!.../ Das nossas precisões conhecimento/ Elas tem: pode ser remédio achassem/ Aos males que nos cercam: há exemplos/ De muitas que acalmaram contratempos. (BINGRE, 2000, p. 52-61 [vv. 236-249]).

Bingre é um autor de transição que, por meio dos seus versos, faz a ponte para o tempo novo do liberalismo e das novas ideias que se materializam em revolução social, mental e cultural. A mulher começará a ser pensada para além das fronteiras estritas da esfera privada que a impediam augurar papéis relevantes no espaço público com cidadania plena. A educação será essa via que lhe dará cada vez mais acesso, pelo mérito, a papéis que lhe estavam vedados pela tradição e pela sua condição.

No entanto, os tempos da liberdade social concedida à mulher ainda estavam longe. Os espaços de sociabilidade popularizam-se, mas de igual modo as “assembleias” dirigidas por mulheres não deixam de decorrer em casas de família, sob a tutela dos esposos e no seio das classes altas (aristocracia e alta burguesia), constituindo, como ressalva Vanda Anastácio, “uma liberdade muito relativa” (ANASTÁCIO, 2009, p. 42).

Publicações de autoria feminina também eram muito reduzidas, consequência da pouca liberdade com que as senhoras podiam expor os seus escritos:

Tal como a generalidade das mulheres de letras europeias do mesmo período, as intelectuais portuguesas tinham consciência dos limites que lhes eram impostos pela sociedade e pelos costumes do seu tempo. Mesmo quando conseguiam conquistar um lugar no mundo das letras, o seu campo de manobra continuou a ser restrito. (ANASTÁCIO, 2009, p. 43).

Ainda assim, e auxiliando-nos também do entendimento de Vanda Anastácio sobre o tema: “Conseguiram, contudo, desempenhar um papel, através dessa sociabilidade nova que se lhes oferecia, por intermédio da literatura.” (ANASTÁCIO, 2009, p. 43).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura da época moderna no espaço civilizacional do Cristianismo e do Islamismo devedora da teologia monoteizante própria das religiões de matriz abraâmica, seja ele católico ou protestante, judaico ou islâmico, consagrou uma antropologia, assente numa determinada exegese dos textos sagrados bíblicos e corânico, modeladora de uma visão dualista que fundou um mito janiforme da mulher e condicionou a avaliação do seu gênero, da definição dos seus papéis e do perímetro da sua vida social. Ana Hatherly (2000, p. 20)²¹ esclareceu bem o perfil desta visão estereotipada da ideia dicotômica contrastante da mulher:

É de todos bem conhecido o modo como a concepção desta dupla face da imagem da mulher se projetou na cultura europeia e suas ramificações, conduzindo quer ao endeusamento da mulher, quer ao seu rebaixamento mais vil, situando-a ora na esfera do mito e do divino, ora na esfera do degradante e do sórdido. Em ambos os casos, o acesso a ela deve ser condicionado, pois a sua presença é sempre essencialmente perigosa. Em termos sociais, deve ser mantida à distância, submetida ao silêncio e à total obediência ao homem. Em termos artísticos, quando ela é acessível, é em geral violentamente criticada e, só quando se torna inacessível, pode ser louvada, cantada, amada sem perigo. Assim, temida em geral pela sua perigosidade, na literatura, a mulher dá origem a dois grandes tipos de textos: os de louvor e os de impreciação.

O Iluminismo representou, em alguns aspetos, uma tentativa de superação desta visão demasiado estereotipada no que respeita às suas implicações no plano de educação, embora alguns pensadores, como vimos neste artigo, ainda mantivessem resquícios persistentes desta imagiologia feminina, descrevendo a mulher como um ser pejado das características desta visão cristalizada e estigmatizante.

Com efeito, o pensamento sobre o universo feminino, do lugar da mulher e do seu estatuto como educanda estabelecido por filósofos e poetas do período cultural do Iluminismo, acaba por ser um ponto de chegada da reflexão desencadeada desde o dealbar da modernidade sobre o espaço e o investimento a conceder à educação no contexto da construção social e da sua abrangência.

Os pensadores das Luzes tentam conceder um maior espaço para a educação feminina, procurando superar o estigma da sua desigualdade natural em relação ao gênero masculino, mas tendo dificuldade ainda em lhe conceder margem de circulação para além da tradicional esfera privada, familiar ou conventual, onde lhe era concedida cidadania própria e diferenciada.

Ainda não encontramos uma plena afirmação da possibilidade de a mulher representar papéis sociais para além daqueles que eram considerados como estando associados ao que era espetável para as suas funções tradicionais. A mulher era entendida como a “rainha do lar”, a dona da esfera privada. A mulher como cidadã por excelência da esfera privada, familiar, ou de uma outra esfera também separada da esfera pública, a esfera religiosa conventual, era, neste novo paradigma cultural

²¹ Ver também Franco e Cabanas (2008).

das Luzes, valorizada e defendida como tendo vantagem em ser objeto e sujeito de educação. Uma educação que qualificasse e aperfeiçoasse o seu desempenho no quadro estrito dos seus papéis e das suas funções sociais ao serviço de uma utilidade maior: o aperfeiçoamento das sociedades na sua qualidade de primeira educadora dos homens.

Não obstante, o facto de a mulher entrar como tema cada vez mais presente e recorrente nos discursos sobre educação neste final da Época Moderna a desaguar para a contemporaneidade vai contribuir para alimentar uma crescente consciência crítica da condição feminina e do seu estatuto social, que abrirá portas mais tarde para um progressivo fomento de uma cultura de emancipação feminina a partir do seu desconfinamento do espaço privado a que estava secularmente remetida, em ordem a poder ganhar lugar de pleno direito no espaço público pelos seus talentos e méritos que não eram inferiores aos dos homens, desde que lhe fossem dadas iguais oportunidade e condições de acesso à educação.

Apenas o séc. XIX e, com mais expressão, o início do séc. XX viriam, com efeito, a assistir à gradual emancipação feminina em Portugal. Nomes de intelectuais como D. António da Costa, ou Lopes Praça haveriam de levantar as suas vozes na defesa de uma igual dignidade feminina na sociedade do seu tempo²²; o movimento mais alargado de emancipação, onde pontificaram Obras como as de Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo, ou Maria Amália Vaz de Carvalho, ou a instituição da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908), constituiria um passo importante para expressão efetiva da luta em favor da igualdade de direitos entre homens e mulheres em Portugal²³, uma demanda afinal ainda em processo (COMISSÃO..., 2015).

REFERÊNCIAS

ADÃO, A. A necessidade de um ensino público para as meninas, no início de Oitocentos: das decisões políticas à instalação das primeiras escolas. **Interações**, n. 28, p. 55-67, 2014.

ANASTÁCIO, Vanda. Introdução. *In*: ALORNA, Marquesa de. **Obras poéticas**. Coordenação de Carlos Reis. Introdução e nota bibliográfica de Vanda Anastácio. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2015a.

ANASTÁCIO, Vanda. Nota biobibliográfica. *In*: ALORNA, Marquesa de. **Obras poéticas**. Coordenação de Carlos Reis. Introdução e nota bibliográfica de Vanda Anastácio. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2015b. p. 31-40.

ANASTÁCIO, Vanda. Notes on the *Querelle des femmes* in eighteenth-century Portugal. **Portuguese Studies**, v. 31, n. 1, p. 49-61, 2015c.

²² Veja-se, nomeadamente, Praça (1872) e Costa (1892).

²³ Entre os diversos trabalhos que têm surgido nos últimos anos em torno da condição e da emancipação feminina em Portugal, vejam-se, por exemplo, os trabalhos de Lopes (2005), Vaquinhas (2005) e Ventura (2016).

ANASTÁCIO, Vanda. Viajar com a imaginação: Jonathan Swift e Luís Caetano Altina de Campos. **Convergência lusíada**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 1-14, 2006.

ANASTÁCIO, Vanda (org.). **Uma antologia improvável**: a escrita das mulheres (séculos XVI a XVIII). Lisboa: Relógio d'Água, 2013.

ANASTÁCIO, Vanda. Women and literary sociability in eighteenth-century Lisbon. *In*: MONTROYA, A.; GILLEIR, A.; DIJK, S. van (ed.). **Women writing back/writing women back**: transnational perspectives from the Late Middle Ages to the dawn of the Modern Era. Leiden: Brill, 2010. p. 93-110.

ANASTÁCIO, Vanda. **A Marquesa de Alorna (1750-1839)**. Lisboa: Prefácio, 2009.

ANTUNES, Luísa Marinho. **As malícias das mulheres**: discursos sobre poderes e artes das mulheres na cultura portuguesa e europeia. Lisboa: Esfera do Caos, 2015.

ARMADA, F. **O livro feminista de 1715**: o primeiro grito revolucionário. Rio Tinto: Evolua, 2008.
AZOULAY, Ariella. Olympe de Gouges (1748-1793). *In*: MARSO, L. J. (ed.). **Fifty-one key feminist thinkers**. London: Routledge, 2016. p. 93-97.

BINGRE, F. J. As mulheres, poema heroico e apologético em três cantos: das graças, das armas e das letras. *In*: **Obras de Joaquim Francisco Bingre**. Porto: Lello, 2000. V. II. p. 52-61.

CAMPOS, L. C. **Viagens d'Altina, nas cidades mais cultas da Europa, e nas principaes povoações dos Balinos, póvos desconhecidos de todo o mundo**. Lisboa: Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1790-1792 (t. I: 1790; t. II: 1791; t. III: 1792).

CAMPOS, L. C. **Viagens d'Altina, nas cidades mais cultas da Europa, e nas principais povoações dos Balinos, povos desconhecidos de todo o mundo**. 2. ed. Lisboa: Na Officina da Viuva Neves e Filhos, 1828. t. IV.

CASTRO, A. P. *et al.* (coord.). **Alcipe e as Luzes**. Lisboa: Edições Colibri; Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003.

CHODERLOS DE LACLOS. **Da educação das mulheres**. Tradução de Luís Leitão. Lisboa: Antígona, 2002.

COLE, J. R. **Between the queen and the caby**: Olympe de Gouges's rights of woman. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2011.

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO. **Igualdade de género em Portugal 2014**. Lisboa, 2015.

CONDORCET. Sur l'admission des femmes au droit de cité (1790). **Oeuvres de Condorcet**. Paris: Firmin Didot Frères Libraires, 1847. t. x.

COSTA, D. A. **A mulher em Portugal**: obra posthuma publicada em benefício de uma creança. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1892.

CRISTÓVÃO, Fernando Alves. Presença de Fénelon no espaço literário luso-brasileiro: subsídios para um estudo. Colloque les Rapports Culturels et Littéraires Entre le Portugal et la France. **Actes [...]**, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1983. p. 135-150.

CURADO, A. L. **Mulheres em Atenas**: as mulheres legítimas e as outras. Lisboa: Sá da Costa Editora, 2008.

DELUMEAU, J. **A civilização do Renascimento**. Lisboa: Edições 70, 2011.

DUBOIS-NAYT, A.; DUFOURNAUD, N.; PAUPERT, Anne (dir.). **Révisiter la “Querelle des femmes”**: discours sur l'égalité/inégalité des sexes, de 1400 à 1600. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2013.

DUBOIS-NAYT, A.; HENNEAU, M.-E.; KULESSA, R. (dir.). **Discours sur l'égalité/inegalité des sexes em Europe, de 1400 aux lendemains de la Révolution**. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2016.

FRANCO, José Eduardo; CABANAS, Isabel Morán. **O Padre António Vieira e as mulheres**: o mito barroco do universo feminino. Prefácio de Tom Earle. Porto: Campo das Letras, 2008.

FRANCO, José Eduardo *et al.* (dir.). **Concilio de Trento**: innovar en la tradición – História, teología y proyección | Concílio de Trento: inovar na tradição – História, teologia e projeção. Alcalá: Universidade de Alcalá, 2016.

GOUGES, O. **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã**. Tradução de Isabel Robalinho. Funchal: Nova Delphi, 2010.

GRAÇA, P. Bondade das mulheres vindicada e malícia dos homens manifesta. In: **Obras pioneiras da cultura portuguesa**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2019. v. 14. p. 341-358.

HAASE-DUBOSC, D.; HENNEAU, M.-E. (dir.). **Révisiter la “Querelle des femmes”**: discours sur l'égalité/inégalité des sexes, de 1600 à 1750. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2013.

HATHERLY, Ana. Petrarquismo e antipetrarquismo na poesia de Gregório de Mattos. In: PERES, Fernando da Rocha (org.). **Gregório de Matos: o poeta renasce a cada ano**. Salvador: Fundação Casa Jorge Amado/Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.

HORTA, M. T. **As luzes de Leonor**. Lisboa: Dom Quixote, 2011.

INOCÊNCIO, Francisco da Silva. **Dicionário bibliográfico português: estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil**. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1858-1972. 25 v.

KNOTT, S.; TAYLOR B. (ed.). **Women, gender and Enlightenment**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

LOPES, A. M. C. **Imagens da mulher na imprensa feminina de Oitocentos: percursos de modernidade**. Lisboa: Quimera, 2005.

LOPES, M. A. Da igualdade entre os sexos e da opressão das mulheres: alegações de uma portuguesa em 1715. In: **Obras pioneiras da cultura portuguesa**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2019. v. 14. p. 60-66.

LOUSADA, M. A. **Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834**. 1996. Tese (Doutoramento em Geografia Humana) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996.

LUND, C. Viagens d'Alina as critique of Pombaline Portugal. **Hispanófila**, Chapel Hill, v. 123, p. 91-96, 1998.

MONTESQUIEU. **Cartas persas**. Prefácio de Nuno Júdice. Lisboa: Tinta-da-China, 2015.

MOUSSET, S. **Women's rights and the French Revolution: a biography of Olympe de Gouges**. London: Routledge, 2017.

OLIVEIRA, F. X. **Cartas familiares, históricas, políticas e críticas: discursos serios e jocosos**. Haya, 1742. t. I-II.

ORTA, T. M. S. **Aventuras de Diófanes**. Edição crítica de Maria de Santa-Cruz. Lisboa: Caminho, 2002.

PRAÇA, J. J. L. **A mulher e a vida ou a mulher considerada debaixo dos seus principaes aspétos**. Coimbra: Liv. Portuguesa e Estrangeira, 1872.

RODRIGUES, A. P. A. F. **O despertar da consciência cívica feminina: identidade e valores da pedagogia feminina de finais do século XVIII – os casos de Mary Wollstonecraft, Catherina Macaulay**

e Hannah More. 2011. 185 f. Dissertação (Doutoramento em Estudos de Literatura e de Cultura) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

SANCHES, António Nuno Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Nova edição revista e prefaciada pelo Dr. Maximiano Lemos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

SANTA-CRUZ, Maria de. Introdução. *In*: ORTA, T. M. S. **Aventuras de Diófanos**. Edição crítica de Maria de Santa-Cruz. Lisboa: Caminho, 2002.

SANTOS, Zulmira C. Para a história da educação feminina em Portugal no século XVIII: a fundação e os programas pedagógicos das Visitandinas. *In*: SILVA, F. R. *et al.* (org.). **Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. p. 985-1001.

SANTOS, Zulmira C. Algumas considerações sobre a educação feminina nas *Viagens d'Altina* (1790-1793) de Luís Caetano de Campos. *In*: ALMEIDA, Isabel; ROCHETA, Maria Isabel; AMADO, Teresa (org.). **Estudos**: para Maria Idalina Resina Rodrigues, Maria Lucília Pires, Maria Vitalina Leal de Matos. [Lisboa]: Departamento de Literaturas Românicas/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007. p. 973-983.

SILVA, S. S. S. **Governo do mundo em seco, palavras embrulhadas em papeis, ou escritório da razam, exposto no progresso de hum dialogo, em que são interlocutores hum letrado, e o seu escrevente, e as mais pessoas que se propuserem**. Lisboa: Na Off. de Francisco Luiz Ameno, 1748.

TRATADO sobre a igualdade dos sexos ou elogio do merecimento das mulheres [oferecido, e dedicado as senhoras illustres de Portugal, por Hum Amigo da Razão]. *In*: ANASTÁCIO, Vanda (org.). **Uma antologia improvável**: a escrita das mulheres (séculos XVI a XVIII). Lisboa: Relógio d'Água, 2013. p. 247-261.

VANOFLEN, L. (dir.). **Femmes et philosophie des Lumières**: de l'imaginaire à la vie des idées. Paris: Garnier, 2020.

VAQUINHAS, Irene. **Nem gatas borralheiras, nem bonecas de luxo**: as mulheres portuguesas sobre o olhar da história (séculos XIX-XX). Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

VAZ, F. A. L. O pensamento e a acção pastoral do Bispo de Elvas, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821). Separata de: **Ibn Maruân**: Revista Cultural do Concelho de Marvão, Marvão, n. 5, p. 89-96, dez. 1995.

VENTURA, A. **Silêncio e virtude**: uma história da Maçonaria feminina em Portugal (1814-1996). Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2016.

VERNEY, L. A. Verdadeiro Método de Estudar. /n: **Obras pioneiras da cultura portuguesa**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2018. v. 27.

VIDAL, M. Otero. Christine de Pizan e Marie de Gournay, las mujeres excelentes y la excelência de las mujeres. In: MAGDA, Rosa Maria Rodríguez (ed.). **Mujeres em la historia del pensamiento**. Barcelona: Anthropos, 1997. p. 77-93.

VIENNOT, E.; PELLEGRIN, N. (dir.). **Révisiter la “Querelle des femmes”**: discours sur l’égalité/inégalité des sexes, de 1750 aux lendemains de la Révolution. Saint-Étienne: Publications de l’Université de Saint-Étienne, 2012.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Uma vindicação dos direitos da mulher**. Tradução de Elisabete M. de Sousa. Prefácio de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Antígona, 2017.

Recebido em: 25 de Setembro de 2021

Avaliado em: 10 de Dezembro de 2021

Aceito em: 10 de Dezembro de 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Doutora em História (2021); Mestre (2008); Investigadora do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – CLE-PUL e da Cátedra CIPSH de Estudos Globais da Universidade Aberta Licenciada em Línguas e Literaturas Clássicas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (2005) e no Projeto Pombalia | Para a Construção de um corpus pombalino (PTDC/HAR-HIS/32197/2017). Vice-presidente da Direção do Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes – IECCPMA.
E-mail: susana.alves@campus.ul.pt

2 Doutor em História e Civilizações pela EHESS de Paris e em Cultura pela Universidade de Aveiro, sendo mestre em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Mestre em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa; Historiador; Investigador-Coordenador equiparado a Professor Catedrático da Universidade Aberta e Diretor da Cátedra CIPSH de Estudos Globais – Universidade Aberta; Coordenador do programa de doutoramento em Estudos Globais na Universidade Aberta.
E-mail: eduardofranco.ceg@gmail.com



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA



EDUCAÇÃO

V.11 • N.2 • Número Temático - 2022

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2022v11n2p34-46



A CONSTRUÇÃO DO FEMININO EUROPEU NOS SÉCULOS XVIII E XIX: CONTRIBUIÇÕES DA MARQUESA DE ALORNA

THE CONSTRUCTION OF THE EUROPEAN FEMININE IN THE 18TH
AND 19TH CENTURY: CONTRIBUTIONS OF THE MARQUESA DE
ALORNA

LA CONSTRUCCIÓN DEL FEMININO EUROPEO EN LOS SIGLOS XVIII Y
XIX: CONTRIBUCIONES DE LA MARQUESA DE ALORNA

Gislaine A. Valadares de Godoy⁴

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise de conteúdo baseada nos escritos de Bardin (2009) acerca dos princípios educativos femininos presentes em um conjunto de seis cartas da poetisa portuguesa conhecida como Marquesa de Alorna, escritas no século XVIII e endereçadas a uma filha que estava para se casar. A análise buscou considerar os princípios sugeridos pela marquesa, presentes nas referidas cartas, como uma ‘proposta formativa’ em contraposição ao projeto educativo vigente da época, que conduziam as mulheres para serem administradoras do lar, mães e esposas atenciosas. Nas orientações ofertadas a filha, identificamos um possível ‘novo perfil’ feminino surgindo na sociedade da época. Nossa hipótese, é que a marquesa teria sido uma das pioneiras na construção desse novo perfil, ao qual denominamos de ‘o desabrochar’ da consciência feminina, levando, posteriormente, a emancipação feminina a partir de um importante aliado, a instrução. Tomamos a marquesa, ao mesmo tempo, como exemplo dessa construção e uma das responsáveis por esse processo em outras mulheres, seja direta ou indiretamente. Como resultado dessa análise, verificamos que de fato, houve uma mudança na forma de pensar de algumas mulheres daquele período, das que tiveram acesso aos ensinamentos da marquesa ou outra forma de instrução. E, essa modificação, proporcionou a essas mulheres que se reconhecessem como coletivo da sociedade e, com direitos a agenda da humanidade. A fonte de nossa análise foram as correspondências da marquesa reproduzidas na obra de Hernani Cidade (1930), tendo como aporte teórico, os fundamentos dos Annales.

PALAVRAS-CHAVE

Princípios Educativos Femininos na Europa no século XVIII. Marquesa de Alorna. Emancipação do Pensamento Feminino. Correspondência epistolar e construção do feminino no século XVIII e XIX.

ABSTRACT

This article presents a content analysis based on the writings of Bardin (2009) about the feminine educational principles present in a set of six letters from the Portuguese poet known as Marquise of Alorna, written in the 18th century and addressed to a daughter who was about to marry. The analysis sought to consider the principles suggested by the marquise, present in the referred letters, as a 'formative proposal' in contrast to the educational project in force at the time, which led women to be household administrators, caring mothers and wives. In the guidelines offered to the daughter, we identified a possible 'new profile' of women emerging in society at the time. Our hypothesis is that the marquise would have been one of the pioneers in the construction of this new profile, which we called 'the blossoming' of female consciousness, later leading to female emancipation from an important ally, education. We take the marquise, at the same time, as an example of this construction and one of those responsible for this process in other women, either directly or indirectly. As a result of this analysis, we find that, in fact, there was a change in the way of thinking of some women of that period, of those who had access to the marquise's teachings or other forms of instruction. And, this modification allowed these women to recognize themselves as a collective of society and, with rights, to the agenda of humanity. The source of our analysis was the correspondences of the marquise reproduced in the work of Hernani Cidade (1930), having as theoretical support, the foundations of the Annales.

KEYWORDS

Female Educational Principles in Europe in the 18th century. Marquise of Alorna. Emancipation of female thought. Epistolary correspondence and construction of the feminine in the 18th and 19th century.

RESUMEN

Este artículo presenta un análisis de contenido basado en los escritos de Bardin (2009) sobre dos principios educativos femeninos presentes en un conjunto de seis cartas de la poeta portuguesa Marquesa de Alorna, escritas en el siglo XVIII y dirigidas a una hija. El análisis buscó considerar los principios sugeridos por la marquesa, presentes en las cartas mencionadas, como una 'propuesta formativa' en con-

traposición al proyecto educativo vigente en ese momento, que llevó a las mujeres a ser administradoras del hogar, madres solícitas y esposas. En las pautas ofrecidas a la hija, identificamos un posible 'nuevo perfil' de la mujer emergente en la sociedad en ese momento. Nuestra hipótesis es que Marquesa habría sido una de las pioneras en la construcción de este nuevo perfil, al que llamamos 'el florecimiento de la conciencia femenina, que luego condujo a la emancipación de la mujer de un importante aliado, la educación'. Tomamos a la marquesa, al mismo tiempo, como ejemplo de esta construcción y una de las responsables de este proceso en otras mujeres, directa o indirectamente. Como resultado de este análisis, encontramos que, de hecho, hubo un cambio en la forma de pensar de algunas mujeres de ese periodo, las que tenían acceso a las enseñanzas de la Marquesa o a otras formas de enseñanza. Y, este cambio permitió a estas mujeres reconocerse como un grupo en la sociedad y, con derechos, en la agenda de la humanidad. La fuente de nuestro análisis fue la correspondencia de la marquesa reproducida en la obra de Hernani Cidade (1930), teniendo como soporte teórico los fundamentos de los Annales.

PALABRAS-CLAVE

Principios educativos de la mujer en la Europa del siglo XVIII, Marquesa de Alorna, Emancipación del pensamiento femenino, Correspondencia epistolar y construcción de lo femenino en los siglos XVIII y XIX.

1 INTRODUÇÃO

O texto que segue visou verificar uma mudança na autoimagem feminina das mulheres portuguesas da segunda metade do século XVIII e anos iniciais do século XIX. A investigação se deu por meio da análise de conteúdo das cartas escritas por uma senhora portuguesa² no referido período, destinadas a uma de suas filhas que estava para se casar. A ideia foi identificar se houve essa mudança, se

2 D. Leonor de Almeida Portugal de Lorena e Lencastre, condessa de Oeynhausen por seu marido, Dama da Ordem de Cruz Estrelada em Alemanha; D. de Honor, e Dama da Real Ordem de Santa Isabel em Portugal; 4^a marquesa de Alorna e 7^a condessa de Assumar, pela morte de seu irmão, o marquês dom Pedro de Almeida Portugal e de seus dois filhos. Era primogênita de seus irmãos por esta ordem; seguindo-se lhe a senhora D. Maria de Almeida, condessa da Ribeira Grande, 2^a mulher de dom Luiz Antonio Câmara, 6^o conde do mesmo título, dos quais é neto dom Francisco Salles da Câmara, 8^o conde da Ribeira Grande; e seguindo-se seu irmão dom Pedro de Almeida Portugal, que foi o 3^o marquês de Alorna; 5^o conde de Assumar, Vedor da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo, tenente general, governador das Armas da Província do Além-Téjo, chefe da Legião de Tropas Ligeiras, organizada com seu nome em Portugal; falecido em 1813, sem sucessão viva de sua esposa, a marquesa D. Henriqueta da Cunha, filha dos 6^{os} condes de São Vicente; ou de seus filhos que também faleceram, dom João – 6^o conde de Assumar em 1805; e dom Miguel em 1806; em cuja falta a senhora D. Leonor sucedeu a seu irmão dom Pedro, que foi o último marquês de Alorna. (CIDADE, 1941, p. 5). Seu pai foi dom João de Almeida Portugal, 2^o marquês de Alorna; 4^o conde de Assumar, Vedor da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo, capitão de Cavalaria na Corte; sua mãe, a senhora D. Leonor de Lorena; era 4^a filha dos 3^{os} marqueses de Távora, Francisco de Assis de Távora, que era 3^o conde de Alvor, ramos dessa mesma família, e marquesa D. Leonor Thomasia de Távora, que havia recebido toda a Casa dos Távora, atualmente extinta (CIDADE, 1941, p. 5).

tal senhora teria sido uma das pioneiras no processo do despertar da consciência feminina na participação das mulheres na agenda da humanidade e, quais fatores teriam colaborado para tal situação.

Selecionamos a mulher enquanto categoria de análise na figura da marquesa, por esta representar o feminino daquela época; de modo a evidenciar o espaço social ocupado pelas mulheres, bem como suas atribuições e representações sociais, decorrentes dos registros dessa mulher presentes nas cartas que escreveu, com as expectativas de aprendizagem enunciadas pelos conteúdos das correspondências aos quais denominamos nesse momento como princípios educativos femininos.

Por fim, contribuí para o desenvolvimento de um olhar sobre a mulher como alguém que participa e constrói a história de forma significativa e, não apenas, como alguém que faz uma ‘figuração’ na história ou a complementa como um objeto. É um chamado para olhar a a mulher por ela própria.

Durante os estudos que possibilitaram essa análise, identificamos algumas lacunas a respeito da temática. São elas: pouca literatura sobre a educação feminina, o que levou a poucas produções nesse sentido; ausência de uma discussão ou análise acerca da marquesa na perspectiva que propomos em nossos estudos, como uma das pioneiras no processo de emancipação feminina; ausência de escritos e/ou produções que contribuíssem para a identificação e da Marquesa como uma das poucas mulheres devotadas à educação de outras.

2 MÉTODOS

A análise está centrada nos princípios educativos presentes nas cartas da marquesa, chamamos de princípios educativos porque indicam eixos norteadores de uma conduta feminina³ esperada por D. Leonor para sua filha que ingressaria em uma vida matrimonial. Esses eixos buscavam, segundo nossa análise, posicionar a mulher na sociedade do final do século XVIII e início do XIX, procurando, de forma sutil, conciliar o que se esperava de uma esposa e administradora do lar, com uma mulher que se enxerga como alguém capaz de pensar e se posicionar por si só.

Tomamos como fonte dos estudos e análise, a obra de Hernani Cidade publicada em 1930, que apresenta um conjunto de seis cartas escritas por D. Leonor destinada a sua filha que iria se casar. Essas correspondências se converteram em nossa fonte primária.

Para desenvolver a análise tomamos o referencial teórico proposto pelos Annales, pois o entendimento que os Annales apresentam da história, como apontam Caldas e Martins (2012, p. 279) “[...] passa a ser entendida como reescrita, como uma construção no tempo presente”. Essa escolha nos possibilitou concretizar nosso desejo de lançar um outro olhar sobre a história das mulheres, essa perspectiva oportuniza ver as mulheres como sujeitas e não sujeitadas.

Os Annales nos dão condições, ainda, de dialogar com outras áreas do conhecimento, criando meios de se obter uma visão global do objeto de estudo, discutindo-o sobre diversos ângulos; ampliando, dessa forma, o entendimento do próprio objeto e das relações que esse estabelece com o contexto em que está inserido. Isso abriu-nos espaço para situar nosso objeto de estudo no cenário

³ Para alcançar um detalhamento do uso dessa expressão, indicamos a leitura da Tese de doutoramento de Godoy (2018).

da história das mulheres, podendo, dessa forma, nos apoiarmos em autores importantes da Ciências Sociais como: Norbert Elias (1994) e Pierre Bourdieu (1986),

[...] possibilitando, com isso, discutirmos a educação das mulheres em dado período histórico e em determinada sociedade, considerando os vários aspectos da vida e da sociedade, como a civilização, a economia e a cultura, por fim, permitindo-nos materializar nossa proposta de olhar as mulheres a partir delas próprias. (GODOY, 2018, p. 32).

É necessário dizer que não nos apoiamos em uma das fases dos Annales, mas sim nos aspectos fundantes das fases dos Annales os quais fossem úteis para nossa análise.

Quanto ao método de análise, optamos pela análise de conteúdo, descrito por Bardin (2009) em sua obra que leva o mesmo título; de acordo com ele, análise de conteúdo é um método de investigação, que a partir de um conjunto de técnicas de análise das comunicações, possibilita a realização de apreciação do conteúdo das mensagens destacadas para estudo.

De acordo com o método de Bardin (2009), selecionamos categorias de análise para proceder nossa crítica. As categorias selecionadas foram: a mulher, a emancipação feminina e princípios educativos femininos. A mulher como categoria social, pois “[...] a categoria de análise mulher está eivada por suas representações sociais e suas singularidades históricas, levando-nos a compreender os fatores que influenciaram na elaboração dos princípios educativos femininos” (GODOY, 2018, p. 21).

Já a categoria ‘emancipação feminina’, foi selecionada por se configurar enquanto um elemento que surge do contexto das respostas dos sujeitos da análise/estudo, favorecendo a identificação de indícios de mudanças no pensar das mulheres, o que levaria, futuramente, na construção de um novo perfil de mulher visualizado a partir do início do século XX. Por fim, a categoria denominada ‘princípios educativos femininos’, por se mostrarem como agentes condutores do percurso realizado pelas mulheres no movimento de tomada de consciência ou desenvolvimento de autoconsciência quanto as suas potencialidades e capacidades.

Dessa forma, a partir dessas categorias de análise realizamos um estudo que nos proporcionou o entendimento de haver uma mudança no pensar feminino daquela época, influenciada pela instrução; seja ela adquirida por meio da educação conventual (ainda que tal instrução não tivesse esse propósito), seja pelas orientações de mulheres que de alguma forma tiveram acesso a instrução e, a partir disso, se disponibilizaram a contribuir na formação de outras mulheres pelos meios mais variados possíveis.

3 RESULTADOS

Conforme já mencionado, os resultados a seguir são frutos dos estudos realizados durante o doutoramento. A análise partiu da leitura aprofundada de um conjunto de seis cartas redigidas pela marquesa e destinada a uma de suas filhas. Todavia, é preciso ressaltar que entre essas correspondências, encontra-se algumas destinadas ao pai de D. Leonor, que foram igualmente reproduzidas por Cidade (1930) e fez parte do conjunto selecionado para estudo. Isso porque, contribui para o entendimento do perfil da marquesa, que influenciou significativamente as orientações oferecidas à sua filha.

O Quadro 1, abaixo, tem a intenção de apresentar as cartas em análise, bem como as temáticas abordadas pela marquesa que são alvo do estudo. Toda a análise considerou o contexto em que foram escritas as cartas, bem como seus destinatários e objetivos dos conteúdos.

Quadro 1 – As Cartas da marquesa de Alorna

Remetente	Destinatário	Assunto
D. Leonor	Pai	Os outeiros poéticos. A cultura feminina entre a nobreza. Discussão sobre dois cometas.
D. Leonor	Pai	A ternura filial e as percepções de D. Leonor
D. Leonor	Pai	Exames no convento
D. Leonor	Pai	O enciclopedismo da cultura. O contato com autores ingleses.
D. Leonor	Filha	Carta 1ª – Os deveres da dona de casa
D. Leonor	Filha	Carta 2ª – Questão da economia/ economia de tempo
D. Leonor	Filha	Carta 3ª Economia de espaço
D. Leonor	Filha	Carta 4ª Economia doméstica
D. Leonor	Filha	Carta 5ª – As relações sociais e a questão de comportamento
D. Leonor	Filha	Carta 6ª – As relações sociais e as influências

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Nas cartas que destinava ao seu pai durante, declarou várias vezes, a condição de alienação das mulheres, bem como a ‘encarnação’ dos papéis que a sociedade lhe atribuía e o comportamento esperado para elas sem questionar, sem refletir sobre. Apresentava as preocupações femininas de suas colegas de convento de forma crítica, como quem tentasse chamar a atenção para as questões frívolas que a sociedade tomava como importante na conduta das mulheres, esquecendo-se de que eram tão sujeitas da história quanto os homens, já que delas dependiam o futuro das gerações e, claro, também, a construção da nação (MARQUESA DE ALORNA, 1844 apud CIDADE, 1941).

Quanto à situação de alienação e concordância feminina no que dizia respeito às frivolidades, D. Leonor declarou: “Falamos unicamente em enfeitar-se, qualidade aborrecível. Por fineza dizem umas às outras: ‘como és tola’ [...]. Isto é o comum.” (MARQUESA DE ALORNA, 1844 apud CIDADE 1941, p. 6-7). Todavia a Marquesa de Alorna também registrou a presença na sociedade de outras mulheres mais cultas e de bom conhecimento.

Esses dois registros de D. Leonor nas cartas que redigia ao seu pai no tempo do claustro⁴ evidenciam sua percepção quanto à diferença de cultura, de ideias e de comportamento entre as moças de

⁴ Acerca disso, sugerimos leitura da obra de Cidade (1930 e1941).

seu tempo. É essa diferença entre elas que lhe chama a atenção e a faz pensar que a instrução pode mudar a vida delas, ao mesmo tempo em que entende que o fato de muitas não saberem ler e escrever faz delas meros instrumentos de manutenção da condição frágil de vida das mulheres.

A primeira carta enviada a filha, trata dos deveres da dona de casa, entretanto, antes de iniciar suas orientações sobre questões do trato da casa, D. Leonor, pede a sua filha que retome seu aprendizado, lembrando os modelos que a mãe teria lhe apresentado para guiar sua conduta e o entendimento acerca dos verdadeiros atributos que se devem ter na sua conduta diária. Complementa suas orientações iniciais, lembrando a filha da educação que recebeu, evidenciando que foi diferenciada.

Em sua segunda carta, ainda relativa aos deveres da dona de casa, busca orientar sua filha quanto à questão da economia, alertando que essa temática não deve estar atrelada apenas à questão do dinheiro e, sim, a outros ramos da economia mais importantes, como a economia de tempo.

Ainda com relação à questão da economia de tempo, D. Leonor (1844 apud CIDADE, 1941, p. 82) assevera: “[...] a regra que esse estabelece cada qual para a economia do tempo não é o que basta para conservá-la e os maus hábitos das pessoas que nos rodeiam nos furtam momentos preciosos”.

O tempo deve ser empregado com utilidade e precisão, para que haja espaço reservado para outras coisas mais importantes, como o governo da casa, a educação dos filhos e os talentos que cada mulher tem, como a cultura, o saber, o envolvimento com a arte, a música e a saúde do corpo físico. Portanto, de acordo com a marquesa, a ideia de economia de tempo está pautada não apenas na responsabilidade do governo da casa, mas também e, principalmente, na educação da mente, envolvendo-a com coisas que possam agregar benefícios à sua vida, melhorando sua qualidade e a condição feminina no cotidiano, ao simplificar tarefas de modo a sobrar-lhe tempo para outras coisas.

Na questão do tempo, além do bom uso deste, para facilitar a organização de suas atividades domésticas e demais atribuições, há a ideia do que fazer com o tempo para que esse seja aliado na execução de outras coisas que enriquecem o espírito, ampliam o conhecimento e que, por conseguinte, refletirão na atuação da mulher junto à sua família e, em especial, ao seu marido. Essa medida simples garantia à mulher certa autonomia no seu cotidiano, elencando suas atividades e prioridades, e lhe oferecia uma posição de segurança e domínio do espaço e do tempo.

Na terceira carta enviada para a filha, D. Leonor aborda o tema da economia do espaço. Com relação à isso, as lições simples de limpeza e organização do espaço físico dos cômodos da casa trazem, outros conceitos importantes que, ao segui-los, a filha alcançará a admiração de seu marido, possibilitando que ele a escute em suas solicitações. As sugestões propostas pela marquesa são no sentido de que a filha, com tais cuidados, proporcione ao marido o apoio necessário às suas atividades, o descanso merecido, além do riso e do prazer. Dessa forma, ele estará plenamente satisfeito e disposto a ouvi-la sempre.

Na mesma perspectiva, D. Leonor trata também do toucador – espaço onde a senhora se arruma, se adorna. Aqui, ela se utiliza de conceitos de organização do espaço e do cuidado de si própria, para sugerir a ideia de como a esposa pode se manter admirada, desejada pelo marido, além, é claro, de contribuir na economia doméstica, fato esse que será muito valorizado pelo senhor da casa.

Outra orientação importante que aparece nas cartas e que vai além das questões administrativas do lar e, por isso, demonstra a necessidade de a dona da casa ter conhecimentos e fazer uso deles é

quando D. Leonor sugere medidas para que a governança da casa e das finanças destinadas à execução da dona da casa seja exitosa. Nesse sentido, orienta na contratação de um mordomo, ao elencar quais seriam os 'pré-requisitos' e as atribuições deste. Esse cuidado é destacado em seu texto, porque se vincula diretamente à administração de recursos materiais e financeiros, despendidos em prol da casa. Também, porque controlar as despesas da casa é uma das atribuições da dona da casa.

Entre as atribuições femininas, está a administração geral da casa, incluindo o emprego de recursos financeiros, além de compras e gastos com a cozinha, cavalaria, adegas e copa. Essa responsabilidade demonstra que, para dar conta disso tudo, a dona da casa deve possuir certos conhecimentos, além, é claro, de saber ler, escrever e calcular. Ela deve ter noções de economia, de logística e deve entender da alimentação, de serviços prestados e conhecer os preços válidos para cada compra. Deve ter uma visão panorâmica da casa, dos criados e das relações que deve travar para obter a organização desejada. Ou seja, são atribuições ligadas aos novos valores burgueses e, também, às novas necessidades que vinham surgindo na fase que a sociedade iniciava vivenciar.

A partir desse momento, já é possível visualizarmos os novos valores e princípios que regerão essa sociedade. A marquesa finaliza suas orientações relativas à economia com o seguinte resumo: "Tendo v. bem presentes todos os artigos que formam o plano da economia do tempo, da economia do espaço e da economia doméstica, conseguirá, sem dúvida formalizar um governo bem regulado de casa" (MARQUESA DE ALORNA, 1844 apud CIDADE, 1941, p. 88).

Por fim, em sua sexta e última carta, D. Leonor trata da escolha das companhias. A esse tema, chama a atenção da filha para que sempre esteja atenta quanto às pessoas que a cercam, pois não deve haver indivíduos que não possuam o mínimo de conhecimento sobre as coisas e sobre a realidade em que estão inseridos, não deve manter por perto de si pessoas que não contribuam em nada com a sociedade e que vivam em um mundo de futilidades. Essas pessoas induzem, em sua opinião, a um entendimento equivocado quanto ao conceito de liberdade, provocando situações que poderiam manchar uma reputação e levar a mulher ao descrédito.

Segundo D. Leonor, liberdade deve ser de pensamento, de gestos, desde que não venha acompanhada de desembaraço excessivo, pois esse conduz à maledicência e provoca a malícia dos homens. Tal descrição revela a importância que D. Leonor dá ao conhecimento e ao bom uso dele. Nesse breve relato, chama a atenção da filha para que valorize o que de fato possa agregar valores, conhecimentos e princípios à sua vida.

4 DISCUSSÃO

Com base nos resultados obtidos a partir da leitura criteriosa das cartas da marquesa, observamos que D. Leonor de posse da educação e comportamento previsto para as mulheres de sua época, estabeleceu orientações a elas, por meio de uma de suas filhas, de alguns conceitos, aos quais atrelou as expectativas de aprendizagem da sociedade em relação ao feminino, que não apenas permitia as mulheres uma 'otimização' das suas ações na execução de suas atribuições, como também propôs

um entendimento quanto a própria capacidade e potencial que cada uma detém em si, de como utilizar tal capacidade de modo a se autobeneficiar em seu crescimento pessoal e no entendimento de sua possível participação social de maneira mais efetiva e ativa, podendo inclusive, estabelecer escolha do uso do seu tempo para si própria.

Obviamente que isso, não se dava de forma totalmente visível e disponível para todas as mulheres. Mas, já sinalizava um início de mudança no pensamento feminino, provocando de forma gradativa, a uma emancipação de pensamento. Prova disso, seria a própria D. Leonor.

Precisamos dizer que nem todos os leitores de D. Leonor, interpretaram suas cartas dessa forma, ou a viram como uma possível pioneria na emancipação do pensamento feminino. Algranti (2014), afirma que a marquesa reforçava que atuação feminina estaria/deveria estar recolhida ao seu papel atribuído pela sociedade, incentivando a educação das mulheres proposta nos escritos de Verney (1746) e Sanches (1760), propondo uma formação estritamente voltada para a administração do lar. Todavia, discordamos disso. Pois, a nosso ver, a Marquesa foi uma das pioneiras na busca por uma formação feminina voltada também aos interesses das mulheres, melhoria das capacidades cognitivas e apreço pelo conhecimento, pelas artes e pela cultura.

Também pelo fato, de D. Leonor ter aberto as portas de sua própria casa, para contribuir na formação/instrução das meninas pobres da sua região. Dessa forma, reafirmamos que, a partir de nossas análises, D. Leonor foi de fato uma das pioneira na busca pela emancipação do pensamento das mulheres. Ajundando a construir um novo perfil feminino, com características que iniciavam o desenho das mulheres que viriam a se constituir, futuramente, como agentes dos movimentos feministas.

5 ESTUDO TEÓRICO

O estudo em sua completude foi muito mais amplo do que foi exposto aqui, pois foi fruto de um processo de doutoramento. Aqui, apresentamos uma parte resumida da pesquisa e análise da temática construção do feminino nos séculos XVIII e XIX, a qual demonstramos os resultados obtidos da pesquisa e análise. Resultados esses, que evidenciam o papel da marquesa na construção desse novo perfil feminino que antecedeu e, provavelmente, criou as primeiras condições para a edificação dos futuros movimentos feministas que buscaram e buscam a igualdade de oportunidades entre os sexos. Isso significa dizer, que os resultados obtidos demonstram que, por meio do acesso a instrução e pela contribuição de mulheres como D. Leonor, as mulheres alcançaram a emancipação do pensamento e começaram a se reconhecer como sujeitas da sua própria história.

Para dar conta do proposto a análise se desenvolveu em quatro partes. Primeiro fomos em busca de conhecer D. Leonor, sua vida, sua obra e o contexto em que viveu. Depois, fizemos a leitura criteriosa das seis cartas destacadas para o estudo, de modo a coletar informações/mensagens que revelassem o intuito da marquesa com seus escritos e os princípios educativos femininos que acreditávamos estar presentes em seus escritos. Feito isso, realizamos um comparativo entre as orientações de D. Leonor e o projeto de educação oficial português para as mulheres daquela época. Com isso, identi-

ficamos diferenças no propósito formativo, destacando D. Leonor como um exemplo vivo da mudança do pensar feminino mediante acesso a instrução.

Evidenciamos que as propostas realizadas por Verney (1746) e Sanches (1760, apud GODOY, 2018) estão em consonância com as expectativas sociais daquele momento, isto é, reforçam ao papel que as mulheres deveriam desenvolver naquela sociedade; já a da Marquesa, embora não tenha sido sistematizada ou tenha feito parte da educação oficial do país, mostrou-se não apenas o começo do caminho que, mais tarde, levaria à emancipação do pensamento feminino e a uma mudança na autoimagem feminina.

Por fim, nos debruçamos sobre uma análise dos princípios educativos femininos descritos por D. Leonor, a qual nos proporcionou a visão dos indicadores de uma mudança no perfil de mulher, processual e sutil, mas capaz de levar, futuramente, a emancipação do pensamento feminino e a alteração na autoimagem das mulheres em relação ao que existia na sociedade daquele período; tendo a marquesa como exemplo disso, também como pioneira desse movimento.

6 CONCLUSÃO

Diante do exposto, podemos dizer, que mulheres como D. Leonor, ainda que aristocratas ou princesas, mesmo que, de certa forma, como afirmam alguns historiadores, privilegiadas pela sua condição social, foram pioneiras na caminhada civilizacional, realizada, como aponta Leal (1999), pela racionalização e psicologização, procurando, por meio dessa caminhada, estabelecer o convívio entre os sexos e, especialmente, subtrair o poder do senhor (pai ou marido) por meio da submissão à força física, escondendo pela via dessa submissão a tentativa e, por que não dizer, a iniciativa/ação 'ardil' de se impor pela força moral disfarçada sob a aparente fragilidade. Essa ideia vem ao encontro do que propõe D. Leonor nas suas orientações à filha que se casaria.

Isso nos leva a pensar que as mulheres encontraram, ainda no século XVIII, um jeito de, dentro da condição determinada pelo seu sexo, manipular os elementos que as reduziam ou lhes eram redutores enquanto indivíduos e em seu desenvolvimento pessoal, modificando o quadro social, projetando nele uma nova imagem ou representação feminina. Ou seja, elas mudaram sua própria concepção de mulher e, depois, a projetaram na sociedade.

Quantas mulheres deram início a esse movimento ou participaram dele em seus respectivos países? Várias. Conhecemos só as que a história destacou. Outras tivemos que buscar identificar em suas trajetórias de vida, como foi o caso da marquesa de Alorna.

Neste momento, não nos importa saber qual o número de mulheres que participaram ativa ou efetivamente desse movimento, nem de quais classes sociais eram, se eram contraditórias ou não, se advogaram em causa própria inicialmente ou não, ou seja, não importa como ou qual foi sua motivação para tentarem se mobilizar, provocar mudanças em sua condição de vida.

O importante é saber que existiram mulheres que se incomodaram com a situação feminina, que não se calaram e procuraram atuar de alguma forma em seus cotidianos, modificando sua própria imagem, sua concepção acerca do sexo feminino e buscaram meios de se emanciparem mentalmen-

te. E que esse movimento teve pioneiras, entre elas, D. Leonor, que propiciaram outros movimentos posteriormente, provocando um desencadeamento de ações e situações que desembocou nas conquistas que vivenciamos hoje.

Além disso, importa saber que mulheres, como D. Leonor, se preocuparam com outras mulheres de classes sociais distintas e manifestaram uma consciência crítica em relação à sociedade em que viviam e em relação ao processo formativo feminino, mostrando, portanto, que a subalternização da mulher se deu pela via social e econômica e não pela (in)capacidade de cada uma delas.

Dessa forma, é evidente que houve modificação na autoimagem feminina – D. Leonor é um exemplo disso e, essa modificação, veio por meio da tomada de consciência de algumas mulheres quanto ao seu papel na sociedade e quanto às suas capacidades e poder de contribuição social. Também, é evidente que a tomada de consciência feminina teve início com pioneiras que perceberam, no processo formativo e na instrução, um meio para realizar um movimento capaz de ‘reposicioná-las’ na sociedade, ainda que estejamos falando das mulheres da nobreza que tiveram acesso à instrução, e não de todas, é possível ver nestas (nobres) esse movimento, seja pelas mãos daquelas que puderam se dedicar às letras ou por meio das que dirigiram os salões de suas casas, conduzindo as assembleias.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, L. M. Educação de meninas na América portuguesa: das instituições de reclusão à vida em sociedade (séculos XVIII e início do XIX). **Revista de História Regional**, UEPG, v. 19, n. 2, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda., 2009.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. *In: L'illusion biographique. Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, 962/63, p. 69 -72, 1986.

CALDAS, M. J. A.; MARTINS, M. S. N. Os annales e sua contribuição para a teoria e metodologia da história em educação do campo. **Revista Dialectus**, Ano 1, n.1, p. 275-289, jul./dez. 2012.

CIDADE, H. **A Marquesa de Alorna: sua vida e obras**. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1941.

ELIAS, N. **Processo civilizador: uma história dos costumes**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

GODOY, G. A. V. de. **Princípios educativos para mulheres dos séculos XVIII e XIX: contribuições da Marquesa de Alorna**. 2018. 150 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

LE GOFF, J. As mentalidades: uma história ambígua. *In*: LE GOFF, J.; NORA, P. (org.). **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 68-83.

LEAL, I. **Cristina de Pisano e todo o universo de mulheres**. Lisboa: Artes Gráficas Ltda, 1999. (Cadernos da Condição Feminina, nº 52 – comissão para igualdade e por direitos das mulheres).

LOPES, A. C. A situação das mulheres de oitocentos. *In*: **Povos e Culturas** – nº 10.

CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e culturas de Expressão Portuguesa – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2006.

LOPES, M. A. **Mulheres, espaço e sociabilidade**. Lisboa: Livros Horizonte, 1987

MARQUESA DE ALORNA. **Inéditos**: cartas e outros escritos. Seleção, prefácio e notas de Hernani Cidade. Lisboa: Livraria Sá da costa, 1941.

MARQUESA DE ALORNA. **Obras poéticas**. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844.

SANCHES, R. A. N. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1760.

SANTOS, M. J. M. Perspectivas sobre a situação da mulher no século XVIII. **Revista de História**, 4, Porto: ,niversidade de Porto, Faculdade de Letras, p. 35-48, 1981.

SILVESTRE, P. A. C. **Vivências do feminino no final do oitocentos** – representações da mulher em alguns romances e periódicos da época, 2009. Dissertação (Mestrado Estudos Portugueses Interdisciplinares) – Universidade Aberta de Lisboa, Lisboa, 2009.

VERNEY, L. A. **Verdadeiro método de estudar** – para ser útil à República, e à igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. Tomo Primeiro. Valença: Oficina de Antonio Balle, 1746.

Recebido em: 20 de Setembro de 2021

Avaliado em: 10 de Dezembro de 2021

Aceito em: 10 de Dezembro de 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhaigual CC BY-SA

1 Doutora – Universidade Estadual de Maringá. E-mail: gavgodoy@uem.br; gi.valadares@hotmail.com.



EDUCAÇÃO

V.11 • N.2 • Número Temático - 2022

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2022v11n2p47-58



A NÃO ASSINATURA: LEONOR RODRIGUES FRAGA – CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY (1752)

NON-SIGNATURE: LEONOR RODRIGUES FRAGA –
CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY (1752)

NO FIRMA: LEONOR RODRIGUES FRAGA -
CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY (1752)

Vera Maria dos Santos¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a condição de não assinante da viúva Leonor Rodrigues Fraga, a partir da escala de assinaturas de Justino Magalhães (2001). As fontes que deram suporte para este estudo são as bibliográficas e o inventário *post mortem* de Antonio Teixeira de Souza, de 1752. A base teórica que alicerçou a discussão se deu a partir dos seguintes autores: Magalhães (2001), para discutir a assinatura; Bourdieu (1999), Faria (1998) e Santos (2016), para discutir o sentido de família; Vellasco (2004) e Heinz (2006), para entender as elites locais. O Paradigma Indiciário norteou a coleta de dados e a construção da análise, na qual se evidenciou o perfil de Leonor Rodrigues Fraga, moradora de Porto da Folha, ao tempo em que emergiu a posição de não assinante dessa mulher setecentista sergipana.

PALAVRAS-CHAVE

Mulher. Século XVIII. Capitania de Sergipe Del Rey.

ABSTRACT

This article aims to analyze the status of non-subscriber of the widow Leonor Rodrigues Fraga, based on the scale of subscriptions by Justino Magalhães (2001). The sources that supported this study are bibliographic sources and the post mortem inventory of Antonio Teixeira de Souza, from 1752. The theoretical basis that supported the discussion was based on the following authors: Magalhães (2001), to discuss the signature; Bourdieu (1999), Faria (1998) and Autor (2016), to discuss the meaning of family; Vellasco (2004) and Heinz (2006) to understand local elites. The Index Paradigm guided the data collection and the construction of the analysis, in which the profile of Leonor Rodrigues Fraga, a resident of Porto da Folha, was evidenced, at the time that the position of non-subscriber of this 18th century woman from Sergipe emerged.

KEYWORDS

Womem. XVIII century. Captaincy of Sergipe Del Rey

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el estado de no firmante de la viuda Leonor Rodrigues Fraga, a partir de la escala de firmas de Justino Magalhães (2001). Las fuentes que sustentaron este estudio son fuentes bibliográficas y el inventario post mortem de Antonio Teixeira de Souza, de 1752. La base teórica que sustenta la discusión se basó en los siguientes autores: Magalhães (2001), para discutir la firma; Bourdieu (1999), Faria (1998) y Autor (2016), para discutir el significado de familia; Vellasco (2004) y Heinz (2006) para entender a las élites locales. El Paradigma Indiciario orientó la recolección de datos y la construcción del análisis, en el que se evidenció el perfil de Leonor Rodrigues Fraga, residente de Porto da Folha, en el momento en que el cargo de no firmante de esta mujer de Sergipe del siglo XVIII emergió.

PALABRAS CLAVE

Mujer, Siglo XVIII, Capitanía de Sergipe Del Rey.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo está vinculado ao projeto “O processo colonizador na Capitania de Sergipe Del Rey e a ordem civilizatória portuguesa (XVIII-XIX)”, na medida em que tem como objetivo analisar a condição de não assinante da viúva Rodrigues Fraga, a partir da escala de assinaturas de Justino Magalhães (2001). Para subsidiar a discussão em pauta, recorri a autores como Magalhães (2001), para compreender o significado da assinatura; Faria (1998) e Santos (2016), para entender o sentido da família no século XVIII; Pierre Bourdieu (1999), para apreender o papel da mulher numa sociedade que se impõe pelo poder masculino; e ainda a Vellasco (2004) e Heinz (2006), para discutir o conceito de elites locais. As fontes que guiaram esta interpretação são as bibliográficas e o inventário *post mortem* do marido de Leonor, Antonio Teixeira de Souza, falecido no ano de 1752.

A coleta de dados realizou-se a partir de uma ficha que contém palavras-chave que norteiam o trabalho do pesquisador. Aliado ao referencial teórico anunciado, Ginzburg (1989), a partir do Paradigma Indiciário, nos ensina a perseguir, na documentação, as pistas obscuras, os dados marginais, os indícios para construir um modelo epistemológico calcado em nossa herança cultural.² Embasada neste conjunto de aprendizado, garimpei os vestígios, a partir da transcrição e da análise do inventário, os quais me auxiliaram a desvendar as tramas postas nas entrelinhas da escrita judiciária do século XVIII, de modo a iluminar o movimento da família Rodrigues Fraga.

Convém esclarecer que, nesta discussão, “[...] o inventário é uma relação de bens móveis e imóveis de uma pessoa e contém dados importantes sobre o cotidiano das famílias, e das crianças órfãs” (NUNES, 2004, p. 13). Nesse documento

Registram-se ainda as dívidas existentes, cuja primeira abordagem é a quantificação, também é permitida análise sob outros enfoques como filhos ilegítimos, que procuram ser legitimados, credores que recorrem para que se efetue o pagamento das dívidas [...]. (NUNES, 2004, p. 13).

Destaco que esta reflexão histórica, mormente no campo educativo, em torno das vidas apresentadas, não serve apenas para descrever o seu passado, mas para nos colocar perante um patrimônio de ideias, de projetos e de experiências. Essa mulher que viveu sob a atmosfera do patriarcalismo pautou os princípios da educação da sociedade setecentista sergipana. Fechando o quadro introdutório, antes de discutir a questão da assinatura, faz-se necessário seguir o questionamento: quem foi Leonor Rodrigues Fraga?

² Quando o autor fala em construção do conhecimento pautado em nossa herança cultural, remeteu-se à origem do homem, como caçador que buscava e perseguia sua presa para capturá-la, seguindo as suas pegadas. Essa atividade da caça, segundo o autor, fizemos durante anos, e a memória desse aprendizado, do que fomos, no passado, está em cada um de nós, e, sendo assim, devemos acessá-la ao fazermos o trabalho de pesquisador/historiador. O historiador pode ser comparado ao caçador, ao detetive, cujo olhar é lançado para traços secundários, detalhes ou elementos que passariam despercebidos.

2 LEONOR RODRIGUES FRAGA (1752)

Leonor Rodrigues Fraga foi uma mulher branca pertencente a uma elite local. Casou-se com o silitante Antonio Teixeira de Souza, que faleceu em 1752. Em vida, foi na Comarca de Porto da Folha, no sítio Buraco, que o marido de Leonor seguiu a tradição da região, ocupando-se da atividade de criação dos seguintes animais: gado, vacas, novilhos, garrote, poldra, cavalos, conforme o seu inventário. Ressaltamos que, em Sergipe, “[...] no começo do século XVII já os rebanhos alcançavam as margens do São Francisco [...]” (NUNES, 2006, p. 35).

O conceito de elites é compreendido como “[...] grupos que por sua posição social, figuraram entre os de maior status, poder e renda [...]” (VELLASCO, 2004, p. 213). Heinz (2006), por sua vez, entendeu que o citado conceito tem um caráter amplo e descritivo e que se trata de “[...] categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de ‘estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos’”. Para este autor, os grupos de elites são diversos, como: “[...] ‘os dirigentes’, ‘as pessoas influentes’, ‘os abastados’, ou os ‘privilegiados’, e isso, na maior parte dos casos, sem uma outra forma de justificação, uma vez que o poder da elite impor-se-ia por si próprio e prescindiria de maiores explicações”. Entende-se que “[...] as elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual [...]” (HEINZ, 2006, p. 8).

Leonor teve três filhos, contando com Braz, que faleceu aos cinco anos, teve ainda Antonio e João, todos os filhos legítimos do casamento e que moravam em sua companhia. Antonio e João, por serem os mais velhos, ajudavam, provavelmente, na atividade econômica da família. Além do sítio e dos animais, Leonor herdou os escravos Ângelo, de idade de 20 anos, uma negra da Angola de nome Anna, de idade de quatro anos, uma crioula de nome Maria, de idade de trinta anos e uma escrava de nome Joanna, que não teve a sua idade revelada.

Todos eram integrantes da família que pode ser compreendida a partir de Bourdieu (1999), a

[...] família como continuidade simbólica e rede de relações sociais que se perpetuam através da transmissão de sinais de identidade coletiva e de vínculos que estão além do isolamento ou da fragmentação espacial onde o parentesco (real ou fictício), a propriedade, o controle da mesma através do trabalho e as práticas de herança jogariam um papel fundamental. (BOURDIEU, 1999, p. 43-44).

Faria (1998, p. 40-41), por sua vez, destacou que “[...] família também pressupõe a não-coabitação e seu significado se relaciona não só à consangüinidade como pode ainda abranger membros de outras famílias que fossem ‘aliados’”. Essa autora entendeu que os aliados não eram membros diretos do núcleo familiar consanguíneo, mas viviam sob o mesmo teto, como genros, cunhados, afilhados, além dos escravos.

No caso da Capitania de Sergipe Del Rey, Santos (2016, p. 171), a partir da análise de 88 inventários, entendeu a família como um grupo de pessoas que vivem sob o pátrio domínio e possuem ou não laços de consanguinidade e que podem viver ou não conjuntamente, envolvidos numa rede de relações familiares adquiridas no decorrer da vida, visando à perpetuação do nome e do patrimônio. É importante perceber que todos esses componentes de uma família no século XVIII em Sergipe estavam submetidos ao pátrio poder ou pátrio domínio, o que caracterizava a família patriarcal naquele tempo.

Leonor ficou com a posse dos bens do casal e administrou as atividades inerentes ao sítio Buraco, juntamente com os seus filhos. É certo que essa situação só se fazia presente por falecimento do marido ou por motivo de viagens e/ou de ausências prolongadas dele. As Ordenações Filipinas (p. 949, título XCV) eram muito claras, em relação à posição da mulher no período colonial, quando afirmavam que “[...] morto o marido, a mulher fica em posse e cabeça do casal se com elle ao tempo de sua morte, vivia em casa teúda e manteúda, como marido e mulher”.

É dentro desses aspectos elencados que focalizo essa família sertaneja que, pela posição que ocupou no microcosmo social de Porto da Folha, constituiu a elite local, que são os grupos “[...] que por sua posição social, figuraram entre os grupos de maior status, poder e renda [...]” (VELLASCO, 2004, p. 213). Esses grupos “[...] parecem ocupar o ‘topo’ de ‘estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos’” (HEINZ, 2006, p. 8). Os grupos de elites são diversos:

‘Os dirigentes’, ‘as pessoas influentes’, ‘os abastados’, ou os ‘privilegiados’, e isto, na maior parte dos casos, sem uma outra forma de justificação, uma vez que o poder da elite impor-se-ia por si próprio e prescindiria de maiores explicações. [...]
As elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual [...]. (HEINZ, 2006, p. 8).

Assim, nesse núcleo familiar, Leonor Rodrigues Fraga viveu num ambiente rural e exerceu atividades que foram descritas como próprias do mundo masculino, mas que trabalhos como esse mostram que os registros que ficaram nos documentos setecentistas evidenciam a atuação de Leonor no seu cotidiano, ao tempo em que desmistificam as ideias cristalizadas na historiografia sergipana e brasileira.

3 A NÃO ASSINATURA DE RODRIGUES FRAGA

Nos inventários sergipanos, analisados na pesquisa de Santos (2016), encontram-se diversos tipos de assinaturas: em cruz, “a rogo”, grafadas ou desenhadas, as quais podem nos informar sobre o grau de familiaridade do indivíduo com a escrita, o que dá uma noção sobre a capacidade de escrever. A ausência de assinatura, como visto no inventário do marido de Leonor Rodrigues Fraga, denuncia uma situação corriqueira na sociedade colonial, na qual eram raras as mulheres que sabiam assinar seus nomes, fato constatado na maior parte dos inventários sergipanos.

O fato de a maioria das mulheres sergipanas serem não assinantes é um forte indicativo da condição feminina na sociedade colonial. À mulher, nessa sociedade, era comum a aprendizagem de boas maneiras e prendas domésticas. Conforme destacou Silva (1998, p. 235), o papel da mulher nessa sociedade era claramente definido:

[...] elas têm uma casa, que governar, marido que fazer feliz e filhos que educar na virtude. E era para bem desempenhar estas funções que as meninas deviam ser retiradas das casas paternas, onde era descuidada a sua formação, para serem educadas no recolhimento.

Os vícios da educação doméstica são descritos fundamentalmente em torno do conceito de ociosidade. Tendo serviçais para a servir, logo a menina pensava estar isenta do “trabalho das mãos” e, sem ter nada que fazer, dormia demais: “e deste demasiado sono vem a fazer-se mole, mais delicada, e mais exposta às rebeliões da carne”. Ociosa, adquiria também “uma pernicioso sensibilidade para os divertimentos e espetáculos” e uma grande curiosidade pela vida alheia, procurando “saber tudo o que se diz e o que se faz”.

Ainda dentro desta discussão, ressalta-se que, no projeto iluminista português, Luís António Verney elaborou uma proposta de educação para as mulheres. No livro *O verdadeiro método de ensinar* há uma dedicatória às mulheres no apêndice de sua última carta, a 16. Dividido em cinco tópicos, o livro, inicialmente, discorre sobre a pretensa inferioridade intelectual da mulher e a sua necessidade de estudos. O fato de as mulheres não terem acesso à leitura e à escrita lhes causava prejuízos, pois elas ficavam sujeitas a enganações. Assim sendo, recorriam aos parentes para assinar a seu rogo.

Almeida (2005) discutiu o tema ao estudar os escritores portugueses setecentistas que em suas obras, entre outros pontos negativos, destacaram os defeitos das mulheres. Segundo eles, são sempre os mesmos: “[...] inconstância, hipocrisia, frivolidade, vaidade, extravagância, soberba, ostentação, beatice, presunção, traição, tagarelice, beleza” (ALMEIDA, 2005, p. 82). Na visão do autor português João de Barros:

[...] os conselhos das mulheres são extremamente frágeis e sem validade, pois quando Deus fez o homem, fez a mulher por derradeiro, junto às coisas inferiores. Sua cabeça não era considerada pelo nosso autor como coisa divina, por isso de limitada capacidade. Essa inferioridade impediu de exercerem o governo da república, presidirem julgamentos, por serem apaixonadas e chorosas, e pregarem na missa [...]. (ALMEIDA, 2005, p. 83).

Ribeiro (2000, p. 74) destacou que outro exemplo elucidativo da questão em pauta é o do poeta português “[...] Gonçalo Trancoso que afirmava que a mulher não tinha necessidade de ler e escrever e, se possível, não deveria falar. ‘Afirmo que é bom aquele refrão que diz: a mulher honrada sempre deve ser calada’”.

Era deste modo que a mulher era vista na sociedade portuguesa e em suas colônias, considerando que a sua função perante a sociedade era a de procriar filhos machos, varões que herdariam as poses do pai para a preservação de seus privilégios masculinos.

Leonor, retomando a análise do inventário, por ser mulher, não assinou o documento, como ficou registrada a sua não assinatura, na página 55 do inventário de 1752: “[...] que assignou o dito juiz e a rogo della titura seo irmam Gonçalo de Oliveira Cardozo”. Na página 62, na seguinte frase, assim consta:

[...] debaixo do juramento prometeo ella a tutora sastifazer como se lhe emcarregou de que mandou o dito juiz fazer estes Autos em que assignou com a dita tutora que por não saber escrever o fez a Seo Rogo Seo irmão Gonçalo de Oliveira Cardozo, digo Antonio Cardozo de Souza que por ella assignou. (SERGIPE, 2005, p. 55).

Deste modo, é possível constatar que Leonor, em mais uma página, não assinou o documento, mas pediu ao seu irmão, Gonçalo de Oliveira Cardozo, para assinar a seu rogo. Essa prática de rogar era muito comum, quando a pessoa estava impossibilitada de assinar ou quando não sabia firmar o próprio nome. Sobre a mulher sergipana, quando ela não sabia assinar era muito comum recorrer a um terceiro que era, geralmente, um parente próximo, como o filho, o irmão ou o cunhado, para assinar por ela, como foi o caso de Leonor.

Na página 66 ficou outro registro: “termo de henserramento em que assignou com a dita tutora a que por ser molher nam sabe escrever assignou o Seo rogo o dito seo irmam Antonio Cardozo de Souza” (SOUZA, 1762, p. 66). Outro irmão de Leonor assinou o documento e, de acordo com a citação, vimos que o Juiz mencionou o fato de ela não saber escrever como um saber dissociado da leitura e que foram ensinados separadamente, como evidenciou Hébrard ao discutir a escolarização dos saberes elementares na época moderna, mostrando que esses saberes existiram de forma dissociada. Considerando este sentido, vale citar este autor:

Duas culturas profissionais antigas parecem constituir sua base: a dos clérigos, centrada na prática de uma escrita tendo a vocação de modelar uma língua erudita cujo caráter “escrito” vai se acentuando com o tempo, de uma escrita que se tornou o modo privilegiado da leitura dos textos proporcionados por essa língua; a dos mercadores, apoiada ela também numa prática da pena mais prioritariamente dedicada ao registro e à transmissão de informações verbais ou cifradas. Em suma, escrever/ler ao qual se contrapõe em escrever/contar. Essas práticas culturais, dissociadas durante muito tempo, dispõem de seus próprios modos de transmissão, amplamente endógenos, forte ou fracamente escolarizados (mas uma escola continua então uma estrutura da profissional) (HÉBRARD, 1990, p. 101).

Esta separação dos ensinamentos da leitura e da escrita foi confirmada no estudo de Santos (2016), que constatou que tais saberes foram ensinados separadamente, conforme a transcrição e a análise dos inventários sergipanos. Tal constatação remete ao estudo de Magalhães (1991) que, ao analisar a historiografia da alfabetização no mundo ocidental do Antigo Regime, afirmou ser muito comum, até o século XIX, a mulher assinar a rogo:

Não se encontrou ainda nenhuma situação, para o período em estudo genericamente os séculos XVIII e XIX, em que a mulher firme de cruz ou por qualquer outro sinal. Em contrapartida, quando, homem e uma mulher não sabem assinar, ele firma de cruz e ela por não saber assinar (roga) [...]. (MAGALHÃES, 2001, p. 124).

Para analisar a discutida questão, Magalhães (2001) definiu uma escala de assinaturas e estabeleceu como o primeiro nível dessa escala a não assinatura para entender o nível de alfabetismo da população. Assim entendeu o pesquisador:

[...] uma escala de assinaturas é um constructo instrumental que permite observar, comparar e medir, num continuum gradual e valorativo, diferentes desempenhos autográficos

cos, no âmbito de um marco teórico complexo, combinado de forma crítica e articulada facetas da alfabetização no contexto da cultura escrita. (MAGALHÃES, 2001, p. 101).

A não assinatura é identificada, nos documentos, por meio de siglas ou sinais-assinaturas. Assim, “[...] à mulher iletrada, ou mesmo a mulher leitora (semi-alfabetizada), não lhe é reconhecido o recurso à sigla, vendo-se forçada a ‘rogar por alguém que por ela assine’” (MAGALHÃES, 2001, p. 184).

A firma ou assinatura, de acordo com Magalhães (2001), pode ser interpretada no âmbito da História da alfabetização com dois objetivos distintos: “a) a assinatura como factor de distinção entre assinantes e não-assinantes, vulgarmente convertidos em alfabetizados e não-alfabetizados; b) a assinatura utilizada como indicador intrínseco do nível de alfabetismo” (MAGALHÃES, 2001, p. 104). De acordo com este entendimento, baseando-se nos indícios coletados no inventário, é possível vislumbrar, no Quadro 1, o nível de alfabetismo de Leonor, a partir da escala de níveis de leitura e de escrita criada por Magalhães (2001), a saber:

Quadro 1 – Escala de assinatura/práticas de leitura e de escrita

Nível de alfabetismo	Escala de assinaturas	Escalas de práticas de leitura e de escrita
1	Sinal-assinatura	Não sabe ler, nem escrever; nada.
2	Assinatura incompleta; ‘mão guiada’	Apenas lê e escreve mal; apenas lê e escreve o nome; apenas lê; apenas escreve ou faz o nome.
3	Assinatura completa; normalizada	Apenas lê e escreve; escreve sofrivelmente; escreve; lê e escreve alguma coisa.
4	Assinatura caligráfica; estilizada	Lê e escreve; lê e escreve sofrivelmente.
5	Assinatura pessoalizada; criativa	Lê e escreve bem; (formação acadêmica).

Fonte: Elaborado pela autora a partir do estudo realizado por Magalhães (2001, p. 142).

Os níveis 5 e 4 Magalhães (2001) designou de níveis superiores, ou seja, aqueles que têm domínio da leitura e da escrita. Já o nível 3, o autor denominou de intermediário, referente àqueles que possuem uma assinatura completa, normalizada e em relação à escrita e leitura, apenas lê e escreve; escreve sofrivelmente; escreve; lê e escreve alguma coisa.

Os níveis 1 e 2, o citado autor chamou-os de inferiores, sendo que no nível 1 a pessoa não escreve, no entanto se fazia presente por meio de um sinal-assinatura que é definido ou criado pela própria pessoa. O nível 1 representa a não assinatura pelo alfabeto. O nível 2 é aquele em que a pessoa apenas lê e escreve mal ou apenas lê e escreve o nome ou ainda apenas lê; apenas escreve ou faz o nome.

A partir dessa escala de assinatura/práticas de leitura e de escrita, o citado pesquisador definiu parâmetros de análise e assim entreviu a possibilidade de se estudar o nível de escolarização dos indivíduos a partir dos testamentos e inventários judiciais. Assim, a partir das minudências postas

nas entrelinhas do inventário de seu marido, é possível afirmar que Leonor, provavelmente, recebeu a “Instrução própria do seu sexo”, que ensinava, inicialmente, a Doutrina Cristã e os Bons Costumes e, em num segundo momento, os ofícios de cozer, bordar e fazer renda (SANTOS, 2016, p. 295). Esse conjunto de aprendizado não incluiu a leitura e a escrita, mas entendo que foi a instrução recebida pelas mulheres setecentistas sergipanas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Leonor Rodrigues Fraga, uma mulher branca, casada, moradora do sítio Buraco, em Porto da Folha, deixou mais um registro da pluralidade de atitudes femininas que existiram na sociedade setecentista sergipana. Leonor mostrou a sua face, quando rompeu o silêncio abafado pela legislação portuguesa que acentuou o caráter subalterno da mulher, ao assumir a administração e o comando de ocupações próprias do mundo masculino: o comando da vida familiar, criação de animais, administração do sítio e dos escravos, entre outras.

Tais ocupações foram assumidas mesmo sem ela saber ler e escrever, fato comum numa sociedade em que a mulher era excluída do mundo dos homens, por ser juridicamente incapaz de transitar sob uma ordem masculina.

No inventário do seu falecido marido, não assinou os documentos e pediu aos irmãos, Gonçalo de Oliveira Cardozo e Antonio Cardozo de Souza, para assinarem a seu rogo. Tal constatação evidenciou a condição de não assinante da maioria das mulheres setecentistas sergipanas. Dentro desta constatação, defendo a ideia de que o fato de Leonor ser não assinante se deve a ela ter recebido a “Instrução própria do seu sexo”, sendo esta a instrução oferecida às mulheres da elite no século XVIII na Capitania de Sergipe Del Rey.

Por fim, resalto que pesquisas desta natureza nos levam a refletir sobre diferentes perfis de mulheres sergipanas coloniais e nos mostram que as mulheres assumiram ocupações que, como foi visto, estavam além das atividades domésticas, isso já no século XVIII, na Capitania de Sergipe Del Rey. Tais ocupações desmistificam o ideal composto pela historiografia sergipana e brasileira de que a mulher na história viveu submissa, reclusa e sem trabalhar. Afirmo, ainda, que somente é possível mostrar a verdadeira face da mulher por meio da busca gradativa dos indícios que revelam as práticas cotidianas da vida das mulheres e que permitem fazer uma releitura da atuação feminina em épocas remotas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Creusa. **O sexo devoto**: normatização e resistência feminina no Império Português - XVI - XVIII. Recife: UFPE, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Tradução de Antonio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. **Revista Teoria e Educação**, Porto Alegre, v. 2, p. 65-110, 1990.

HEINZ, M. Flávio (org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MAGALHÃES, Justino de Pereira de. **Alquimias da escrita: Alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime**. Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

NUNES, Verônica. Introdução. *In*: Poder Judiciário do Estado de Sergipe. Arquivo Geral do Judiciário. **Catálogo dos inventários judiciais da Comarca de Estância: 1801-1850**. Aracaju: TJ: Gráfica J. Andrade, 2004. p. 11-22.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. História da Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção História 6) p. 79-94.

SANTOS, Vera Maria dos. **As mulheres de posses: a instrução dos órfãos menores na capitania de Sergipe Del Rey no século XVIII**. Fortaleza: Impreco, 2016.

SERGIPE. Poder Judiciário do Estado de Sergipe. Arquivo Geral do Poder Judiciário. Catálogo dos documentos judiciais do século XVIII de Sergipe: Inventário de Antonio Teixeira de Souza, Comarca de Porto da Folha, 1762, p. 55. *In*: SERGIPE. **Catálogo Digital da documentação do século XVIII de Sergipe: inventários judiciais – Estância e Porto da Folha**, 2005. CD-ROM 2.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. **A elite setecentista instruída em Sergipe Del Rey (1725 - 1800)**. volume 1. São Cristóvão, 2013.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da Justiça: Minas Gerais Século XIX**. São Paulo: EUSC, 2004. (Coleção História).

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro método de ensinar** (cartas sobre a Retórica e Poética). Lisboa: Presença, 1991.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Ordenações Filipinas**. Livro 1, Título LXXXVIII Disponível em: <http://www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. Acesso em: 21 abr. 2008.

Recebido em: 25 de Setembro de 2021

Avaliado em: 10 de Dezembro de 2021

Aceito em: 10 de Dezembro de 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhaigual CC BY-SA

1 Doutora em Educação, Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (UNIT), e-mail: veramstos@yahoo.com.br.



EDUCAÇÃO

V.11 • N.2 • Número Temático - 2022

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2022v11n2p59-68



“ANTEPASSADOS MEUS COM OS ACONTECIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS”: ISABEL GONDIM E A ESCRITA DA REVOLUÇÃO DE 1817

“MINE ANCESTORS WITH REVOLUTIONARY EVENTS”: ISABEL
GONDIM AND THE WRITING OF THE REVOLUTION OF 1817

“ANCESTORES MÍOS CON ACONTECIMIENTOS
REVOLUCIONARIOS”: ISABEL GONDIM Y LA ESCRITURA DE LA
REVOLUCIÓN DE 1817

Ane Luíse Silva Mecenas Santos¹
Cristiano Ferronato²

RESUMO

Este artigo objetivo analisar a obra Sedição de 1817 de autoria da professora primária Isabel Urbana Carneiro de Albuquerque Gondim (1839-1933). Trata-se de uma intelectual que se notabilizou pelo exercício do magistério e pela produção bibliográfica, notadamente, peças de teatro, livros de poesias e textos de história. Desse modo, objetiva-se problematizar a construção da concepção de história gestada pela pensadora da história, bem como a sua mobilização da narrativa para a produção escrita passado da nação, em especial do Rio Grande do Norte, de forma inteligível e sensível para os alunos. Foram elencados como fontes centrais a obra “Sedição de 1817” e jornais que versam acerca da dessa produção. Tal livro mobiliza uma reconfiguração da metodologia da história, na qual as memórias familiares são elencadas como recurso para a construção da “verdade histórica”.

PALAVRAS-CHAVE

Isabel Gondim. Sedição de 1817. Memória. Escrita da História.

ABSTRACT

This article aims to analyze the work *Sedition from 1817* by primary teacher Isabel Urbana Carneiro de Albuquerque Gondim (1839-1933). She is an intellectual who is notable for her teaching practice and for her bibliographical production, notably, plays, poetry books and history texts. In this way, the objective is to problematize the construction of the conception of history generated by the thinker of history, as well as her mobilization of the narrative for the written production of the nation's past, especially in Rio Grande do Norte, in an intelligible and sensitive way for students. The work “*Sedition of 1817*” and newspapers that deal with this production were listed as central sources. This book mobilizes a reconfiguration of the methodology of history, in which family memories are listed as a resource for the construction of “historical truth”.

KEYWORDS

Isabel Gondim. 1817 Sedition. Memory. Writing of history.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la obra *Sedición de 1817* de la maestra de primaria Isabel Urbana Carneiro de Albuquerque Gondim (1839-1933). Es una intelectual que se destaca por su práctica docente y por su producción bibliográfica, destacando obras de teatro, libros de poesía y textos de historia. De esta manera, el objetivo es problematizar la construcción de la concepción de la historia generada por el pensador de la historia, así como su movilización de la narrativa para la producción escrita del pasado de la nación, especialmente en Rio Grande do Norte, de una manera inteligible, y forma sensible para los estudiantes. La obra “*Sedição de 1817*” y los periódicos que se ocupan de esta producción se enumeran como fuentes centrales. Este libro moviliza una reconfiguración de la metodología de la historia, en la que se enumeran los recuerdos familiares como recurso para la construcción de la “verdad histórica”.

PALABRAS CLAVE

Isabel Gondim, *Sedição de 1817*, Memoria, Escritura de historia.

1 CAMINHOS DA OBRA E DA AUTORA

Nos idos de 1839, ao sul da província do Rio Grande do Norte, em Parary, nasceu a Isabel Gondim. A prática docente estava presente em sua família, ofício desempenhado por seu pai, Urbano Egidio da Silva Costa Gondim. Paralelo ao trabalho docente e fruto de uma teia de experiência do espaço escolar a autora se dedicou a escrever poesia, peças de teatro, livros escolares e livros de história. Também ocupou cargos em instituições de construção da identidade local, como o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Alguns pesquisadores dedicaram estudos voltados a trajetória da docente potiguar, ressaltando a sua produção textual, é o caso de Maria Arisnete Câmara de Moraes (2008) e Jacqueline da Silva Revorêdo (2002). No intuito de compreender a compreensão de Isabel Gondim acerca da escrita da História, foi realizado um levantamento

Percebe-se, que na primeira fase de escrita, Isabel Gondim tinha como eixo central de sua reflexão a prática educativa e o papel do ensino primário na sociedade brasileira. Essa dimensão de escrita mudou consideravelmente, no período posterior a sua aposentadora, constituindo a sua fase de maior produção de textos e de uma maior inserção na escrita de textos de teor histórico. Em tempos republicanos, a professora aposentada transmutaria em importante pensadora da história, por meio da produção de livros voltados ao público mais amplo, utilizando-se de linguagens pouco usuais na escrita na história.

Com isso, ela escreveu livros como “Sedição de 1817 na capitania ora estado do Rio Grande do Norte”, escrito em 1892 e somente publicado em 1908. Neste sentido, é possível afirmar que Isabel Gondim integra o grupo dos pioneiros nos fazeres historiográficos no Rio Grande do Norte, ao empreender ainda no oitocentos o seu processo de construção de leituras atinentes ao passado local, juntamente com Manoel Ferreira Nobre (1877) e Manoel Antônio de Oliveira Coriolano (1881). O seu livro foi recebido dessa forma pela imprensa potiguar:

A nossa talentosa e illustrada conterrânea, professora D. Isabel Gondim, acaba de dar a luz da publicidade um bom trabalho histórico sobre a revolução de 1817 neste Estado, então Capitania do Rio Grande do Norte.

É uma bonita brochura de 100 páginas em bom papel, nitidamente impressa, feita nas oficinas da “Gazeta do Commercio. (DIÁRIO DE NATAL, 1908, p. 1).

O livro de Isabel Gondim foi qualificado como “bom trabalho histórico” e enfatizou o fato de ter por escopo a revolução de 1817, a partir das experiências em solo norte-riograndense. Essa assertiva, de alguma forma, denota alguns aspectos que circundavam os fazeres historiográficos no estado ao longo dos primeiros decênios do século XX, como a demanda por narrativas históricas sobre o Rio Grande do Norte e de letrados que pensassem a história. Tratava-se de um contexto no qual os homens de letras da localidade, encontravam-se envolvidos na querela historiográfica e diplomática em relação à questão dos limites.

Dessa querela resultou a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, para mobilizar pessoas que pensassem a história e para angariar fontes em acervos que versam acerca da localidade e estivessem custodiados em estados. Um caso exemplar disso foi a comissão integrada por Tavares de Lyra e Vicente de Lemos. Ambos foram à Recife para realizar o levantamento documental (COSTA, 2017). Com o sodalício potiguar, abria-se espaço para a constituição de acervos.

Contudo, apesar de haver o texto elogioso acerca do livro e de elucidar as qualidades da professora primária nos fazeres historiográficos em um contexto marcado pela demanda por história, no qual o estado arregimentava pensadores da história para angariar fontes no enfrentamento da “Questão de Grossos”, Isabel Gondim não foi inclusa no seletivo grupo de sócios fundadores do sodalício potiguar. Essa ausência é emblemática. Teria sido por uma distinção de gênero nos fazeres historiográficos? Em decorrência de seu estilo de escrita, afeiçoada ao mundo escolar? Ou, ainda, em decorrência de possíveis querelas no âmbito da historiografia norte-riograndense?

Esse é um problema que não apresenta simples solução. Possivelmente, a resposta perpassa por todas as hipóteses aqui aludidas, pois a professora Isabel Gondim teve dificuldades em ser inclusa no grupo dos “homens” que pensavam a história na casa da memória potiguar. Luís da Câmara Cascudo, outro letrado que demorou a se tornar sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), ao escrever sobre a história de Natal apresentou alguns indícios sobre a dificuldade enfrentada por Isabel Gondim no processo de diálogo com os pares. Em seu entendimento se tratava de uma professora “isolada, sisuda, sem repercussão, escrevendo até morrer” (CASCUDO, 1980, p. 376).

Trata-se, certamente, de uma assertiva que necessita ser matizada. Primeiramente, no tocante ao fato de ser isolada. Afinal, isolada em relação a quem? É plausível afirmar que se tratava de um isolamento no tocante ao grupo de letrados que se dedicaram aos fazeres historiográficos na cidade de Natal. Apesar de suas inúmeras publicações e, principalmente, da prolífica escrita de manuscritos históricos, somente nos idos de 1929 a pensadora da história se tornaria sócia do IHGRN. Aliás, ela se tornou a mulher pioneira a adentrar os salões do sodalício na condição de sócia, aos noventa anos.

Contudo, isso não comprova um isolamento. Nem tampouco evidencia a possibilidade de inserção das mulheres em associações de produção historiográfica. E a comprovação dessa variante é a própria Isabel Gondim, que desde o final do século XIX era sócia correspondente do prestigiado Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, instituição congênera ao potiguar e onde ela teve ampla inserção, com a realização de conferências e apreciação elogiosa de seus escritos. Certamente, esse diálogo com sócios do sodalício pernambucano já corrobora para invalidar a hipótese de se tratar de uma pensadora da história isolada e sem repercussão. Talvez a descrição de sisuda para a professora possa ser entendida como uma reação às ações que a impediram de integrar às agremiações historiográficas do Rio Grande do Norte.

Pelo visto, ocorreu um amplo esforço no âmbito do IHGRN e dos homens que pensavam a história no Rio Grande do Norte para silenciar no tocante aos escritos de Gondim. Mesmo havendo uma demanda por história e contando com uma mulher que produziu um livro que foi apreciado como “um bom trabalho histórico”, ela não foi elencada para somar esforços na construção de uma historiografia de trincheira na questão dos limites. Mesmo tendo ampla inserção no Instituto de Pernambuco, ela não foi mobilizada para efetivar a heurística acerca de vestígios históricos que comprovassem o direito potiguar de posse ao território.

2 A SEDIÇÃO DE 1817

Por meio do livro “Sedição de 1817”, Isabel Gondim buscou sistematizar um escrito acerca da História do Rio Grande do Norte atrelada aos anseios familiares. Identificou seus antepassados envoltos no véu dos acontecimentos de 1817. Reiterou que com base nas narrativas transmitidas por meio da oralidade e fundantes da tradição familiar, buscou “expurgar dos domínios da incerteza factos históricos que provam, a evidência, o amor que esta pequena terra, em que vi a luz, sempre consagrou a independência da pátria” (GONDIM, 1908, p. 7).

Afilhada de André d’Albuquerque Maranhão, líder potiguar, e para a autora, personagem “heroico da história pátria”, o texto buscou “restabelecer a verdade” dos factos, no qual o método para o ofício estaria embasado nas “palestras familiares”. Memórias às quais Gondim entrou em contato durante a adolescência e que constituem “testemunhos insuspeitos de contemporâneos da época”.

Certamente, não se trata de uma mulher silenciada, sucumbida pela névoa do tempo. Em diferentes temporalidades, Isabel Gondim foi lembrada. Em seu tempo, dialogou com importantes nomes da *intelligentzia* nacional, participou de algumas agremiações culturais e intelectuais, publicou livros e artigos em jornais. Seus livros foram doados para instituições acadêmicas, que por sua vez registravam a recepção em jornais: “registrando a oferta de um volume do poema Brasil, por sua autora, d. Isabel Gondim, sócia correspondente do Instituto” (A PROVÍNCIA, 1913, p. 1).

Além de envolver-se em disputas no concorrido mercado de livros escolares no Brasil republicano, Isabel Gondim também contribuiu para a construção de um espaço destinado às mulheres em espaços institucionais amplamente marcados pela presença masculina. Certamente, o principal espaço conquistado pela professora primária foi no Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, instituição no qual ela já era sócia no início da década de 1880. Ela não apenas se tornou sócia, mas atuou de forma incisiva com preleções, envio de suas publicações e doações de objetos para compor o acervo museológico. Em 1884, foi publicada a notícia na qual “Um dito da Consocia Isabel Gondim, do 15 do corrente, ofertando um retrato do Reverendo João Xavier Damaso, um dos martyres da sedição de 1817, nesta província” (JORNAL DO RECIFE, 1884, p. 1).

Esse conhecimento constituído por meio da oralidade é ao longo do trabalho cotejado com outras fontes, documentos oficiais, os indícios da produção elaborada pelos insurgentes, muitas delas foram destruídas após retorno da administração provincial. Tal tema é apresentado quando a autora se debruça acerca do papel do reverendo João Damasceno Xavier Carneiro, o qual em uma viagem por Acari, havia deixado na localidade alfaias e alguns “papeis reservados sobre o movimento revolucionário” (GONDIM, 1908, p. 173).

Esses papéis serviram como prova apresentada pelo seu amanuense na denúncia de envolvimento do clérigo, com os insurgentes, feita às autoridades monarquistas durante a restauração. A autora aproveita essa passagem, para evidenciar, o que para ela consiste na “verdade” dos fatos, diz que houve um engano e mesmo com tal prova documental busca uma ratificação a qualquer discrepância dos fatos.

A narrativa descreve as paisagens da capitania e as mudanças pelas quais passaram por conta da dinâmica dos acontecimentos. Os espaços passam a constituir também um espaço de memória e para

a autora remonta às tradições incutidas aos familiares dos envolvidos na insurreição, durante a “de-sastrosa época de 1817 a 1820”. É o caso da região da cruz do Ribeiro, um ponto de parada, localizado na estrada real pública que interligava o Rio Grande do Norte a Pernambuco.

Em várias passagens a autora se dedica a relatar a situação dos familiares dos envolvidos, principalmente, as mulheres. Tanto no que diz respeito ao isolamento sofrimento em decorrência de um afastamento social imposto, como na tristeza das visitas aos prisioneiros, invasões aos imóveis das famílias, perseguições e no confisco dos bens.

3 CAMINHOS FINAIS

O tema dessa obra é caro, principalmente, à sociedade pernambucana. Isso é possível mensurar por meio da circulação livro destacado nos periódicos daquele estado no período. Neles são acusados recebimentos de exemplares, como também notas que versam acerca do conteúdo apresentado. A recepção ao trabalho da pesquisadora é referenciada em uma palestra realizada no âmbito do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, como também nos impressos locais:

Accusamos, penhorados, o oferecimento de um exemplar do opúsculo intitulado Sedição de 1817 na Capitania do Rio Grande do Norte, da lavra da escriptora rio-grandense d. Isabel Gondim.

Trata elle, como o indica o seu título, dos acontecimentos que se desenrolaram naquelle Estado do Norte, em consequência da revolução que rompeu em Pernambuco a 6 de março de 1817.

A bem da crítica histórica e de acordo com as informações que colheu e as tradições de família, outr’ora teve como verdade tudo quanto conseguiu apurar d. Isabel Gondim adiciona ao seu trabalho alguns esclarecimentos acerca da malograda revolução de 6 de março naquela Capitania. (JORNAL DE RECIFE, 1908, p. 1)

Desta forma, mesmo não estando no grupo de pesquisadores que vasculhavam os acervos documentais oficiais do país e de sua não participação efetiva nos círculos historiográficos, Isabel Gondim pode ser vista como uma pensadora da história que propôs alguns caminhos para a amplificação do processo de difusão do conhecimento histórico, como a exposição das narrativas do passado em dramas a serem encenados, em poemas ou por meio de memórias familiares.

Por essa perspectiva íntima e voraz, a narrativa histórica pensada por Isabel Gondim era um caminho para evocar o sentimento patriótico e coadunava com as prerrogativas cívico-patrióticas pensadas para o ensino de História nas escolas primárias. A complexidade de um passado temporalmente distante partira de uma realidade próxima, no espaço e no sujeito, respectivamente com o cenário do Rio Grande do Norte e das memórias familiares da própria autora. Se no âmbito da pedagogia moderna o ensino deveria partir do simples para o complexo, do próximo para o distante e do concreto para o abstrato, Isabel Gondim passava uma dimensão complementar desta prerrogativa, partindo do

emotivo para o racional. A sedição de 1817 passou a ser lida a partir das experiências tecidas no Rio Grande do Norte. Um chão que fez história e que passava a adentrar as páginas dos livros de história.

Além disso, os escritos de Isabel Gondim também possibilitam a compreensão de seu esforço de mobilização de diferentes estruturas narrativas para a configuração de sua trama histórica. O passado evocado pela emoção e confirmado pelas memórias de entes familiares insuspeitos ou até mesmo pela autora transmutada em testemunha ocular, revela uma perspectiva de escrita da história muito destoante da premissa na qual o historiador deveria afastar-se do seu objeto, temporal e emocionalmente. Isabel Gondim trilhou um caminho oposto, ao apinhar-se nas veredas familiares para entender a história de sua pátria, enveredando de seus próprios testemunhos. Apesar de seguir caminho oposto da neutralidade, a pensadora da História galgava o mesmo fim de outros profissionais da história de seu tempo: chegar à verdade.

REFERÊNCIAS

A ESCOLA. Pobres professores. **A escola**, revista de educação e ensino, n. 3, p. 107-108, 1877.

A FAMÍLIA MAÇÔNICA. Reflexões a minhas alumnas. **A família maçônica**, n. 10, p. 4, 1 de outubro de 1874.

A PROVÍNCIA. Instituto Archeológico. **A Província**, n. 328, p. 1, 29 de novembro de 1913.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CELSO, Affonso. Excelentíssima Senhora Dona Isabel Gondim. *In*: GONDIM, Isabel. **O sacrifício do amor**: drama em cinco atos. Rio de Janeiro: Typographia Commercial, 1909.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. **A “casa da memória norte-rio-grandense”**: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). 2017. 340f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

DIÁRIO DE NATAL. Sedição de 1817. **Diário de Natal**, n. 3414, p. 1, 21 de março de 1908.

GAZETA DE NOTÍCIAS. O sacrifício do amor. **Gazeta de Notícias**, n. 193, p. 3, 12 de julho de 1909.

GONDIM, Isabel. **O sacrifício do amor**: drama em cinco atos. Rio de Janeiro: Typographia Commercial, 1909.

GONDIM, Isabel. **Sedição de 1817 na província ora estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa, 1908.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Apresentação: intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para delimitação do objeto de estudo. *In*: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

JORNAL DO RECIFE. Concelho Superior de Instrução Pública. **Jornal do Recife**, n. 98, p. 3, 2 de maio de 1897.

JORNAL DO RECIFE. Instituto Archeologico. **Jornal do Recife**, n. 27, p. 1, 28 de novembro de 1892.

JORNAL DO RECIFE. Sedição de 1817. **Jornal do Recife**, n. 171, p. 3, 26 de julho de 1884.

JORNAL DO RECIFE. Sedição de 1817. **Jornal do Recife**, n. 241, p. 1, 23 de outubro de 1908.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. Escritoras oitocentistas: Isabel Gondim e Anna Ribeiro. **Educação e Linguagens**, Ano 11, n. 18, p. 84-106, 2008.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Isabel Gondim**: uma nobre figura de mulher. Natal: Terceirize, 2003.

NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. [1877]. 2. ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1971.

REVISTA ILLUSTRADA. Reflexões a minhas alumnas. **Revista Illustrada**, n. 208, p. 5, 1880.

REVORÊDO, Jacqueline da Silva. **Isabel Gondim x Francisca Izidora**: duas visões do amor no teatro no limiar no século XX. 2002, 193 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas. Sob o falso prestígio do maravilhoso: o ensino de História nos pareceres de 1883. **História & Ensino**, v. 2, n. 25, p. 115-137, 2019.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Um operoso e erudito estudioso da história de nossa pátria”: Raphael Galanti e o ensino de História do Brasil (1896-1917). **IHS: Antiguos jesuítas en Iberoamérica**, v. 7, n. 2, p. 42-62, 2020.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Scenas da História do Brasil: Esmeralda Masson de Azevedo e a escrita de livros escolares para crianças. **História Hoje**, v. 6, n. 12, p. 204-230, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil. 9 reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 231-270.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. Literatura na Província: reflexões sobre o movimento literário natalense em tempos pré-republicano (1861 – 1889). *In*: COSTA, Bruno Balbino Aires da; FERNANDES, Saul Estevan. **Capítulos de história intelectual no Rio Grande do Norte**. Natal, RN: EDUFRN, 2018.

SOARES, Lênin Campos. Isabel Gondim, a historiadora. **Natal das antigas**. Natal, 2019. Disponível em: <https://www.nataldasantigas.com.br/blog/isabel-gondim-historiadora> . Acesso em: 2 maio 2020.

Recebido em: 20 de Setembro de 2021

Avaliado em: 10 de Dezembro de 2021

Aceito em: 10 de Dezembro de 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhaigual CC BY-SA

1 Doutora em História; Mestra em História dos Sertões;
Professora do DHC-UFRN. E-mail: ane.mecenas@ufrn.br

2 Doutor em Educação; Professor do Programa de Pós-
-Graduação em Educação da UNIT.
E-mail: cristianoferronato@gmail.com



EDUCAÇÃO

V.11 • N.2 • Número Temático - 2022

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2022v11n2p69-81



PRESCRIÇÕES MÉDICAS PARA A VIDA SOCIAL DA MULHER: O CASAMENTO COMO MEDIDA HIGIÊNICA (SÉCULO XIX)¹

MEDICAL PRESCRIPTIONS FOR WOMEN'S SOCIAL LIFE:
MARRIAGE AS A HYGIENIC MEASURE (19TH CENTURY)

PRESCRIPCIONES MÉDICAS PARA LA VIDA SOCIAL DE LA MUJER:
EL MATRIMONIO COMO MEDIDA HIGIÉNICA (SIGLO XIX)

Juselice Alves Araújo de Alencar²

Joaquim Tavares da Conceição³

1 Artigo baseado na dissertação "A formação da dama higiênica. A educação feminina em teses médicas da Faculdade de Medicina da Bahia na segunda metade do século XIX (1851-1898)", Universidade Federal de Sergipe, 2021.

RESUMO

Este artigo discute prescrições médico-higiênicas para a vida diária de mulheres, tomando como fontes principais teses médicas defendidas na Faculdade de Medicina da Bahia, no século XIX, localizadas na Biblioteca Gonçalo Moniz, da Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador/BA. É recorrente nos assuntos abordados nas teses médicas analisadas o discurso em torno da educação feminina, com diversas temáticas que enfocam regras de higiene para o corpo e prescrições a respeito do comportamento a ser seguido pelas mulheres nos espaços doméstico e público. Dentre essas prescrições, os médicos apontavam o casamento como medida profilática para os males da saúde da mulher e indicavam a idade ideal para as meninas, jovens e mulheres se casarem. A medicina construiu um discurso sobre a educação feminina, considerando o casamento como uma medida preventiva/curativa para as mulheres a fim de evitar determinadas moléstias. Os discursos médico-higiênicos em torno de prescrições higiênicas para o casamento da mulher decorriam da influência da moral católica e do domínio do patriarcalismo e resultou em violência e dominação masculina, com repercussões negativas que podem ser evidenciadas no tempo presente.

PALAVRAS-CHAVE

Casamento. Educação Feminina. Teses Médicas.

ABSTRACT

This article addresses medical-hygienic prescriptions for the daily life of women, using as main sources medical theses defended at the Bahia's School of Medicine, in the 19th century, located in the Gonçalo Moniz Library, Bahia's School of Medicine (Faculdade de Medicina da Bahia), in Salvador/BA. It is recurrent in the issues addressed in the analyzed medical theses the discourse around women education, with several themes that focus on hygiene rules for the body and prescriptions regarding the behavior to be followed by women in the domestic and public spaces. Among these prescriptions, the doctors pointed to marriage as a prophylactic measure for the ills of women's health and indicated the ideal age for girls, young ladies, and women to get married. Medicine constructed a discourse on women education, considering marriage as a preventive/curative measure for women in order to avoid certain illnesses. The medical-hygienic discourses around hygienic prescriptions for women's marriage stemmed from the influence of Catholic morality and the dominance of patriarchy and resulted in violence and male domination, with negative repercussions that can be evidenced in the present time.

KEYWORDS

Marriage. Women Education. Medical Theses.

RESUMEN

Este artículo aborda las prescripciones médico-higiénicas para la vida cotidiana de las mujeres, para esto, se utilizaron tesis médicas como fuentes principales defendidas en la Facultad de Medicina de Bahía, en el siglo XIX, localizadas en la Biblioteca Gonçalo Moniz de la Facultad de Medicina de Bahía, en Salvador/BA. Es recurrente en los asuntos tratados en las tesis médicas analizadas el discurso acerca de la educación femenina, con varios temas que se centran en las normas de higiene del cuerpo y las prescripciones sobre el comportamiento que deben seguir las mujeres en el espacio doméstico y público. Entre estas prescripciones, los médicos señalaban el matrimonio como medida profiláctica para los males de la salud femenina e indicaban la edad ideal para que las niñas, jóvenes y mujeres se casen. La medicina construyó un discurso sobre la educación femenina, considerando el matrimonio como una medida preventiva/curativa para las mujeres con el fin de evitar ciertas enfermedades. Los discursos médico-higiénicos en torno de las prescripciones higiénicas para el matrimonio de las mujeres se derivan de la influencia de la moral católica y del dominio del patriarcado y dieron lugar a la violencia y a la dominación masculina, con repercusiones negativas que se pueden evidenciar en la actualidad.

PALABRAS CLAVE

Matrimonio, Educación Femenina, Tesis Médicas.

1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de compreender o discurso médico em torno da educação feminina, foram analisadas como fonte teses doutorais de titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia, localizadas na Biblioteca Gonçalo Moniz/Memória da Saúde Brasileira, na Faculdade de Medicina da Bahia (UFBA), em Salvador/BA. Além de prescrições a respeito da higiene escolar (CONCEIÇÃO, 2017; GONDRA, 2014), no discurso médico-higiênico é evidenciado um conjunto de proposições que procuravam determinar regras de bem viver direcionadas às mulheres.

Os médicos, abordando diversos temas, direcionavam suas intervenções à saúde pública e à particular (no âmbito familiar), dirigindo, sobretudo, o seu olhar para a famílias das elites econômicas, tendo como alvo principal a mulher e as situações que a envolviam, a exemplo do aborto, casamento, menstruação, maternidade e doenças sexuais.

Os discursos médicos expostos em teses médicas apresentavam proposições cujo objetivo era medicalizar toda a sociedade (COSTA, 1979). Neste sentido, os médicos defendiam regras higiênicas com o intuito de modificar os hábitos e os costumes no âmbito privado e social. Para os médicos, a saúde, a felicidade e a prosperidade só se dariam por meio da obediência às ordens médicas e às prescrições higiênicas, convertendo todos os membros a normas higiênicas rígidas, o que, segundo Costa (1979, p. 274), “[...] tornou possível a exploração do corpo e do sexo de todos aqueles que, oprimindo, se acreditaram acima da opressão. De todos aqueles que, extorquindo os oprimidos, nem por isso escaparam à extorsão”.

No contexto do século XIX, os discursos médicos exibiam uma sociedade desorganizada que necessitava ser ordenada, em que a medicina seria indispensável para restabelecer a ordem social e a intervenção do médico passou a ser considerada de primeira importância. Gondra (2004, p. 43) analisa os fundamentos dessa intervenção e legitimação da medicina no contexto do século XIX:

Fundamentado nas operações de ordenar, prescrever, certificar, avaliar, prometer e ameaçar, um conceito foi sendo construído de modo que a medicina pudesse se apresentar como legítima ciência no processo de regramento da vida individual e do ordenamento social. Constituída nesses termos, passou a exigir para si uma autoridade e poder até então só experimentado pelo discurso de matriz religiosa, o que não implica e não nos autoriza a falar de uma renúncia ao modelo religioso. Pelo contrário, trata-se de adotar o modelo da religião revestindo-se com os elementos da ciência, mantendo-se conservado o lugar de quem ouve, analisa, avalia, julga, prescreve e ameaça. Foi, pois, essa concepção de medicina que se tornou preponderante ao longo do século XIX.

O tema casamento foi recorrente na pauta de discussões dos médicos higienistas da segunda metade do século XIX. Em tempos diferentes, cinco médicos defendiam o casamento como importante para conservação da saúde das mulheres, apresentando os benefícios deste para equilibrar as forças vitais (LEMOS, 1851, p. 15).

Quadro 1 – Relação de teses médicas que abordam o casamento como medida higiênica para as mulheres

AUTOR	TÍTULO	ANO
João Pinheiro de Lemos	<i>Celibato professado pelas mulheres</i>	1851
Ignacio Luiz de Verçosa Pimentel	<i>Casamento ilegítimo diante da higiene</i>	1864
Segismundo Garcez de Mendonça	<i>Abortamento</i>	1882
Guilherme Arthur Ollivier	<i>Diagnostico diferencial da gravidez</i>	1890
Theodoro de Britto Pontes	<i>O aborto criminoso</i>	1898

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das teses pesquisadas.

2 PRESCRIÇÕES MÉDICAS EM TORNO DO CASAMENTO

No contexto do século XIX, para as mulheres brancas ligadas aos grupos econômicos dominantes, casar-se significava, em geral, ascender socialmente. Namoros que não objetivassem o casamento eram combatidos, e “as moças de família” seriam alvo de falatório indesejado ou maldoso, colocando em jogo o status social e o prestígio das suas famílias. Segundo Mary Del Priore (1993; 1997), a mulher conquistava prestígio social quando se casava, levando um bom dote. Portanto, sendo elas ricas, eram alvo de potenciais pretendentes ao casamento. Neste sentido, entendimentos em relação à educação feminina no século XIX acentuaram características bem definidas para as mulheres; a elas cabia a aceitação do casamento como um meio e fim dos seus destinos e de possibilidade de mudança de vida.

O casamento foi apontado como medida preventiva contra monomania (NUNES, 2000) e considerado ideal para as moças de família, que deveriam constituir o lar como “[...] um lugar privilegiado, o espaço das mulheres onde reinavam soberanamente, fazendo desse um lugar elegante, festivo, sem tumultos, sem banalidades” (CASTELO BRANCO, 1996, p. 110).

A tese de doutoramento de Ignacio Luiz Verçosa Pimentel, do ano de 1864, intitulada *Casamentos ilegítimos diante da higiene*, apresenta o seguinte argumento em defesa do casamento:

A História do Casamento é a história da mulher. Na tela puríssima onde se desenham e transparecem seus prantos e risos, suas decepções e esperanças avultam e destacam-se também a instituição sacro santa do casamento. Por ele e para ele é que vive a mulher. Por ele é que a mulher deixa pai e mãe. Por ele é que a Indiana supersticiosa se atirava às chamas que a deviam transportar ao esposo que a deixará sozinha. Por ele é que Epomina

entregava-se com Sabino aos horrores de um exílio. O casamento é a sua cruz e a sua redenção. (PIMENTEL, 1864, p. 9).

O casamento foi um mecanismo que conseguiu agregar desafetos contrários em nome da honra e dos bons costumes da família patriarcal, uniu posições antagônicas em nome de uma pretensa herança de bens. Considerado “sagrado” aos olhos dos homens e da Igreja Católica, foi almejado pelas jovens e desejado por aquelas não tão moças, ao ponto de que se não conseguissem subir ao altar sentiam-se feias, indesejadas e abandonadas. No imaginário romantizado e caracterizado pela moral cristã, a felicidade só poderia estar no casamento; todavia, para muitas mulheres acabava por se configurar um martírio, em que, para fazer feliz o esposo, anulavam-se e submetiam-se à infidelidade, à indiferença, à falta de afeto etc., e às mais diversas intempéries de um “casamento arranjado”.

Em geral, os médicos apresentavam o casamento como algo inerente à natureza das mulheres, condição para gerar e ser mãe e ressaltavam malefícios decorrentes da sua não realização. Com esse entendimento, o médico baiano João Pinheiro de Lemos, na sua tese intitulada *Do celibato professado pelas mulheres*, defendida no ano de 1851, defendia que:

[...] o casamento, porém a mulher adquire uma força reativa contra a ação perniciosa de alguns agentes. O fluido gerador impregna sua organização, aviva todas as suas funções, espalha mais atividades, mais vida por toda a sua economia. E feliz dispõe de mais vantagens, saboreia todos os prazeres deste mundo, a mulher que se une a um esposo de sua escolha. (LEMOS, 1851, p. 10).

No decorrer de toda a tese, o médico João Pinheiro de Lemos apresenta argumentos contrários ao celibato para as mulheres e ressalta as consequências nocivas advindas dessa condição para a vida física, mental, biológica e psíquica delas. E, de acordo com esse mesmo médico, a natureza humana passa a agir, a partir da puberdade, para a futura e frutífera vida familiar da mulher, sendo este o objetivo final de sua vida. Portanto, a família e a medicina não podiam prescindir dos cuidados atentos e da obrigação moral de ajudar a menina nessa fase da vida, uma vez que “[...] todas as disposições orgânicas da mulher mudam com a puberdade, e o moral acompanha todas essas modificações” (LEMOS, 1850, p. 8).

A educação que a mulher burguesa recebia convergia para que ela, por meio do casamento, perpetuasse o poder patriarcal das famílias envolvidas. Ou ainda, como explica Costa (1979), “[...] a natureza eminentemente econômica da transação matrimonial tornou esta cláusula um requisito indispensável à sua efetivação. Sem dote, a mulher estava votada ao celibato” (COSTA, 1979, p. 216).

O médico João Pinheiro de Lemos, na tese intitulada *Do celibato professado pelas mulheres*, de 1851, define o celibato como:

[...] um estado de violência contra os impulsos e leis da natureza; é desfavorável à conservação da saúde; é a fonte de onde derivam-se graves enfermidades, pungentes flagelos, agras dores, cujo termo só pode a mulher encontrar nessa união de vida, nesse estado, em que uma só vida é vivida por dois seres, nesse estado, em que duas almas são confundidas, todos os interesses idênticos. (LEMOS, 1851, p. 2).

Logo, para o citado médico, o celibato era um estado a ser condenado com veemência por ser considerado uma condição que forçava as mulheres a sufocarem todos os seus desejos e fecharem seu coração aos sentimentos. E continua, afirmando que a mulher que tem alma e um coração é obrigada a pensar e sentir pela alma e pelo coração de outras pessoas (LEMOS, 1851). O que estava em pauta era o *modus operandi* dos médicos higienistas. Os sentimentos ou desejos das mulheres não eram levados em consideração; ora eram defendidos, ora eram condenados. A defesa dos médicos higienistas fazia-se em torno do casamento juridicamente instituído para, desta forma, preservar a família e os valores baseados na moralidade cristã tão decantados pelos grupos sociais mais favorecidos economicamente.

A relação sem o vínculo legal ou formal do casamento não era indicada como prescrição para a saúde da mulher. E segundo Chartier (1992), esses discursos ou representações constituíram-se, durante a passagem dos séculos, como modelos aceitáveis e repetidos continuamente, com poucas variações e que só se modificaram quando a sociedade por inteiro se transformou.

As famílias dos grupos sociais mais favorecidos economicamente passaram a ser orientadas e preparadas para educar suas filhas para um “bom” casamento e seus varões para olharem aquelas que possuíssem um bom dote financeiro. De fato, nesse contexto, o casamento apresenta uma dimensão econômica, um contrato que confirma a posição social das partes envolvidas e se fazia imprescindível até para a saúde delas, como diz o Dr. Lemos em sua tese, defendendo o casamento como ação terapêutica, quando afirma:

[...] que toda terapêutica, para fortificar e regularizar as funções do sistema nervoso, é o Casamento, cujos prazeres distribuem as forças vitais para a toda a economia; que toda a prática médica em várias ocasiões, após tentar várias medicações, prescreveram o Casamento, e os males incuráveis, como por milagre, desapareceram. (LEMOS, 1851, p. 15).

O imperativo era casar e também procriar. O médico baiano João Pinheiro de Lemos (1851) apresenta exemplos da literatura médica que afirmam que mulheres enfermas, com a vida por um fio, ao conceber um filho, recuperam-se bravamente. Isso demonstra, segundo o médico, que a lei da natureza é fazer perpetuar a espécie humana. A respeito de “[...] inconvenientes do celibato e vantagens do casamento” (LEMOS, 1851, p. 7), o mencionado médico ressalta o valor que devota ao casamento, e por meio deste a condição da mulher gerar e de ser mãe, quando assegura o alongamento da existência, porque se casando, ela garante que a lei da perpetuidade das gerações concretize-se, recebendo o direito de ter o doce nome de mãe.

Essa defesa do casamento faz-se presente quando o médico apresenta dados estatísticos levantados em diferentes épocas e lugares, com informações que apontam a longevidade das mulheres casadas em detrimento da curta vida daquelas que optaram pelo celibato. Ressalta que as diferenças de sentimentos ou necessidades íntimas entre as mulheres casadas e as não casadas são visíveis, visto que, quanto mais severa e casta, a mulher podia tornar-se descontrolada na sua sexualidade na medida em que não atendeu aos apelos do corpo e aos desejos do seu coração, podendo tornar-se devassa e libertina.

O celibato perpétuo, a que são condenadas as religiosas, provoca acessos de histeria, espasmos nervosos e obsessões diabólicas. Alerta que durante o período da menstruação, as enfermidades são mais frequentes nas mulheres consagradas do que nas mulheres casadas ou livres, nestas as dores e enfermidades são menos sentidas. Para mulheres com problemas no fluxo menstrual ou que sofriam de hemorragias periódicas pelo nariz ou pela boca, o casamento era o remédio indicado (LEMOS, 1851).

A defesa e idealização da esposa e mãe como papéis a serem naturalmente exercidos pelas mulheres também estavam presentes em códigos de boas maneiras. Nesse aspecto, o *Código do bom tom ou Regras da civilidade*, de J. I. Roquette, conclama as mulheres para serem virtuosas, exemplos de mulheres fortes e honradas para encher a casa de urbanidade e o esposo de virtude e honradez, como as mulheres aperfeiçoadas pela sabedoria de Salomão (ROQUETTE, 1875, p. 301).

Mott e Maluf (1998), no livro intitulado *História da vida privada no Brasil*, apresentam o *Decálogo da boa esposa*, publicação do periódico *Revista Feminina* do final do século XIX, que objetivava educar as mulheres com mensagens moralizadoras para guiar as esposas e mães e assim indicar os passos que a mulher bem-casada e higiênica deveria percorrer para fazer a alegria dos seus maridos:

I- Ama teu esposo acima de tudo na terra e ama [...]; lembra-te de que a tua casa é teu esposo; II- Trata teu esposo como um precioso amigo; como a um hóspede de grande consideração e nunca como uma amiga [...]; III- Espera teu esposo com teu lar sempre em ordem e o semblante risonho; mas não te aflijas [...] se alguma vez ele não reparar nisso; IV- Não lhe peças o supérfluo para o teu lar; pede-lhe sim, caso possas, uma casa alegre [...]; V- Que teus filhos sejam sempre bem-arranjados e limpos; que ele ao vê-los assim possa sorrir satisfeito [...]; VI- Lembra-te sempre que casaste para partilhar com teu esposo as alegrias e as tristezas [...] quando todos o abandonarem fica tu a seu lado e diz-lhe: Aqui me tens! Sou sempre a mesma; VII- Se teu esposo possuir a ventura de ter sua mãe viva, seja boa para ela pensando em todas as noites de aflição que terá passado para protegê-lo na infância, formando o coração que um dia havia de ser teu; VIII- Não peças à vida o que ela nunca deu para ninguém. Pensa antes que se fores útil poderás ser feliz; IX- Quando as mágoas te chegarem não te acovardes: luta! Luta e espera na certeza de que os dias de sol voltarão; X- Se teu esposo se afastar de ti, espera-o. Se tarda em voltar, espera-o; ainda mesmo que te abandone, espera-o! Por que tu não és somente a sua esposa; és ainda a honra do seu nome. E quando um dia Ele voltar, há de abençoar-te. (MOOT; MALUF, 1998, p. 394).

O *Decálogo da boa esposa* acima nos remete às prescrições identificadas nas teses dos médicos da Faculdade de Medicina da Bahia, ao descreverem as orientações e aconselhamentos que as “mulheres bem casadas” teriam de seguir para serem felizes e preservarem a saúde do casamento e da prole. Assim, a mulher é representada como a grande responsável por um conjunto de deveres em relação aos cuidados com a casa, o marido e os filhos. Dependia exclusivamente delas o fracasso da família e a elas não se permitia recusar de desempenhar o papel que se esperava do ser feminino desse contexto histórico, apesar das resistências silenciosas dentro de casa, ou defesa dos direitos e da liberdade feminina por meio de periódicos publicados na imprensa.

As senhoras, “moças de boa família”, fazendo a alegria dos seus maridos, estavam assim predestinadas a serem felizes, não importa quando ou de que maneira essa felicidade chegaria e não se fazia útil para a saúde moral delas duvidar da honradez de seus esposos. Além das várias representações que a elas eram atribuídas, a mulher tinha por obrigação, também, aceitar resignadamente o papel da esposa fiel, companheira e compreensiva.

A concepção da mulher pouco talentosa pode ser interpretada como uma “representação” (CHARTIER, 1990) com características próprias, ou seja, como um fenômeno coletivo, social e político. É coletivo por ser retratada em várias teses de doutoramento a ingerência no cotidiano das mulheres; político por circunscrever a mulher em um contexto preconcebido, como aquela que é mais frágil e dependente do sexo mais forte; e social por ser específica de um contexto social, a sociedade oitocentista, sempre tendo em vista a manutenção do poder e prestígio social das famílias de grupos sociais mais favorecidos economicamente do Brasil Império.

Além da *Revista Feminina*, o final do século XIX também assistiu à publicação de periódicos totalmente voltados para as questões femininas e dirigidos por mulheres. Segundo Lima (2007), as responsáveis por essa façanha já não se mantinham no anonimato, expressando-se livremente por meio de seus escritos, como: *O Domingo* (1874, editado por Violante Atabalipa de Bivar e Velasco, Rio de Janeiro); *O Eco das Damas* (1879, editado por Amélia Carolina da Silva Couto, Rio de Janeiro); *A Família* (1889, editado por Josefina Álvares de Azevedo, Rio de Janeiro); *O Espelho Diamantino* (1827, Rio de Janeiro); *O Correio das Modas* (1839, Rio de Janeiro); *O Belo Sexo* (1862, Rio de Janeiro); *O Espelho das Brasileiras* (1839, Recife); *O Sexo Feminino* (1873, editado por Francisca Senhorinha Motta Diniz, Minas Gerais) (LIMA, 2007).

No entanto, segundo alguns autores, o periódico mais específico na defesa da emancipação feminina e um dos mais conhecidos, foi o *Jornal das Senhoras*, criado em 1852 pela jornalista argentina Joana Paula Manso Noronha, no Rio de Janeiro. A esse periódico é atribuído o pioneirismo da possibilidade de as mulheres hoje serem capazes de denunciar questões de assédio e violência. Esse jornal trazia um discurso emancipacionista; e, segundo Barros (2018), o surgimento de periódicos no século XIX elaborados ou editados por mulheres teve um papel importante na mudança de hábitos da sociedade brasileira e, conseqüentemente, na vida da mulher (BARROS, 2018).

O médico Ignacio Luiz de Verçosa Pimentel (1864), em sua tese *Casamento ilegítimo diante da higiene*, tece suas considerações a respeito da idade mais acertada para as mulheres contraírem o matrimônio, apontando que não existia empecilho de idade, ou uma idade determinada para as moças casarem, visto que o costume era a mulher ser mais nova que o pretendente, “que o homem não se podia casar sem ter completado trinta e sete anos de idade, e a mulher dezessete” (PIMENTEL, 1864, p. 17), e continua a comentar:

Agora, quanto aos casamentos *desproporcionais*, se soubermos que são assim chamados - *as uniões nas quais a idade de um dos contraentes excede muito a do outro*, bastará somente fazer-lhes aplicação do que dissemos em respeito aos *precozes e tardios* [...] A aplicação é fácil: si para que o casamento dê frutos sazonados é preciso que os contraentes apresentem um certo grau de robustez, e si nas uniões entre moço e velho

não se encontram tais requisitos- os seus resultados são sempre tristes. (PIMENTEL, 1864, p. 17, grifo do autor).

O médico citado demonstra certa preocupação com o costume de fazer as meninas casarem-se muito cedo, ainda mais se o homem já se encontra com idade mais avançada, dizendo que o velho, para os médicos higienistas, será sempre uma espécie de Saturno a devorar os próprios filhos, que na velhice ele não terá do seu lado a mulher que desposou para consolá-lo do tédio do envelhecimento (PIMENTEL, 1864, p. 16).

Segismundo Garcez Mendonça, na sua tese escrita em 1882, cujo título é *Abortamento*, aponta que uma das causas para o aborto é a grande diferença de idade entre os parceiros. Nesse sentido, ele cita exemplo de uma mulher jovem casada com um homem velho e que tivera muitos abortos, mas quando se tornou viúva, ela casou-se de novo e concebeu algumas vezes e as gravidezes sempre tiveram final feliz (MENDONÇA, 1882, p. 9).

A prática cultural do enlace matrimonial de idade muito desigual entre marido e mulher (moça muito jovem e o pretendente de idade avançada) ajudou na depreciação do casamento romântico e na ausência dos sentimentos entre ambos, “[...] onde homens de sessenta anos casam frequentemente com moças de doze e têm uma família na qual a esposa parece a filha e os filhos, os netos” (COSTA, 1979, p. 217). Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, relata a preocupação de pais de filhas que já eram consideradas velhas para o casamento com 13, 14 ou 15 anos de idade.

Foi geral, no Brasil, o costume de as mulheres casarem cedo. Com doze, treze, quatorze anos. Com filha solteira de quinze anos dentro de casa já começavam os pais a se inquietar e a fazer promessa a Santo Antônio ou São João. Antes dos vinte anos, estava a moça solteirona. O que hoje é fruto verde, naqueles dias tinha-se medo que apodrecesse de maduro, sem ninguém o colher a tempo. (FREYRE, 2003, p. 222).

Segundo Chartier (1992), a constituição da identidade feminina fez-se mais enraizada de normas enunciadas pelos discursos masculinos, que garantissem o consentimento delas nessas práticas de representação de dominação e na diferenciação dos sexos, para assim justificar a divisão das atribuições e dos espaços, a inferioridade jurídica, a inculcação escolar dos papéis sociais, a exclusão da esfera pública etc. (CHARTIER, 1992, p. 40). Ainda segundo o mesmo autor, as falas repetidas, as insinuações ou inculcações de conceitos acabam por se tornar verdades imutáveis; afirma, também, que “longe de afastar do ‘real’ e de só indicar figuras do imaginário masculino, as representações da inferioridade feminina, incansavelmente repetidas e mostradas, se inscrevem nos pensamentos e nos corpos de umas e de outros” (CHARTIER, 1992, p. 40).

O médico Guilherme Arthur Ollivier, na sua tese intitulada *Diagnostico Diferencial da Gravidez* (1890), argumenta que quando as mulheres chegam à idade dos 30 a 40 anos solteiras, sentindo-se sem esperança e “perdidas”, recorrem à mentira e tentam enganar os médicos dizendo-se grávidas. Segundo esse médico, era muito difícil para os jovens doutores perceberem e, desprevenidamente, acabam caindo no engano delas, visto que eram convincentes e usavam de boa-fé, para assim não

serem consideradas solteironas e popularmente conhecidas como “[...] mulheres que amarraram o facão e não pariram” (OLLIVIER, 1890, p. 8).

Vê-se, pela análise das prescrições médicas contidas nas teses, que o casamento era defendido pelos médicos como uma condição higiênica e “natural”, capaz de garantir a saúde física e mental das mulheres. Contudo, o interesse da mulher raramente era levado em consideração. O enlace matrimonial era uma decisão tomada exclusivamente pelos pais ou tutores, sendo raro que as “moças de família” respeitável desfrutassem da condição de escolherem os maridos. O pátrio poder no Brasil imperial era o que regia as relações familiares e esse vinha do matrimônio. A autoridade que o pai exercia sobre a mulher, os filhos e demais membros figura com frequência nos documentos ou códigos legislativos desde o período colonial (SAMARA, 1986).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No bojo de prescrições expostas em teses médicas defendidas na Faculdade de Medicina da Bahia, mulheres pobres ou escravizadas não foram alvo da atenção ou interesse do discurso médico-higiênico. Foi mesmo a mulher branca, pertencente a grupos sociais mais favorecidos economicamente, o alvo dessas prescrições médicas no decorrer da segunda metade do século XIX. Tais prescrições tiveram como objetivo normatizar a vida dessas mulheres em diferentes formas de conduta e espaços sociais que garantissem que elas fossem boas mães e esposas e desempenhassem funções domésticas. Esta representação correspondia ao que instituições, como a Igreja Católica, defendiam para o disciplinamento moral da mulher.

Nas teses médicas, médicos indicaram regras higiênicas com a finalidade de modificar os hábitos e os costumes da família em diferentes espaços sociais. No discurso médico-higiênico foi evidenciado um conjunto de proposições direcionadas às mulheres que procuraram determinar prescrições para a vida social (prescrições em torno do casamento, modo de vestir, regras de comportamento em diferentes espaços sociais) e regras de bem viver (higiene no período da gravidez, a escolha da ama de leite e cuidados com a prole).

Dessa forma, descrevem normas higiênicas que abordam situações corriqueiras do cotidiano entre mãe e filho, a exemplo de quando determinam como as mulheres devem se portar nas igrejas, como deve estar o ambiente no quarto; qual a hora mais adequada para ir dormir; como as mães devem vestir os seus filhos; qual a quantidade de luminosidade adequada nas casas; como as mulheres devem preparar as mamas para amamentar.

Nesse conjunto de prescrições, os médicos construíram um discurso higienista sobre a condição feminina, considerando o casamento como uma necessidade para as mulheres, visto que, pela “condição frágil e inacabada”, seria a solução para a sociedade e para as famílias, como prevenção de possíveis malefícios contrários à higiene física, mental e moral. Os médicos defendiam que a ausência do casamento podia causar adoecimento nas mulheres e que ele se fazia necessário não somente por razões sociais, afetivas ou sexuais, mas também por uma necessidade biológica da mulher. Constru-

íram um discurso que valorizava ao máximo a maternidade, apresentando-a como a mais importante finalidade de vida de toda mulher.

Os discursos médico-higiênicos em torno de prescrições higiênicas para o casamento da mulher decorriam da moral católica e eram resultantes do domínio do patriarcalismo, culminando em violência e dominação masculina com resultados negativos que podem ser evidenciados no tempo presente.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ana Vitoria. A voz da mulher no século XIX. **Jornal da PUC**, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 7 março 2018. Disponível em: www.jornaldapuc-rio. Acesso em: 23 ago. 2020.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres plurais**: a condição feminina em Teresina na primeira República. Teresina/PI: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. Tradução de Sheila Schvarzman. **Revista Annales**, IFCH-Unicamp, p. 37-47, 1992. Cadernos Pagu.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar para educar**: colégios-internatos no Brasil (1840-1950). Aracaju: Edise, 2017.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto. 1997.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, a maternidade e mentalidade no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. ed. rev. São Paulo: Global, 2003. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil).

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 562 p.

LEMOS, João Pinheiro de. **Do celibato professado pelas mulheres**. Bahia: Typografia de Carlos Poggetti, 1851.

LIMA, Lopes Lúcia Sandra. Imprensa feminina, revista feminina. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, 2007.

MALUF, Mariana; MOTT, Maria Lúcia. Recôndito do mundo feminino. *In*: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da vida privada no Brasil – República**: da Belle époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, v. 3, p. 368- 421, 1998.

MENDONÇA, Segismundo Garcez. **Abortamento**. Bahia: Typografia Constitucional de França e Guerra, 1882.

NUNES, Sílvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha**: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

OLLIVIER, Guilherme Arthur. **Diagnóstico diferencial da gravidez**. Bahia: Imprensa Popular, 1898.

PIMENTEL, Ignacio Luiz Verçosa. **Casamento ilegítimos diante da higiene**. Bahia: Typografia Poggetti de Tourinho & C., 1864.

PINA, Luís de. **Plano para a educação de uma menina portuguesa no século XVIII** (no II Centenário da Publicação do Método, de Ribeiro Sanches). *In*: Conferência na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a colaboração do Centro de Estudos Humanísticos, 11/12/1963.

PONTES, Theodoro de Brito. **O aborto criminoso**. Bahia: Litho-Typografia e Encadernação V. Oliveira & C., 1898.

RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médica brasileira no século XIX. **Caderno Pagu**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, n. 15, p. 199-225, 2000.

ROQUETTE, J. I. **Código do bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX**. Paris: V. J. PAILLAUD. GUILLARD E C. livreiros de suas majestades o Imperador do Brasil e El-Rei de Portugal, 1875.

SAMARA. Eni de Mesquita. **Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX**. São Paulo: Departamento de História da FFLCH/USP, 1986.

Recebido em: 25 de Setembro de 2021

Avaliado em: 10 de Dezembro de 2021

Aceito em: 10 de Dezembro de 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhaigual CC BY-SA

2 Mestra em Educação – UFS; Rede Municipal de Educação de Tobias Barreto. E-mail: tuca-alencar@hotmail.com

3 Doutor em História, Universidade Federal de Sergipe – UFBA. E-mail: joaquimcodapufs@gmail.com



EDUCAÇÃO

V.11 • N.2 • Número Temático - 2022

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2022v11n2p82-96



SOB OS RAIOS DA REPÚBLICA: MULHERES PIONEIRAS NO ENSINO SUPERIOR JURÍDICO NO BRASIL E EM PORTUGAL

UNDER THE RAYS OF THE REPUBLIC: PIONEERING WOMEN IN
LEGAL HIGHER EDUCATION IN BRAZIL AND PORTUGAL

BAJO LOS RAYOS DE LA REPÚBLICA: MUJERES PIONERAS EN LA
EDUCACIÓN SUPERIOR JURÍDICA EN BRASIL Y PORTUGAL

Marcia Terezinha J. O. Cruz¹
Ana Marcella de Carvalho²

RESUMO

O presente estudo apresenta aspectos da trajetória acadêmica e da atuação profissional de três mulheres pioneiras na formação jurídica no espaço luso-brasileiro, entre o final do século XIX e segunda década do século XX: Myrthes Gomes de Campos, primeira advogada brasileira; Alice Ferreira Cardoso, primeira mulher de Sergipe a obter formação jurídica e Regina Quintanilha, primeira estudante mulher na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. O trabalho fundamentou-se nos pressupostos teórico-metodológicos da História da Educação, da História das Mulheres e de estudos de gênero. Utilizou fontes bibliográficas, documentais, impressos e imprensa periódica. A trajetória dessas três mulheres, mais que percursos individuais a anunciarem a superação de desafios, possibilitou apresentar elementos da estrutura social e da organização do ensino superior nesses dois países, no arco temporal analisado.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação. Ensino Superior. Formação Jurídica. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mulheres.

ABSTRACT

This study presents aspects of the academic and professional careers of three pioneering women in legal education in the Luso-Brazilian space, between the end of the 19th century and the second decade of the 20th century: Myrthes Gomes de Campos, the first Brazilian lawyer; Alice Ferreira Cardoso, the first woman from Sergipe to obtain legal education and Regina Quintanilha, the first female student at the Law School of the University of Coimbra. The study was based on the theoretical and methodological assumptions of the History of Education, the History of Women, and gender studies. It used bibliographical and documental sources, printed materials, and periodic press. The trajectory of these three women, more than individual paths announcing the overcoming of challenges, made it possible to verify the social structure elements and the organization of higher education in these two countries in the analyzed time arc.

KEYWORDS

History of Education. Higher Education. Legal Education. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Women

RESUMEN

El presente trabajo se enmarca en este escenario sociopolítico-educativo de los dos países, en el que circularon diferentes discursos sobre la educación, la educación superior y el rol de la mujer. En este sentido, el estudio presenta aspectos de la carrera académica y profesional de tres mujeres pioneras en la educación jurídica en el espacio luso-brasileño, entre fines del siglo XIX y la segunda década del XX: Myrthes Gomes de Campos, la primera abogada brasileña; Alice Ferreira Cardoso, la primera mujer de Sergipe en obtener el título de abogada y Regina Quintanilha, la primera mujer a estudiar en la Facultad de Derecho de la Universidad de Coímbra. El estudio se basó en los supuestos teóricos y metodológicos de la Historia de la Educación, la Historia de la Mujer y los estudios de género. Se utilizaron fuentes bibliográficas y documentales, así como material impreso y prensas periódicas. La trayectoria de estas tres mujeres, más que caminos individuales que anuncian los desafíos, permitió verificar elementos de la estructura social y la organización de la educación superior en estos dos países en el arco temporal analizado.

PALABRAS CLAVE

Historia de la Educación, Enseñanza superior, Entrenamiento legal, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociaes do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mujeres.

1 NOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO

A República, no Brasil e em Portugal, teve como ideário modernizar, civilizar e promover o progresso da sociedade. Em cada um desses países, a construção da nova ordem decorreu da convergência de inúmeros fatores que urdiram a tessitura sóciopolítico-econômica e educacional do período que a antecedeu, assim como, as mudanças ocorridas nas primeiras décadas que lhe sucederam.

No Brasil, após o fim da escravidão e do regime monárquico, somaram-se o êxodo rural, o início da industrialização e a imigração estrangeira, dentre outros. Em Portugal, a passagem do século XIX para o século XX foi marcada pelo embate entre o discurso republicano, propugnando pelo desenvolvimento e o da defesa da Monarquia, com a permanência de uma economia rural, latifundiária e oligárquica. Nos anos iniciais do século XX, registrou-se grande aumento populacional, em especial, em centros urbanos como Lisboa e Porto. A saída do campo para a cidade objetivava a obtenção de melhores condições de vida.

O projeto republicano, ainda que implementado de diferentes modos nos dois países (FRANCO; DALLABRIDA; SOUZA, 2018), atribuiu à Educação, de modo semelhante, o papel central de conformar o cidadão, tornando-o apto à vivência e partilha dos ideais da República e obediente às novas prescrições sociais, para as quais a alfabetização da população era considerada condição elementar (CARVALHO, 1989).

A escola constituiu-se em importante instrumento de propagação dos valores e princípios republicanos, por meio da arquitetura e de artefatos específicos, dos programas das disciplinas, dos rituais... No âmbito do Ensino Superior, contudo, mantinha-se a lógica histórica de apenas uma pequena elite sociocultural, composta por homens, ter acesso à formação jurídica. Um grupo vocacionado para ocupar cargos na estrutura do Estado (CRUZ, 2014; FERRAZ; OLEA, 2021).

Em uma sociedade de matriz patriarcal, as primeiras mulheres brasileiras a concluírem a formação jurídica, em 1888, na Faculdade de Direito do Recife, foram Maria Coelho da Silva Sobrinha, Delmira Secundina e Maria Fragoso (GUIMARÃES; FERREIRA, 2009, p. 136). Não exerceram a advocacia naquele século. Em Portugal, apenas no século XX admitiu-se uma mulher estudante na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Também no início do século XX, eclodiram, em diversos continentes, movimentos em favor dos direitos da mulher, dentre eles, os sufragistas (PERROT, 1989; GUIMARÃES; FERREIRA, 2009; SCHUELER; RIZZINI, 2021).

É nesse cenário, no qual circulavam diferentes discursos e práticas relativas à Educação, ao Ensino Superior e ao papel da mulher, que se situa o presente estudo, que apresenta aspectos da trajetória de Myrthes Gomes de Campos, primeira advogada brasileira; Alice Ferreira Cardoso, primeira mulher de Sergipe a obter formação jurídica e Regina Quintanilha, primeira estudante mulher na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. O trabalho fundamentou-se, dentre outros, nos pressupostos teórico-metodológicos da História da Educação (CARVALHO, 1989; FREITAS, 2003; CRUZ, 2014) e da História das Mulheres (PERROT, 1998; VAQUINHAS, 2018; CARVALHO, 2019). Utilizou fontes bibliográficas e documentais. A imprensa periódica se fez representar por meio de jornais e de revistas ilustradas do Brasil e de Portugal.

O desafio a que se propôs o presente estudo foi o de interconectar trajetórias e suscitar reflexões acerca dos diferentes caminhos percorridos por mulheres pioneiras no ensino jurídico entre o final do século XIX e início do século XX, nesses países.

2 MYRTHES CAMPOS: A PERSISTÊNCIA DE UMA PIONEIRA

Os primeiros Cursos Jurídicos brasileiros foram criados em 1827, após o advento da Independência e foram sediados, por razões políticas, em São Paulo e em Recife. Cursos “[...] de caráter eminentemente elitista e patriarcal com a finalidade de formar privilegiados [...] homens hábeis para que estes sejam magistrados, peritos e advogados ou deputados e senadores. Homens; não mulheres. [...]” (FERRAZ; OLEA, 2021, p. 667). Homens destinados a ocupar o espaço público.

O desejo da criação de um Curso Jurídico na Província do Rio de Janeiro, contudo, concretizou-se apenas em 1891, após a Proclamação da República, mediante a fundação, na então Capital Federal, da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Nessa instituição, estudou Myrthes Gomes de Campos (CALMON, 1945).

Nascida na cidade litorânea de Macaé, no norte do Rio de Janeiro, em 1875 e, proveniente de uma família abastada, Myrthes Campos, desde jovem, manifestou interesse pelo estudo das leis, opção que parece não ter contado com o apoio familiar, especialmente do pai, tendo em vista que naquele tempo, no Brasil e nos demais países, a presença da mulher era restrita ao espaço familiar e, fora desse contexto, restringia-se, quando muito, à educação de meninas ou ações ligadas à filantropia. O exercício da advocacia, a partir de uma visão romanista partilhada pela quase totalidade dos juristas, membros do Judiciário e advogados brasileiros, era considerada uma profissão viril (GUIMARÃES; FERREIRA, 2009).

O transcurso da formação jurídica de Myrthes Campos parece ter ocorrido sem maiores dificuldades, fazendo com que obtivesse o título de bacharel em 1899. Contudo, o exercício da advocacia foi marcado por diversos percalços que se iniciaram, de logo, com a necessidade de reconhecimento do diploma de bacharel pelo Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, o que obteve a partir da “ajuda que recebeu de um colega de faculdade, o advogado Vicente de Ouro Preto” (GUIMARÃES; FERREIRA, 2009, p. 137). A próxima etapa, foi o reconhecimento do diploma na secretaria da Corte de Apelação do Distrito Federal que se arrastou por meses, até ser atendido, tendo em vista que o desembargador José Joaquim Rodrigues, presidente da Corte, considerava que o ambiente do foro era impróprio para o chamado “sexo frágil” (GUIMARÃES; FERREIRA, 2009).

Myrthes Campos também necessitava se legitimar profissionalmente e, para tanto, realizou pedido de ingresso no Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil (IOAB), na classe de estagiário, opção destinada aos bacharéis formados há menos de 2 anos. Desde a fundação do IOAB, em 1843, não houvera o pedido de uma mulher para advogar. Apesar do Parecer apresentado pela Comissão de Justiça, Legislação e Jurisprudência do IOAB, no sentido de não haver qualquer óbice constitucional que vedasse o atendimento do pedido, os demais juristas da casa não aceitaram os argumentos proferidos e o processo permaneceu parado por meses.

Firme em seu propósito, Myrthes Campos abriu escritório no centro comercial da cidade do Rio de Janeiro. Habilitou-se junto ao Tribunal do Juri e obteve, do Juiz Viveiros de Castro, autorização para atuar (GUIMARÃES; FERREIRA, 2009, p. 137).

A notícia de que pela primeira vez uma mulher realizaria uma defesa naquele tribunal causou verdadeiro rebuliço e foi amplamente divulgada pela imprensa. O caso em si, não teria causado maiores clamores: tratava-se de lesões corporais, a golpes de navalha, que inabilitaram a vítima ao exercício de suas atividades por mais de 30 dias, contudo, o fato de *um agressor ser defendido pela primeira vez por uma mulher* chamou atenção de toda sociedade, principalmente, por estar do outro lado o mais famoso Promotor de Justiça do Rio de Janeiro, que nunca antes houvera perdido um caso, isso sem contar que o juiz e todos os jurados pertenciam ao sexo masculino.

Assim, no mês de setembro de 1899, ocorreu a estreia de Myrthes Campos nas lides judiciárias. Foram inúmeros os pedidos de assistência à sessão, sendo que no dia compareceram senadores da República, advogados, além de diversas mulheres de projeção social, dentre elas, literatas, poetisas, jornalistas, bacharéis em Direito. Myrthes Campos chegou ao Tribunal acompanhada pela mãe. De compleição física franzina e cabelos encaracolados, adaptou um traje à ocasião. Vestia um discreto conjunto de cor preta, em gorgurão, com plisê branco na gola e nos punhos.

Myrthes deu início à defesa do acusado, acentuando o papel da mulher na sociedade. Com tranquilidade e eloquência apresentou argumentos e elementos em favor do seu constituinte, demonstrando amplo conhecimento do Código Penal. O réu foi absolvido pela maioria dos votos. A performance *do advogado* Myrthes Campos ocupou lugar na imprensa carioca nas semanas que se sucederam ao julgamento.

Schueler e Rizzini (2021, p. 26) alertam para fato de, sendo a advocacia àquele tempo considerada uma atividade “viril”, seu designativo era usualmente utilizado no masculino, mesmo que se tratasse de uma mulher: “o emprego da expressão *a mulher advogado, ou o doutor Myrthes*, remetem a uma representação recorrente para designar as mulheres que ousaram desafiar as normas tradicionais sobre funções e lugares sociais, desde, pelo menos, finais do século XVII” (grifos nossos).

O ingresso no IOAB ainda demoraria muitos anos para acontecer e, somente após muitas manobras daqueles que se opunham e diversas vezes, Myrthes Campos foi aceita no instituto, mais precisamente, em 12 de julho de 1907, segundo consta na ata da reunião que aprovou o ingresso (GUIMARÃES; FERREIRA, 2009, p. 143).

Para além da atuação como advogada, Myrthes Campos, associou-se à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e, ao lado de Bertha Lutz, lutou pelo voto feminino. No IOAB, em congressos jurídicos e na imprensa, defendeu questões relativas à igualdade dos cônjuges, ao divórcio e ao aborto, à educação e ao acesso ao ensino superior e, à participação política feminina. Um percurso repleto de tensões:

Por punho próprio ou de terceiros, as notícias, os artigos e as entrevistas apontam para as interdições sofridas e as contradições vividas pela personagem na busca por um lugar no campo jurídico, e para as representações em torno de sua imagem masculinizada; questões essas que permitem apreender as tensões, hierarquias e desigualdades nos processos de construção do masculino e do feminino e nas relações de gênero. (SCHUELER; RIZZINI, 2021, p. 26).

Após intensa luta sufragista na década de 1910, Myrthes Campos passou a advogar com menor intensidade, atuando concomitantemente na Assistência Judiciária (Justiça Gratuita). Também exerceu cargos no Departamento Nacional de Educação. Nunca deixou de escrever em defesa dos direitos das mulheres. Faleceu no Rio de Janeiro, na década de 1960 (GUIMARÃES; FERREIRA, 2009).

3 APAGADA DA MEMÓRIA COLETIVA: A TRAJETÓRIA DE ALICE FERREIRA CARDOSO

De uma pequena localidade do meio rural da Região Nordeste à Capital do Brasil, deu-se o percurso acadêmico da primeira sergipana a obter o título de “Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais”, em 1919. Uma trajetória diferenciada em diversos aspectos, ocorrida ao longo de aproximadamente dez anos, em instituições de Ensino Superior de três diferentes unidades da Federação brasileira.

Alice Ferreira Cardoso nasceu em 1891, em Estância, cidade localizada no sul de Sergipe. Acerca do percurso de Alice registra-se tão-somente o estudo de Cruz e Silva (2016) que trouxe os primeiros elementos acerca da trajetória acadêmica e profissional de Alice Cardoso. Outras pesquisas apenas citaram o nome de Alice Cardoso como precursora no âmbito da formação jurídica (FREITAS, 2003; CRUZ, 2014) ou, no bojo de investigações que tratavam da biografia de um de seus descendentes (ANDRADE, 2014). No âmbito da historiografia educacional e, do estudo das carreiras jurídicas exercidas por mulheres em Sergipe nas décadas iniciais do século XX, o lugar de destaque é ocupado por Maria Rita Soares³ considerada, a primeira mulher a advogar em Sergipe⁴ (FREITAS, 2003), até o estudo envidado por Cruz e Silva (2016).

O silenciamento e o “não dito” fazem parte da trajetória de Alice Cardoso e trazem à reflexão questões relativas à ocupação do espaço público e às consequências pelo desafio às regras da sociedade patriarcal. Possibilitam, também, o confronto entre realidades vivenciadas por pioneiras na formação jurídica.

Muito pouco se sabe acerca das origens de Alice Ferreira Cardoso, além do nome do pai, José Honório Ferreira, constante em uma caderneta de estudante da Faculdade de Direito da Bahia, de 1914. O que se conhece provém, principalmente, dos noticiários da imprensa, em associação aos homens que fizeram parte de sua vida, além de informações relativas à passagem por instituições de Ensino Superior.

A primeira notícia que se tem acerca de Alice Cardoso teve lugar na imprensa de Recife, em 1911, em anúncio publicitário no qual o nome de Alice surge ao lado do nome de Carlos Augusto Cardoso, seu marido. O casal se apresentava como responsável pelo Colégio Atheneu Pestalozzi-Girard. Em 1911, Alice Cardoso ingressou na Faculdade de Direito do Recife e, no ano seguinte, requereu à faculdade a gratuidade da matrícula que, negada, prosseguiu em recurso até o Ministro de Justiça e

3 Maria Rita Soares de Andrade, nascida em Aracaju em 1904, ainda estudante na Faculdade de Direito da Bahia, solicitou ao Tribunal da Relação de Sergipe autorização para atuar como “solicitadora” e, após ser aprovada em exame escrito, foi autorizada a atuar pelo prazo de 4 anos em Sergipe. Na década de 1960, Maria Ritta Soares tornou-se a primeira Juíza Federal brasileira. (FREITAS, 2003; CRUZ, 2014).

4 O estudo indica elementos que sinalizam para a atuação de Alice Cardoso como advogada em Sergipe, na década de 1920. Entretanto, a datação específica ainda não foi comprovada.

Interior, Rivadavia Correia que, em despacho publicado na imprensa, afirmou estar o pedido fora da esfera de sua apreciação (CRUZ; SILVA, 2016, p. 120).

Carlos Augusto Cardoso, formado pela Academia Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro e, instrutor de tiro, pertencia a uma família de intelectuais, jornalistas, políticos e professores da cidade de Estância. Seguiu carreira no Exército brasileiro e exerceu atividades em diversas unidades da Federação. A necessidade de mobilidade imposta pela profissão do marido pode explicar o pedido de transferência de Alice Cardoso para a Faculdade de Direito da Bahia em 1912, onde estudou até 1914 e, desta, para a Faculdade Livre de Direito de Ciências Jurídicas e Sociaes do Rio de Janeiro. Contudo, Alice retornou aos estudos apenas em 1917, em uma instituição cujas aulas ocorriam nos turnos matutino e vespertino, inclusive aos sábados. Esse hiato talvez se explique pelos elevados valores de matrícula e pelo fato de Carlos Augusto Cardoso ter se formado na mesma faculdade, no Rio de Janeiro, em 1916.

Durante o tempo em que residiu no Rio de Janeiro, Alice Cardoso foi aprovada em diversos concursos públicos para atuação anual na rede municipal de educação. Também foi na Capital Federal que nasceu sua quinta filha, poucos meses antes da formatura, em 1919. Em todos os sentidos, Alice Cardoso se diferenciava dos demais colegas: mulher, do Nordeste, casada, mãe, gestante e de faixa etária mais elevada.

No início da década de 1920, Alice retornou a Sergipe com a família. Atuou no Colégio Tobias Barreto, tradicional instituição de ensino situada na Capital, fundada por José de Alencar Cardoso, ex-militar e tio de Carlos Augusto (CRUZ; SILVA, 2016). Não há elementos que explicitem por quanto tempo Alice permaneceu nessa instituição, nem quando ocorreu o fim do relacionamento com Carlos Augusto Cardoso, em um tempo em que o casamento, nos termos do Código Civil brasileiro, era indissolúvel, resultando na impossibilidade que pudesse convolar novas núpcias.

No final da década de 1920 o nome de Alice Ferreira Cardoso, com a indicação de escritório advocatício situado na Rua São Cristóvão, centro de Aracaju, passou a circular entre os nomes de destacados advogados anunciados pela Revista Sergipe Judiciário, organizada e publicada pelo jurista sergipano Antônio Manuel Carvalho Neto. Era, então, a única mulher a ser mencionada. O nome de Alice também era noticiado em alguns jornais locais, relativamente às primeiras reuniões de advogados, objetivando a fundação da seccional em Sergipe, da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em 1928, Alice Cardoso deu à luz o seu sexto filho. O pai, um renomado advogado e intelectual sergipano, com quem teve mais quatro filhos, era então casado e este relacionamento parece ter custado a Alice o preço do apagamento da memória social local. Acerca da construção da memória social, Pollak (1999, p. 6-8) se posiciona:

[...] Existem nas lembranças de uns e, de outros, zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. [...] o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo [...].

Nem mesmo o trágico falecimento de uma das filhas de Alice, eletrocutada em Aracaju, por fio da rede elétrica, foi noticiado em Sergipe, o sendo no Rio de Janeiro (CRUZ; SILVA, 2016). No início da década de 1930, passou a morar em uma fazenda chamada *Alicépolis*, nos arredores de Estância. Após os meados dessa mesma década voltou ao Rio de Janeiro com os filhos. Nos idos de 1940 solicitou inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. Faleceu nessa cidade, na década de 1960.

4 REGINA QUINTANILHA: UMA CAMINHADA POR ESPAÇOS DE PODER

No contexto de Portugal, Regina da Glória Pinto de Magalhães Quintanilha de Sousa, nascida em 1893, em Bragança, concelho situado na Região do Alto Douro e Trás-os-Montes, nordeste português, foi a primeira mulher a ingressar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1910. Regina provinha de uma família abastada, com ligações à do navegador Fernão de Magalhães. A mãe de Regina, Josefa Ernestina Pinto de Magalhães, foi figura proeminente no meio intelectual e artístico transmontano e, promoveu a educação de suas três filhas, que passaram a fazer parte dos apenas 9% de mulheres alfabetizadas no país (CARVALHO, 2019).

Regina Quintanilha, contudo, não foi a primeira mulher a frequentar a universidade em Portugal. Este feito foi alcançado 19 anos antes por Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho, que se matriculou na Universidade de Coimbra no ano letivo 1891-1892, somente após obter autorização do Ministro da Instrução Pública. Não havia, no entanto, nos regulamentos da universidade a proibição ao ingresso de mulheres (CARVALHO, 2019), o que evidenciava a imposição cultural do afastamento do sexo feminino dos espaços públicos, dentre os quais os meios acadêmicos, ambos reservados exclusivamente aos homens.

Domitila de Carvalho foi a primeira aluna da Faculdade de Matemática e estudante universitária mulher até 1896. Desde o feito de Domitila de Carvalho, a universidade em Portugal passou a ser um espaço ocupado progressivamente pelas mulheres, ainda que de forma tímida, não se registrando mais anos sem a presença delas. Entre 1891 e 1910, 23 mulheres frequentaram a academia coimbrã (VAQUINHAS, 2018).

O ingresso de Regina Quintanilha na universidade, no letivo 1910-1911, aos 16 anos, foi concomitante ao advento da Primeira República, que teve início em 5 de outubro de 1910, tempo repleto de tensões sociopolíticas, inclusive, dentro da universidade, o que decorreu, entre outros, na suspensão de rituais diversos e de festividades estudantis, por serem considerados de matiz monárquico (CRUZ, 2014). A Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra passava por duras críticas quanto ao ensino, considerado anacrônico. No ambiente de mudanças decorrentes da República, operou-se o fim do monopólio de Coimbra no tocante ao ensino universitário⁵. Por decreto governamental, em 1911, foram criadas duas novas universidades, uma no Porto e outra em Lisboa, respectivamente (GOMES, 1990).

Regina Quintanilha frequentou no segundo ano letivo a Cadeira *Ciência Económica e Direito Económico* e, dentre os colegas de turma, encontrava-se António de Oliveira Salazar, que viria a ser pro-

5 A quebra da hegemonia de Coimbra no âmbito do Ensino Superior já havia se iniciado no final do século XIX, mediante a criação da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, do Curso Superior de Letras, do Instituto de Agronomia e da Escola Politécnica de Lisboa.

fessor dessa mesma cadeira na Faculdade de Direito de Coimbra e futuro governante ditatorial de Portugal, a partir de 1928.

Em janeiro 1912, quase dois anos após o ingresso na Faculdade de Direito, o nome de Regina, juntamente com mais três estudantes universitárias, surgiu na publicação “O Feminismo triunfa em Coimbra”, da Revista Ilustração Portuguesa, que enfatizava o novo estatuto atribuído às mulheres na Universidade de Coimbra, a partir do qual poderiam atuar como representante estudantil, no conselho responsável pela eleição do reitor. Ao tempo em que o texto enaltece as qualidades intelectuais da mulher, em detrimento às manifestações de pensadores do passado, deixa transparecer que o novo estatuto não encontrava eco na Faculdade de Direito, *locus* conservador, pois, apesar de permitir que uma mulher fosse indicada, nada garantia que fosse escolhida pelos pares e pudesse representá-los.

Recém-formada, com apenas 19 anos, Regina Quintanilha obteve autorização para atuar no Tribunal da Boa Hora, na defesa de duas mulheres acusadas de agredir uma terceira. Esta estreia forense ganhou espaço na imprensa ilustrada e foi alvo de análise por parte da revista “O Occidente” que, contudo, ressaltou apenas atributos considerados desejáveis para uma mulher de então: o *recato*, o *encanto* e a *graça feminina* da advogada ao ocupar o espaço do tribunal, ficando silente quanto à performance profissional (O OCCIDENTE, 1913, p. 368).

Por conta da estreia em um tribunal, Regina também foi capa do semanário “Ilustração Portuguesa”, de 24 de novembro de 1913, que tão-somente mencionou abaixo da imagem na qual a causídica aparece de corpo inteiro, sentada em uma cadeira, a vestir traje talar: “Sr^a Dr^a Regina Quintanilha, a primeira senhora portuguesa que exerce a advocacia, tendo-se estreado brilhantemente há duas semanas no Tribunal da Boa Hora” (ILLUSTRAÇÃO PORTUGUEZA, 1913, p. 1) sem mencionar qualquer informação acerca do caso. A notícia da primeira mulher lusitana a exercer advocacia atravessou o mar e recebeu atenção, também, por parte da imprensa brasileira (O PAIZ, 1913, p. 4).

A partir de 1915, Regina Quintanilha deu início a uma série de viagens ao Brasil. No Rio de Janeiro, onde possuía familiares a residir, proferiu conferências acerca de temas diversos, a exemplo do Teatro Vicentino e do Teatro Popular, todas, amplamente divulgadas pelos jornais cariocas. A Capital brasileira, por muitos anos, faria parte da trajetória profissional de Regina. Em 1922, por exemplo, esteve no Rio de Janeiro para auxiliar a irmã, Júlia Quintanilha, quanto ao que a imprensa carioca noticiou como “uma tentativa de roubo da herança” do sobrinho de Regina. Entre 1924 e 1927, a advogada abriu um escritório no Rio de Janeiro.

O ano de 1917 trouxe consigo uma significativa mudança na vida de Regina Quintanilha, mediante o enlace matrimonial convolado com Vicente Ribeiro Leite de Sousa e Vasconcelos, Juiz de Direito, que veio a se tornar Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal. Dessa união, Regina deu à luz um filho e uma filha. Nesse mesmo ano, foi eleita presidente da Assembleia-Geral do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas⁶.

6 Associação feminina criada em 1914, com a finalidade de lutar pela defesa do direito da mulher à educação, à coeducação, à instrução profissional, ao acesso ao mercado de trabalho e ao voto. Referida instituição também lutou pela promulgação de legislação social adequada à mulher trabalhadora, entre diversos outros pontos. Foi a instituição dessa natureza com maior longevidade em Portugal. Sua extinção ocorreu em 1947, por ordem do ditador António de Oliveira Salazar.

Nos idos de 1943, uma entrevista publicada no Diário de Lisboa, permite conhecer o pensamento de Regina Quintanilha relativamente à emancipação feminina e à sua própria trajetória. Em sua fala, a causídica defendeu a “absoluta igualdade intelectual entre homens e mulheres” e expressou o sentimento de sempre ter sido respeitada pelos seus colegas homens. Quando questionada acerca do seu pioneirismo no *Tribunal da Boa Hora*, respondeu: “Fi-lo com a mesma naturalidade e despreocupação com que pela primeira vez pisei as salas na Universidade”. Ao lado do papel da mãe educadora, a advogada ressaltou a importância das mulheres “ao lado dos homens na política” e criticou o estereótipo atribuído ao sexo feminino de “não saber guardar um segredo” (DIÁRIO DE LISBOA, 1943, p. 2).

Quanto à atuação de Regina nos tribunais, cabe ressaltar que ao longo da Primeira República – 1910 a 1928 – estudaram na academia coimbrã cerca de 283 mulheres, das quais 26 frequentaram a Faculdade de Direito. Dessas 26 alunas, cinco concluíram o curso e, apenas duas – Regina Quintanilha e Aurora Teixeira Castro – efetivamente exerceram a advocacia por meio de autorizações do governo (CARVALHO, 2019). Após a edição do decreto nº 4676 (DIÁRIO DO GOVERNO, 1918), foi possibilitado às mulheres o exercício de atividades como advogada, ajudante de notário, dentre outras. Contudo, a legislação enfatizava que as “funções de direcção e de iniciativa [...] naturalmente estão reservadas para o homem” (DIÁRIO DO GOVERNO, 1918). É importante ressaltar que, em 1927, apenas 6 mulheres exerciam profissões ligadas ao direito, num quadro geral de 1700 homens (GUINOTE, 1999).

5 HISTÓRIAS QUE SE CRUZAM, UNEM-SE E SE SEPARAM

Nascidas no século XIX em dois diferentes países, todas provenientes de localidades rurais, Myrthes Campos, Alice Cardoso e Regina Quintanilha tiveram trajetórias comuns se vistas a partir de diferentes combinações relativamente ao espaço-tempo-ocupação no espaço social. A primeira delas foi estarem as três na cidade do Rio de Janeiro, nos últimos cinco anos da década de 1910, a vivenciarem, paralelamente, diferentes topografias no que concerne à ocupação da mulher no espaço público. Para além de serem mulheres pioneiras na atuação do Tribunal do Juri no Brasil e em Portugal, Myrthes Campos e Regina Quintanilha, em cada um dos seus países, ligaram-se às lides em defesa dos direitos das mulheres e expressaram seu pensamento em escritos publicados na imprensa periódica ou em palestras. Exerceram, a advocacia na Capital Federal brasileira.

A Educação e a docência foram professadas por Myrthes Campos e por Alice Cardoso, ainda que em diferentes temporalidades. Alice, mesmo antes/paralelamente ao ingresso em uma faculdade de Direito, durante o interregno de tempo entre a Faculdade de Direito da Bahia e a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, mesmo depois de formada e de retornar a Sergipe. Sua atuação variou: ajudante de educação, professora e mesmo diretora. Myrthes, por seu turno, dedicou-se à gestão da educação escolarizada em uma fase secundária da vida profissional, após as lutas para o exercício da advocacia e dos direitos das mulheres.

Do ponto de vista pessoal, as trajetórias tiveram diferentes destinos e consequências, a partir do lugar social originariamente ocupado e das escolhas durante o percurso, ainda que as três fizessem parte

de uma minoria da população letrada e que acedeu ao Ensino Superior nos dois países. Myrthes Campos dedicou-se integralmente à vida profissional. Regina Quintanilha constituiu família e seu consorte, ao pertencer à elite do judicial em Portugal, supostamente operou uma ampliação do capital social de Regina Quintanilha. Ambas, Myrthes e Regina, tiveram a oportunidade de exclusivamente estudar nas instituições onde iniciaram o curso e nestas puderam aceder a uma rede de sociabilidades.

Apesar de Myrthes Campos e Alice Cardoso terem finalizado seus cursos na mesma faculdade, em nada suas trajetórias pessoais se assemelharam. Alice Cardoso foi estudante trabalhadora, casada e mãe de cinco filhos(as), nascidos(as) ao longo de dez anos de formação. Sua passagem por três diferentes faculdades, o retorno a Sergipe após a formatura e as relações pessoais posteriormente nutridas, possivelmente, retiraram-lhe a oportunidade de ocupação do espaço público em Sergipe, embora se fizesse presente na imprensa ilustrada no Rio de Janeiro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em apertada conclusão, pode-se dizer que o presente estudo apresentou a condição da mulher relativamente à formação jurídica e ao exercício da advocacia, no final do século XIX e primeira década do século XX, no Brasil e em Portugal, por meio do entrelaçamento da trajetória de três mulheres pioneiras no acesso ao Ensino Superior, algumas das quais, também atuantes na defesa dos direitos das mulheres.

Ficou evidenciado que estas pioneiras, provenientes de classes sociais médias e altas, que migraram do interior para espaços urbanos, não foram propriamente “mulheres à frente de seu tempo”, mas, atuaram e se constituíram como sujeitos históricos, em uma sociedade patriarcal, em um período permeado por mudanças políticas e sociais ligadas ao republicanismo e à circulação de ideias feministas.

Apesar de trajetórias tão próximas e ao mesmo tempo tão díspares, Myrthes Campos, Regina Quintanilha e Alice Cardoso, representam diferentes faces da situação da mulher no tocante ao acesso ao Ensino Superior e à ocupação do espaço público.

REFERÊNCIAS

A Dr^a Regina quintanilha fala-nos das conquistas femininas e do papel que está reservado à mulher depois da guerra – a emancipação feminina. Castelo Branco, Gabriela. *In: Diário de Lisboa*, nº 7309, p. 1 e 2, Ano 22, Quarta, 31 de março de 1943. Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_24572 (2021-9-11). Acesso em: 4 jul. 2021.

ANDRADE, André Augusto. **Félix D’ávila e o campo da Educação Física em Sergipe (1958-1979)**. Dissertação (Mestrado) – UNIT, Aracaju, 2014.

CALMON, Pedro. **História da Faculdade Nacional de Direito**: 1891-1920. Rio de Janeiro: A Coelho Branco, 1945.

CARVALHO, Ana Marcella de. **As mulheres na Universidade de Coimbra ao tempo da Primeira República (1910-1926)**. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/86399>. Acesso em: 5 jul. 2021.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CRUZ, Marcia Terezinha J. O. **Ritos, símbolos e práticas formativas**: a Faculdade de Direito de Sergipe e sua Cultura Acadêmica (1950-1968). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2014.

CRUZ, Marcia Terezinha J. O.; SILVA, Fernando Rodrigo Santos. Alice Ferreira Cardoso: vestígios da trajetória de vida da primeira bacharel em Direito de Sergipe (séculos XIX e XX). **Historiae, História e Feminismos**, v. 7, n. 1, 2016. Dossiê. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/6715>. Acesso em: 8 jun. 2021.

DECRETO nº 4676, de 19 de julho de 1918. Permite à mulher portuguesa o exercício de diversas funções públicas. **Diário do Governo**, I Série, nº 160, 19 de julho de 1918, p. 1422. Disponível em <https://portal.oa.pt/media/125275/decreto-4676-de-19-julho-1918.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.

FERRAZ, Denise Brião; OLEA, Thais Campos. Apontamentos históricos sobre o ingresso e permanência das mulheres no ensino jurídico brasileiro. **RJLB**, Ano 5, n. 4, p. 663-688, 2019. Disponível em: <https://www.cidp.pt/publicacao/revista-juridica-lusobrasileira-ano-5-2019-n-4/200>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FRANCO, José Eduardo; DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rogério Luiz de (org.). **Gêmeas imperfeitas**: as Repúblicas do Brasil e de Portugal unidas no ideal e diferenciadas nas práticas. Florianópolis: Edições do bosque NUPPE/CFH/UFSC, 2018. (E-Book, PDF). Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201205#:~:text=Resumo%3A,doutrina%20positivista%20de%20matriz%20laica>. Acesso em: 5 jul. 2021.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educação, trabalho e ação política**: sergipanas no início do século XX. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, SP, 2003. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253190?mode=full>. Acesso em: 5 ago. 2021.

GOMES, Joaquim Ferreira. A reforma universitária de 1911. **Revista de História da Ideias**, Coimbra,

n. 12, p. 269-299, 1990. Disponível em <https://digitalis-dspp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/42886>. Acesso em: 28 jun. 2021.

GOMES, Joaquim Ferreira. **A mulher na Universidade de Coimbra**. Coimbra: Livraria Almedina, 1987.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Myrthes Gomes de Campos (1875-?): pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina. **Gênero**, Niterói, v. 9, n. 2, p. 135-151, 1. sem. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/download/30908/17997/106174>. Acesso em: 8 jun. 2021.

GUINOTE, Paulo J. A. **Quotidianos femininos (1900-1933)**. Lisboa: Organização não governamentais do Conselho da CDIM, 1997.

ILLUSTRAÇÃO Portuguesa nº 405, 24 de novembro. Lisboa: O Século, 1913. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IP11.htm>. Acesso em: 5 jul. 2021.

O FEMINISMO Triunfa em Coimbra. **Revista Ilustração Portuguesa**, nº 310 – 29 de janeiro. Lisboa: O Século, 1912 (pp. 158-160). Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IP10.htm> Acesso 05 jul 2021.

O OCCIDENTE, Revista Ilustrada de Portugal e do estrangeiro. Edição de 30 de novembro. Lisboa: Empreza do Occidente, 1913. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1913/N1257/N1257_item1/P4.html Acesso 05 de jul 2021.

O PAIZ, Jornal independente, político, literário e noticioso. Edição de 9 de dezembro. Rio de Janeiro, 1913. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pagfis=20432 Acesso em 05 de jul 2021

PERRROT, Michele. **Mulheres Públicas**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1999.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; RIZZINI, Irma. Myrthes de Campos (1875-1965): a “mulher advogado” na luta pelos direitos das mulheres. **Revista Communitas**, v. 5, n. 9, jan./mar. 2021. Políticas Públicas e igualdade de gênero: estratégias de resistência e existência: Dossiê Temático. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index>. Acesso em: 18 jul. 2021.

VAQUINHAS, Irene. Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes cabo-verdianas. **História**, Revista da FLUP, Porto, v. 8, n. 1, p. 219-244, 2018. Disponível em: [10.21747/0871164X/hist8a12](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist8a12): Acesso em: 5 jul. 2021.

Recebido em: 23 de Setembro de 2021

Avaliado em: 10 de Dezembro de 2021

Aceito em: 10 de Dezembro de 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe; Pós-doutora na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto; Investigadora ligada à Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta de Lisboa – UAB. E-mail: marciacruz.ufs.br@hotmail.com

2 Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Mestranda do Curso de Humanidades Digitais da Universidade do Minho. E-mail: anamarcella.c@hotmail.com



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA



EDUCAÇÃO

V.11 • N.2 • Número Temático - 2022

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2022v11n2p97-108

E
INTER
FACES
CIENTÍFICAS

LAURA AMAZONAS: O SILÊNCIO E A OBRA EDUCATIVA

LAURA AMAZONAS: THE SILENCE AND EDUCATIONAL WORK

LAURA AMAZONAS: EL SILENCIO Y LABOR EDUCATIVA

Rosemeire Siqueira de Santana¹

Josineide Siqueira de Santana²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo dialogar acerca da figura da Doutora Laura Amazonas, seu aporte em diversos setores da sociedade sergipana, de modo especial na área da educação e saúde, por meio de sua formação como odontóloga e seu trabalho educativo na instituição “Casa do Pequeno”. E perceber os motivos que levaram ao silêncio em torno de sua laboração. Mediante a pesquisa sobre a atuação da Doutora Laura Amazonas foram utilizados os fundamentos teóricos- metodológicos da História Cultural. As fontes aplicadas a esta pesquisa foram: entrevistas, regulamentos, periódicos da época, fotografias, bibliografia e sites especializados, por meio das quais tivemos acesso às memórias e contributos da Doutora Laura Amazonas. Ao dialogar com as fontes, buscamos a compreensão sobre as motivações que levaram uma personagem de tão grande relevância a viver no silêncio da História. Falar sobre a Doutora Laura Amazonas é de alguma forma acorrer para a História da Educação Feminina em Sergipe, contemplando seus avanços e dificuldades.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Espírita. Educação Feminina. História da Educação.

ABSTRACT

The present article aims to dialogue about the figure Dr. Laura Amazonas, her contribution to various sectors of society in Sergipe, particularly in the area of education and health, through her education as a dentist, and her educational work at the institution “Casa dos Pequeninos”. And perceive those reasons that pushed the silence surrounding her work. Through the research about the performance of Dr. Laura Amazonas, the theoretical and methodological foundations of Cultural History were used. The sources applied to this research were: Interviews, regulations, periodicals of the period, photographs, bibliography and specialized websites, through which we had access to Dr. Laura Amazonas’ memoirs and contribution. By dialogue with sources, we seek to comprehend the motivations that led a character of such great importance to live in the silence of history. Talking about Dr. Laura Amazonas is somehow to contribute to the History of Female Education in Sergipe, contemplating its advanced and difficulties.

KEYWORDS

History of Education. Female Education. Spirit Education.

RESUMEN

El presente artículo tiene por objeto dialogar acerca de la figura de la Doctora Laura Amazonas, su aporte en diversos sectores de la sociedad sergipana, especialmente en el ámbito de la enseñanza y la salud, mediante su formación como odontóloga y su labor educativa en la institución “Casa de pequenino” (Casa del pequeñito). Y comprender los motivos que llevaron al silencio en torno de su trabajo. Mediante la investigación sobre la actuación de la Doctora Laura Amazonas fueron utilizados fundamentos teóricos-metodológicos de la Historia Cultural. Las fuentes adoptadas en esa investigación fueron: entrevistas, reglamentos, los periódicos de la época, fotografías, bibliografía y los sitios especializados, a través de las cuales tuvimos el acceso a las memorias y contribuciones de la Doctora Laura Amazonas. Al dialogar con las fuentes buscamos la comprensión acerca de las motivaciones que llevaron a un personaje de tan gran relevancia a vivir en el silencio de la Historia. Hablar sobre la Doctora Laura Amazonas es de alguna manera una contribución para la Historia de la Educación Femenina en Sergipe, contemplando sus avances y dificultades.

PALABRAS CLAVE

Educación Espírita. Educación Femenina. Historia de la Educación.

1 LAURA AMAZONAS: APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS

Existem mulheres que passam pela vida e outras que marcam a vida das pessoas que as rodeiam e da sociedade onde viveu. E mesmo que, por questões diversas, essas mulheres sejam silenciadas, de alguma forma, a memória delas, voltará para ajudar na compreensão dos tempos passados.

As mulheres, ao longo da História, silenciaram ou foram silenciadas. Algumas foram proibidas de falar, se posicionar, mostrar-se ao mundo. Outras, apesar de contar com uma posição de destaque na sociedade, têm sua vida e feitos depositados no silêncio e no esquecimento.

O silêncio é o comum das mulheres. Ele convém à sua posição secundária e subordinada, ele cai bem em seus rostos, levemente sorridentes, não deformados pela impertinência dos risos barulhentos e viril. Bocas fechadas, lábios cerrados, pálpebras baixas, as mulheres só podem chorar, deixar as lágrimas correrem como a água de uma inesgotável dor [...]. (PERROT, 2005, p. 9).

O presente artigo tem como objetivo apresentar a contribuição da odontóloga Laura Amazonas à sociedade sergipana, de forma especial no campo da educação, quando lutou pela construção e condução da instituição Casa do Pequenino, no Complexo Educativo Meimei, além da Escola Líveo Pereira e da Escola de Alfabetização do Grupo Espírita Irmão Fêgo, estabelecimentos educacionais ligados ao Movimento Espírita de Sergipe. Apesar de sua importância e engajamento, muito sobre ela, foi silenciado.

Nascida em 3 de maio de 1884 na cidade de Aracaju, Laura Amazonas, chegou ao mundo num período de transformações: o país via os últimos anos do 2º reinado e a espera pelos anos da República. Fruto da união do casal Manoel Amazonas e Josefa da Silveira Amazonas, além dela, a família estava composta por mais três irmãos: Cleobo Amazonas, Josefa Amazonas e Maria Júlia Amazonas. Laura Amazonas iniciou sua vida escolar em Aracaju, orientada pela sua madrinha, a professora Rosa. Após, a conclusão do curso primário, mudou-se para a cidade de Santos, no estado de São Paulo, em companhia do seu irmão Cleobo Amazonas, advogado reconhecido e que já havia fixado residência naquela região.

Dessa maneira, passou a ser o grande incentivador e responsável por sua educação, possibilitando-lhe o acesso à instrução. Com o intuito de saber e percorrer outros caminhos, a Dra. Laura Amazonas, precisou “sair fisicamente; deambular fora de sua casa [...] sair moralmente dos papéis designados, construir uma opinião, passar da sujeição à independência [...]” (PERROT, 2005, p. 280). Aliado a coragem do sair do lugar comum, ainda contou com a presença de seu irmão em sua formação. Algo tão marcante, que na solenidade de graduação encontrava-se,

[...] na frente do Diploma da Dra. Laura Amazonas, uma pequena caixinha oval, amarrada ao mesmo tempo com fitas verde e amarela, contendo o brasão da Escola de Pharmácia de São Paulo e por fora a seguinte frase: A minha mãe, sincera amizade. A meu irmão, eterna gratidão. (FREITAS, 2004, p. 9).

Bacharelou-se em Odontologia, num período em que ser professora seria a única maneira da mulher exercer uma atividade profissional fora do lar, pois, ela é aquela que “cuida e consola, realiza-se nas profissões de enfermeira, assistente social ou de professora primária. Crianças, idosos, doentes e pobres constituem os interlocutores privilegiados de uma mulher dedicada[...]” (PERROT, 2007, p. 252). Rompendo com o estigma dado às mulheres, com apenas vinte e um anos de idade, recebeu o seu título de Cirurgiã-dentista pela Faculdade de Farmácia de São Paulo, em 8 de fevereiro de 1905, quatro anos após, a assinatura do Código de Ensino Eptácio Pessoa, que autorizava o acesso das mulheres aos cursos superiores, se tornando, assim, a primeira sergipana diplomada em um curso superior, e em uma profissão liderada por homens.

Formou-se num tempo em que se discutia por muitos sobre o perigo da instrução para as mulheres, pois a instrução seria “contrária tanto ao papel das mulheres quanto a sua natureza: feminilidade e saber se excluem” (PERROT, 2007, p. 92). Desse modo, quebrou a ideia de que as mulheres poderiam ser instruídas apenas para “ser agradáveis e úteis”, formadas para os papéis de “mulher, dona-de-casa e de mãe” (PERROT, 2007, p. 92).

Mesmo com o acesso ao curso superior, a maioria das mulheres optavam ou eram encorajadas a seguir as profissões relacionadas à enfermagem ou pedagogia, por acreditarem que essas profissões seriam um prolongamento da rotina do lar no sentido de cuidado com o outro, pois, “as mulheres eram necessárias para ensinar as meninas e as crianças menores” (PERROT, 2007, p. 126). Mas, apesar de todo o incentivo para que trilhassem esse caminho, existiram outras que não visualizaram essa oportunidade como a única maneira de adquirirem sua independência intelectual e econômica.

Não podemos negar que a partir do ingresso nas universidades: “as mulheres tiveram acesso às profissões liberais e conseqüentemente à independência econômica e a possibilidade de interferir no momento atual” (ANDRADE, 1984, p.6). Por isso, alguns autores apontam que “a universidade foi mais importante do que a conquista do voto feminino” (FREITAS, 2003, p. 184).

A Dra. Laura Amazonas mostrou que em uma época no qual a mulher era colocada de lado, foi possível quebrar paradigmas e estabelecer novos conceitos para atuar na sociedade. Assim, serviu de alicerce para algumas sergipanas, tais como: Cezartina Régis de Amorim, Maria Rita Soares de Andrade, Quintina Diniz, Ítala Silva Oliveira entre outras, que conseguiram dar um rumo diferente ao curso de suas histórias de vida, sendo capazes de quebrar tabus e contribuírem para a história da sociedade sergipana ao atuar em espaços públicos definidos socialmente como masculinos.

Em 1910, cinco anos após a conclusão de seu curso, retornou a Aracaju e, no mesmo período, implantou o seu Consultório Odontológico. Ele foi estruturado em parte de sua residência, situada no centro da cidade à Rua Itabaiana, nº 164, onde desenvolveria sua atividade profissional liberal até a década de 1950.

A residência da Dra. Laura Amazonas é lembrada com muita emoção pelos seus contemporâneos ao recordarem de momentos vividos naquele local. Enfatizam o belíssimo quintal ornamentado com vários tipos de flores, entre elas antúrios, avencas, orquídeas, rosas e o pomar com árvores frutíferas, como: limoeiro, goiabeira, figueira, sapotizeiro, mangueiras e um parreiral. Em meio à sua rotina diária estava o cuidado com as plantas, em que ela, “Fazia questão de molhá-las [...] seria uma maneira de expressar

a sua sensibilidade” (SANTANA, 2010). Nessa mesma casa residiam sua irmã Maria Júlia Amazonas, conhecida como “Dona Santinha” e Maria Domitília Santos, filha adotiva da cirurgiã-dentista.

A Dra. Laura Amazonas optou pelo celibato, preferiu não se casar. Sua opção configurava-se em uma “escolha difícil que supõe certa independência econômica” (PERROT, 2007, p. 46). Graças a sua condição, foi possível que tomasse essa decisão e desse modo, pôde se dedicar aos serviços na área da saúde e educação. Sua condição, num mundo em que o matrimônio era visto como a salvação para a mulher, o fato de ter optado por permanecer solteira, não a fez uma mulher infeliz, pelo contrário, como apresenta o relato:

Que a sua família era tão grande que ela não poderia se dedicar a um grupo só de pessoas, então, ela tinha como seus filhos as crianças que ela tanto amava, tanto zelava e as pessoas pobres que batiam à sua porta e que ela tratava com respeito e dignidade, mas sem formar clientelismo. Ela era uma pessoa pragmática, era uma pessoa que tinha sensibilidade, mas não era prodiga. Portanto, ela sabia como administrar os seus bens em favor de quem realmente precisava. (SANTANA, 2010).

A visão de mundo da Dra. Laura Amazonas é atribuída, por alguns, à sua opção pelo Kardecismo. Embora tenha sido criada dentro dos princípios do Catolicismo Romano, em seu retorno a Aracaju se identificou com a Doutrina Espírita e admitiu publicamente a sua nova condição religiosa, o que a levou a enfrentar variados preconceitos. Os seguidores do catolicismo não demonstravam simpatia pelos adeptos do espiritismo, o que acabou por ocasionar críticas e perseguições por parte dos católicos, além da contribuição para o esquecimento em torno das suas ações, que acabaram por não receber o destaque merecido.

Provavelmente, o fato de ter dedicado à sua vida à difusão do espiritismo, nas primeiras décadas do século XX, período no qual esta religião ainda sofria muito preconceito, principalmente em Sergipe, que possuía uma sociedade conservadora e profundamente marcada pelo catolicismo, pode ter ocasionado um certo “silenciamento” em torno de sua trajetória. (FREITAS, 2004, p. 14-15).

Embora, mesmo com todas as críticas à sua opção religiosa, a Dra. Laura Amazonas participou e colaborou para o desenvolvimento da sociedade sergipana. Isso só foi possível, por meio do investimento realizado em prol da sua escolarização, o que lhe proporcionou a aquisição de saberes e práticas significativas, o que resultou em seu capital social, ou como bem define Bourdieu (2007, p. 50):

Conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidos pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis).

Por meio da obtenção de saberes, ela pôde percorrer e manter-se nos mais variados círculos e ambientes. Ao obter esse capital, a Dra. Laura Amazonas, pôde “mobilizar seus espaços e fortalecer suas ações, podendo inclusive, potencializar o capital cultural” (PIES, 2011, p. 50). Desse modo, pôde imprimir sua presença e atuação em diversos campos da sociedade sergipana no início do século XX.

2 UMA INSTITUIÇÃO PARA A “BASE MORAL”: O DESEJO POR UMA ESCOLA ESPÍRITA

Nos anos 1940 do século XX, Aracaju contava com escolas nos moldes católicos, bem como a chegada de congregações religiosas que traziam consigo todo um aparato educacional. Pensando em como educar crianças à luz do espiritismo, a Dra. Laura Amazonas, desejava fundar uma escola, dentro dos fundamentos da doutrina. Embora, não tenha se graduado em magistério, mantinha uma preocupação voltada à educação, de modo especial, de crianças carentes. Para ela, a formação estaria atrelada a uma boa base moral e educacional, ambas seriam o alicerce para a formação do homem.

Dessa forma, sempre se fez presente nas ações voltadas à educação idealizada pelos seguidores da doutrina espírita no estado de Sergipe, sendo visível a sua colaboração para a construção e edificação da “Escola Líveo Pereira” que assumiria as obrigações de amparo à infância, além da escola de alfabetização, ambas seriam administradas pelo Grupo Espírita Irmão Fêgo.

Assim, no ano de 1946, com a participação de grande público e sociedade local, a família espírita e a Dra. Laura Amazonas assistiram ao batimento da pedra fundamental para a construção da escola.

A obra mereceu especial carinho e ajuda da benfeitora dentista Laura Amazonas. Periodicamente, essa confrade, fazia chegar às mãos do Presidente da União Espírita de Sergipe, senhor Milton de Oliveira, o silencioso cheque de honorários para que a obra não parasse. (SANTANA, 2010).

Por conta da efetiva colaboração da Dra. Laura Amazonas, parte da escola foi entregue à sociedade sergipana durante o ano de 1948. Após a sua aposentadoria “doou seu gabinete dentário, para a Escola Líveo Pereira do Grupo Espírita Irmão Fêgo e semanalmente sempre às segundas-feiras, ela ia dar assistência odontológica às crianças daquela escola” (SANTANA, 2010). Desse modo, percebe-se que sua preocupação estava exclusivamente ligada à infância desamparada.

Às dez horas do dia 20 de abril de 1952, o Gabinete Odontológico Dr^a. Laura Amazonas, tal como de sua vontade, e, nos mesmos princípios de doação em favor do próximo, estava solenemente entregue à pobreza e a criança carente das Escolas mantidas pela Associação. (JESUS, 2006, p. 115).

A cirurgiã-dentista demonstrava um carinho imenso pela infância, segundo Santana (2010), “ela era uma educadora nata, uma verdadeira pedagoga”, principalmente quando se referia à educação de crianças pobres, havia uma preocupação com o futuro delas.

No ano de 1949, o desejo dos integrantes da União Espírita Sergipana, era de fundar uma escola, nos moldes da Doutrina Espírita, voltada às crianças desvalidas, com a finalidade de evangelizar, educar e instruir. A ideia começa a ganhar impulso após a doação do terreno de 650m² pela benemérita Dra. Laura Amazonas. A edificação da “Casa do Pequenino”, ao contrário da Escola Líveo Pereira, passou alguns anos para se consolidar, porém, a Dra. Laura Amazonas sempre esteve à frente das campanhas.

No início do ano de 1966 era inaugurada a “Casa do Pequenino”. Concretizava-se o que vinha sendo aguardado desde 1949, conforme, pode ser verificado no termo de abertura do Livro de Matrícula:

Servirá este livro para o registro da matrícula dos alunos, da Escola “Amelie Boudet”, sito a Rua Dom José Thomaz, 588 em Aracaju – Sergipe. Professora Regente da Escola Ana Maria Fontes, Diretora da Casa do Pequenino, Neide Mesquita. (SANTANA, 2009, p. 11).

Embora esta instituição abrangesse o complexo Escola Amelie Boudet e o Lar Meimei, apenas a escola entraria em funcionamento. No ano seguinte, foram implantados os serviços do Lar Meimei que serviriam de amparo à criança, em regime de internato. Para o encerramento da solenidade foi convidada a Dra. Laura Amazonas para cortar a fita simbólica da instituição. A partir daquele momento estava fundado o internato, completando assim o que foi pensado pelo grupo de seis amigos que idealizaram a construção da Casa do Pequenino, entre eles, estava a Dra. Laura Amazonas, que se empenhava cotidianamente, e não desanimou até ver o sonho tornar-se realidade.

3 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS DA EVANGELIZAÇÃO

Apesar de não ter formação em magistério, a Dra. Laura Amazonas era uma entusiasta da educação. Por esse motivo, empenhou-se pessoalmente em transmitir às crianças da instituição tudo o quanto fosse importante a uma boa formação educacional e moral. Pensando em como desenvolver práticas educativas para os encontros na Escola de Evangelização Lindolfo Campos, elaborou um livro cujo título “Uma linda história-Bíblia – Isaías – C7 -V.14” trazia a narrativa sobre o nascimento de Jesus Cristo.

Além do material pedagógico confeccionado, ainda fazia uso das “52 Lições do Catecismo Espírita” de autoria de Eliseu Rigonatti, o livro era composto por perguntas e respostas. Para completar o aprendizado, a odontóloga fazia uso das obras de Monteiro Lobato e Jean de La Fontaine, pois o aprendizado ocorria principalmente por meio da leitura de histórias, contos, poemas, além da utilização de gravuras e cartazes. A prática pedagógica da Dra. Laura Amazonas não se resumia apenas ao conteúdo da doutrina espírita, mas às questões vivenciadas em seu tempo, por esse motivo, os encontros serviam para conduzir as crianças. Nessas reuniões, também eram tratados os chamados “temas do mundo”, orientando-as para a vida, cidadania e moral.

Além da preocupação com a formação do indivíduo, buscava trabalhar questões relacionadas com a higiene e a disciplina, acreditava que para a boa formação do ser humano era preciso que os fossem transmitidos ensinamentos e regras, que lhes serviriam de suporte futuramente.

Dessa maneira, durante os encontros na Escola de Evangelização Lindolfo Campos, era ensinado aos alunos o respeito, principalmente no tocante a pontualidade e os cuidados com a higiene. Levando em consideração o tempo histórico vivido pela Dra. Laura Amazonas, sabe-se que uma criança para ser considerada normal, deveria ser saudável e esse era uma preocupação não apenas de médicos, mas dos pais e educadores, assim a Dra. Laura Amazonas

[...] Orientava aos alunos que bebessem água em casa, e usassem o vaso sanitário em casa, para não usar fora de casa. Não era só na Escola Evangélica, mas em lugar nenhum. [...] Os ensinava a cuidar das unhas, da limpeza, enfim, da higiene corporal. Ela tinha esse cuidado. (SANTANA, 2010).

Quanto aos hábitos de higiene no ambiente doméstico, ela orientava da seguinte maneira: assim que as crianças chegavam à escola de evangelização, eram conduzidas para a realização da limpeza do local onde acontecia a aula. “Nós chegávamos a Escola Evangélica, a primeira coisa que fazíamos era vasculhar o teto, passar o espanador nos bancos e o pano, e depois varrer. Tudo isso, fazíamos com orientação dela” (SANTANA, 2010).

Quanto à disciplina, era bem utilizada, tanto que para alguns alunos às vezes era difícil de compreender “como uma pessoa disciplinadora, poderia ser ao mesmo tempo bondosa, extremamente dinâmica e caridosa” (RAMOS, 2011). A disciplina era de fundamental importância, e nas aulas de evangelização, aplicava como castigo, os “sermões” para aqueles que não tivessem memorizado as atividades passadas para casa. Assim, “deixava o desobediente separado das outras crianças e chamava a atenção: Você precisa estudar!” (JESUS, 2008). Acreditava que era preciso ensinar, desde a infância, assim trabalhava essa prática da seguinte maneira:

A postura no sentar, ela orientava como deveríamos nos sentar. [...] O horário era oito horas, oito horas à porta era fechada, oito horas e um minuto, não adiantava bater na porta, porque não entrava. Então, tinha que aprender a disciplina, ela era uma mulher disciplinadora. (SANTANA, 2010).

A Dra. Laura Amazonas via nas práticas educativas uma possibilidade de levar aquelas crianças a futuras conquistas em espaços públicos da sociedade sergipana.

4 DRA. LAURA AMAZONAS E OS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO

Durante o ano de 1929, em Aracaju, era criado o Diretório da União Universitária Feminina, tendo como objetivo, a proliferação do número de jovens estudantes no ensino superior, assim, podendo favorecer o ingresso no mercado de trabalho. Estava à frente do Diretório a advogada Maria Rita Soares de Andrade, sendo auxiliada pelas doutoras Laura Amazonas, Heloísa Santos e Cezartina Régis.

O Diretório da União Universitária Feminina começou a realizar atividades que serviriam de atrativos, assim vislumbraram na realização de “chás”, uma possibilidade para despertar o engajamento, que colaboraria para avanços na vida acadêmica e profissional. Dessa forma, um dos objetivos da referida diretoria era apoiar as estudantes e defender o direito das recém-formadas, contribuindo assim para o estímulo e desenvolvimento da intelectualidade da mulher brasileira.

Durante muito tempo as mulheres buscaram o reconhecimento, pois acreditavam ser capazes de exercer profissões até então desempenhadas pelos homens. Assim, o acesso aos cursos superiores indicava o primeiro degrau de sua emancipação e a colaboração em outras lutas, a exemplo da conquista do voto e da elegibilidade feminina. A contribuição da Dra. Laura Amazonas pode ser sentida em diversos âmbitos, atuou em vários campos da sociedade sergipana e sua presença foi registrada em várias instituições. Além dos trabalhos filantrópicos, nem sempre relacionados com a religião espírita, para a odontóloga, o que importava era ajudar ao próximo, independente do credo religioso. Por isso, seguiu praticando o lema: “Fora da caridade não há salvação”.

A filantropia, era uma atividade forte no seu dia a dia, por isso, teve uma participação ativa na sociedade. Podemos verificar o registro de sua figura em vários momentos do início do século XX. Esteve presente na construção e inauguração do Asilo Rio Branco, entidade sem fins lucrativos, implantado em 20 de outubro de 1918. Teve presença notória na Cruz Vermelha, fundada em 26 de novembro de 1929 e contou com a participação, entre outras, de Cezartina Régis (Farmacêutica) e Heloísa Santos (Cirurgiã-dentista), que esteve presente como sócia benfeitora do Orfanato de São Cristóvão na cidade de mesmo nome. Em novembro de 1950, participou da fundação da Federação Espírita de Sergipe, sendo eleita posteriormente para assumir a presidência, no período de 27 de março de 1954 a 6 de outubro do ano de 1956.

Embora seu trabalho estivesse marcado pela presença da Doutrina Espírita sua contribuição foi inegável, não só no campo da filantropia, mas da educação e saúde voltadas à infância pobre em Sergipe.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Dra. Laura Amazonas, foi uma mulher que atuou em seu tempo. Não se acostumou com as dificuldades que o fato de ser mulher a impôs. Assumiu uma fé diferente diante de uma sociedade que execrava o dessemelhante, formou-se odontóloga num ambiente onde o ser masculino imperava. Voltou a Sergipe com o intuito de dar seu contributo para a sociedade. Além de se fazer presente na empreitada pela consolidação da criação das escolas espíritas, na qual empenhou-se pessoalmente na criação do Complexo de Educação Espírita “Casa do Pequeno”.

Atuou em organismos como a Cruz Vermelha e o Diretório Universitário Feminino, ajudou instituições filantrópicas como o Orfanato de São Cristóvão, na cidade de mesmo nome, o Oratório São João Bosco, em Aracaju, entre outras. A sua presença foi atuante e decisiva em vários momentos da vida social sergipana, lutando ao lado de suas contemporâneas por melhores conjunturas de vida e trabalho para as mulheres. Embora, seu desempenho seja visível ao longo da História da Educação em Sergipe, é nítido, como sua memória foi de algum modo apagada.

Iniciamos nosso texto falando sobre o silenciamento existente em torno de sua figura, provavelmente, o fato de sua escolha doutrinária tenha contribuído para isso. Portanto, mediante tantas realizações, sua ausência se torna cada vez mais presente, seja nas práticas educativas implementadas nas escolas espíritas, nas instituições por onde passou, na luta por melhores condições de vida para mulheres, entre outras. “As mulheres falam [...] A voz das mulheres é um modo de expressão” (PERROT, 2005, p. 317). E se a Dra. Laura Amazonas foi, de algum modo, silenciada ao longo da história, cabe a outras mulheres ficarem atentas aos vestígios e aos rastros deixados por ela, para assim, pouco a pouco, percebermos seu percurso e contribuições.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Rita Soares de. Uma feminista convicta sempre cercada de amigos e trabalho. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 09: segunda-feira, abril, 1984. Nº 1. p.06. (Caderno B). Sem autoria identificada.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. *In*: CATANI, A; NOGUEIRA, M. A. (org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BURITI, Iranilson. **Leituras do sensível**: escritos femininos e sensibilidades médicas no Segundo Império. Campina Grande: EDUFCEG, 2011.

FALECIMENTO de D. Laura Amazonas. **Jornal Gazeta de Sergipe**, Aracaju, p. 8, quinta-feira, 28 nov. 1968.

FREITAS, Anamaria G. B. de. Vestígios da Dr^a Laura Amazonas: aspectos da condição feminina em Sergipe. **Cadernos UFS** – História da Educação. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, v. 6, 2004.

FREITAS, Anamaria G. B. de. **Educação, trabalho e ação política**: sergipanas no início do século XX. Campinas. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2003.

GOMES, Iadry Aparecida Lima; VASCONCELOS, Flaviana Martins. **Evangelizar e Instruir**: a prática pedagógica da Dr^a. Laura Amazonas. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Universidade Tiradentes – UNIT, Aracaju, 2008.

JESUS, Antônio Monteiro de. **Memórias**: excertos do movimento espírita pioneiro em Sergipe. 2. ed. Aracaju: Editora Triunfo, 2006.

JESUS, J. de. Entrevista concedida a Iadry A. I. Gomes e Flaviana M. Vasconcelos. São Cristóvão, 15 abr. 2008.

- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PIES, Neri Gervásio. **Capital cultural e educação em Bourdieu**. 2011.69 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011. Disponível em: ede.upf.br/jspui/bitstream/tede/706/1/2011NeriGervasioPies.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.
- RAMOS, M. **Entrevista concedida a Rosemeire Siqueira de Santana**. Aracaju, 28 jan. 2013.
- RIGONATI, Eliseu. **52 Lições de Catecismo Espírita**. Pensamento: São Paulo, 1981.
- REGULAMENTO da Casa do Pequenino, 1964. **Acervo**: Casa do Pequenino. Manual da Escola Espírita. 3. ed. Sociedade de Divulgação Espírita Auta de Souza. Brasília: Ed. Auta de Souza, 2007.
- SANTANA, J. B. **Entrevista concedida a Rosemeire Siqueira de Santana**. Itabaiana, Sergipe, 5 maio de 2010.
- SANTANA, Rosemeire S. de. **Casa do Pequenino**: fragmentos de sua história. 2009. **Monografia** (Graduação em Pedagogia) – Faculdade São Luís de França – FSLF, Aracaju, 2009.
- VIDAL, Diana Gonçalves; FARIAS FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005.

Recebido em: 23 de Setembro de 2021

Avaliado em: 10 de Dezembro de 2021

Aceito em: 10 de Dezembro de 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA

1 Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Professora da Rede Pública de Sergipe – SEDUC. E-mail: r-siqueira-santana@hotmail.com

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – (UFS; Professora da Rede Estadual de Educação – SEDUC; Pesquisadora da Cátedra de Estudos Globais – UAB/Lisboa. E-mail: josi-siqueira2010@hotmail.com



EDUCAÇÃO

V.11 • N.2 • Número Temático - 2022

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2022v11n2p109-119



PEDAGOGIA E DIDÁTICA DE JUDITH LEÃO CASTELLO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ESPÍRITO SANTO (1930-1937)

JUDITH LEÃO CASTELLO'S PEDAGOGY AND DIDACTICS IN TRAINING TEACHER'S IN ESPÍRITO SANTO (1930-1937)

PEDAGOGÍA Y DIDÁCTICA DE JUDITH LEÃO CASTELLO EN LA FORMACIÓN DE DOCENTES EN ESPÍRITO SANTO (1930-1937)

Rafaella Flaiman Lauff¹
Regina Helena Silva Simões²

RESUMO

Este estudo focaliza diretrizes e conteúdos didáticos e pedagógicos ministrados na Escola Normal Pedro II (ENPII) de Vitória, Espírito Santo, Brasil, na década de 1930, pela professora Judith Leão Castello. Utiliza como fontes textos de autoria da professora Castello e de suas alunas difundidos na imprensa capixaba – jornal *Diário da Manhã* e periódicos *Revista de Educação* e *Revista Vida Capixaba*. A partir do cruzamento das fontes trabalhadas, lidas também a contrapelo, analisa a atuação da professora Judith como “mediadora cultural” (GINZBURG; CASTELNUOVO; PONI, 1989) no processo de formação de normalistas no âmbito da ENPII, enfatizando a formação de professores capixabas nos moldes tradicionais católicos. Por meio da análise dos textos publicados pela professora e pelas suas alunas sobre o magistério e das ações desenvolvidas pela Liga da Bondade, promovida por Castello, destaca a propagação da ordem cristã para orientar a identidade e o comportamento de futuros professores e professoras no Espírito Santo.

PALAVRAS-CHAVE

Formação de Professores. História da Educação do Espírito Santo. Judith Leão Castello. Escola Normal Pedro II – Espírito Santo.

ABSTRACT

This study focuses on guidelines and didactic pedagogical contents taught at Escola Normal Pedro II (ENPII) in Vitória, Espírito Santo, Brazil, in the 1930s, by professor Judith Leão Castello. It uses texts authored by Professor Castello and her students, published in the Capixaba press – Diário da Manhã newspaper and periodicals Revista de Educação and Revista Vida Capichaba. From the intersection of the sources worked, also read against the grain, it analyzes the role of teacher Judith as a “cultural mediator” (Ginzburg; Castelnuovo; Poni, 1989) in the process of training normalists within the scope of ENPII, emphasizing the training of teachers in the traditional Catholic framework. Through the analysis of texts published by the teacher and her students on teaching and the actions developed by the Liga da Bondade, promoted by Castello, she highlights the spread of the Christian order to guide the identity and behavior of future teachers in Espírito Santo.

KEYWORDS

Teacher training. History of Education of Espírito Santo. Judith Leão Castello. Escola Normal Pedro II – Espírito Santo.

RESUMEN

Este estudio se centra en las directrices y los contenidos didácticos y pedagógicos ministradas en la Escuela Normal Pedro II (ENPII) de Vitória, Espírito Santo, durante la década de 1930, por la profesora Judith Leão Castello. Utiliza como fuente textos escritos por la profesora Castello y por sus estudiantes divulgados en el periódico del estado de Espírito Santo: Diário da Manhã, Revista de Educación y Revista Vida Capichaba. A partir del cruce de las fuentes trabajadas, leídas también a contrapelo, se analiza el papel de la profesora Judith como “mediadora cultural” (Ginzburg; Castelnuovo; Poni, 1989) en el proceso de formación de normalistas en el ámbito de la ENPII, destacando la formación de profesores capixabas en los moldes católicos tradicionales. Mediante análisis de los textos publicados por la profesora y sus alumnos sobre la docencia y las acciones desarrolladas por la Liga de Bondad, promovida por Castello, destaca la difusión de la orden cristiana para orientar la identidad y el comportamiento de los futuros profesores en Espírito Santo.

PALABRAS-CLAVE

Formación de profesores, Historia de la educación del Espírito Santo, Judith Leão Castello, Escuela Normal Pedro II – Espírito Santo.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo focaliza diretrizes e conteúdos didáticos e pedagógicos ministrados na Escola Normal Pedro II (ENPII) de Vitória, Espírito Santo, na década de 1930, pela professora Judith Leão Castello. Trata-se de um recorte da pesquisa para obtenção do Doutorado em Educação, que investigou diretrizes para a formação de professores no Espírito Santo no período em que as bases da Ditadura do Estado Novo foram lançadas (1930-1937).

O interesse pela pesquisa dos anos após a Revolução de 1930, no Brasil, deve-se à busca pela compreensão dos processos de formação de professores em meio ao alicerçamento de um regime político autoritário: como se definem as diretrizes para a formação e para as práticas pedagógicas do magistério quando se lançavam as bases de uma ditadura?

No início do século XX, o magistério capixaba passava por um processo de regulamentação no qual a Escola Normal Pedro II (ENPII), de Vitória, firmava-se como centro de formação. A partir de 1927, o Decreto nº 7.994 dava prioridade aos professores formados pela ENPII para provimento em qualquer escola vaga no Espírito Santo (BASTOS, 1932). Outra iniciativa foi o Decreto 1.100, de 27 de abril de 1931, o qual obrigou os colégios particulares de ensino normal a obedecerem às disposições regulamentares que regiam a ENPII e a manterem uma escola anexa de ensino primário para a prática de futuros professores. Assim, o principal meio para habilitação docente naquele momento era “[...] ser diplomado pela Escola Normal ‘Pedro II’ ou por estabelecimentos de ensino secundário a ella equiparados [...]” (COOPERAÇÃO..., 1934, p. 35).

É importante assinalar que, na década de 1930, o corpo docente do Espírito Santo possuía maioria feminina, conforme a estatística escolar oficial de 1934, publicada na edição de nº 13 (ESTATÍSTICA..., 1935, p. 28): de 1.194 professores, 1.087 (91%) eram mulheres e 107 (9%), homens. Entretanto os cargos de chefia, como diretores escolares e inspetores técnicos de ensino, pertenciam majoritariamente aos homens.

Judith Leão Castello foi diplomada com distinção pelo Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Vitória. Em 1919, ela fazia parte do corpo docente do Ginásio São Vicente de Paulo, trabalhando no curso anexo. Em 1928, continuava nessa instituição de ensino e ministrava no curso secundário as disciplinas de Instrução Moral e Cívica, Geografia Geral, Corografia do Brasil e Cosmografia, além de ginástica para a seção feminina. Em 1931, a professora Judith Leão Castello foi nomeada para reger a cadeira de Pedagogia e Instrução Moral e Cívica da ENPII. Assumiu a cátedra de Pedagogia e Didática na ENPII no ano de 1932, por meio de concurso.

Na década de 1930, tendo em vista o predomínio de mulheres professoras no Espírito Santo e uma mulher professora responsável pela formação de Pedagogia e Didática na ENPII, interroga-se como era a formação que a lente catedrática Judith Leão Castello proporcionava à ENPII e que tipo de professor se pretendia formar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Na operação historiográfica, procurou-se movimentar múltiplas fontes, a fim de identificar convergências e divergências entre pontos de vista expressos por atores locais, por meio da leitura dos documentos a contrapelo. Levando-se em consideração que a ENPII era a instituição de formação docente parâmetro para as outras escolas formadoras de professores no Espírito Santo, pensamos que a professora Judith Leão Castello, como lente catedrática de Pedagogia e Didática, atuava como uma mediadora cultural (GINZBURG; CASTELNUOVO; PONI, 1989), na medida em que procurava filtrar ideias e conceitos a serem difundidos entre os professores capixabas.

Foram analisados documentos encontrados no fundo da Educação do Arquivo Público do Espírito Santo (APEES) e na Biblioteca Nacional, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O *corpus* documental constituiu-se de: matérias publicadas em impressos espírito-santenses que circularam no período: *Diário da Manhã*, *Revista de Educação*³ e *Revista Vida Capichaba*.

3 A INFLUÊNCIA DO CATOLICISMO DE JUDITH LEÃO CASTELLO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAPIXABAS

A professora Judith Leão Castello, católica fervorosa, associada à Irmandade do Rosário Perpétuo, costumava participar da organização da Primeira Comunhão na formatura dos normalistas no Ginásio São Vicente de Paulo (PRIMEIRA..., 1926). Também participava da organização de festas religiosas nessa instituição e oferecia sua casa para esses eventos, conforme registrado no *Diário da Manhã*, em 1931: após a novena preparatória para a festa anual de Corpus Christi e “[...] de volta ao acto religioso, os alumnos maiores se recrearam em animadas dansas na residência da família de d. Judith Leão Castello [...]” (NOVENA..., 1931, p. 2).

Em entrevista à *Revista Vida Capichaba*, a professora Castello defendeu a presença do ensino religioso nas escolas. Acreditava que os professores não deveriam impor o sectarismo, mas, pelo contrário, encontrar um “jeitinho” de ensinar preceitos do cristianismo:

[...] compreendo a necessidade da formação moral [...] como uma base mais segura. Todo o professor conscio de seu mister na verdadeira formação do homem, acha sempre um geitinho [sic] para encaixar mesmo nos sentimentos dos contrarios, uma noção do bem que produz no homem – elemento primário da sociedade – as máximas do evangelho [...]. (COMO PENSA..., 1934, p. 7).

Em vista disso, defendia que as metodologias de ensino passassem pelo filtro da moral. Em um artigo a respeito da “educação funcional”, argumentava que se alcançaria o aperfeiçoamento do ensino por meio

3 Publicação especializada para professores capixabas que circulou no Espírito Santo entre os anos de 1934 e 1937.

de professores cuja moral exemplar atendesse às condições biológicas do educando: “Dentro das normas de uma racional educação, dar-se-á a criança o ensinamento pedido, realçando-se, na lição o valor moral. Tudo depende da compenetração da moralidade que deve possuir o mestre [...]” (CASTELLO, 1935, p. 55).

Trata-se de um trabalho apresentado no Primeiro Congresso Católico de Educação, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1934 e publicado posteriormente na *Revista de Educação*. Nele, Castello (1935, p. 59) reitera sua crença na formação moral associada à metodologia da escola ativa: “[...] a moral é a base da escola activa. O ensino da moral não deve ser feito somente por palavras, mas especialmente pelo exemplo. São necessárias instituições pedagógicas como meios de ensino da moral [...]”.

Por outro lado, segundo uma matéria publicada no jornal *Diário da Manhã*, a qual enaltecia os métodos da escola ativa aplicados pela professora, os estudantes normalistas da ENPII aprendiam: “[...] os modernos ensinamentos pedagógicos da escola ativa, que lhe são ministrados pela competente professora d. Judith Leão Castello, [...]” (DOMINGOS, 1932, p.).

Com essa concepção a respeito da moral, Castello (1935) inaugura a “Liga da Bondade Dr. Diocleciano Oliveira”⁴ (LBDO) na ENPII, composta por estudantes do 4º ano, sob sua coordenação. Segundo Castello (1935), essa organização procurava trabalhar em colaboração com as Escolas Modelo e Normal, atuando fora da esfera escolar em caráter religioso.

De acordo com o regulamento da LBDO, a adesão à Liga aconteceria de forma voluntária, cabendo aos estudantes membros, obrigatoriamente, a prática diária de um ato bom. Esse ato deveria ser registrado por escrito, anonimamente, e depositado em uma urna específica. Ao final da quinzena de ensino prático primário, as “zeladoras auxiliares” dessa agremiação deveriam ministrar uma aula de educação moral e, nesse momento, as cédulas, contendo a descrição das boas ações praticadas eram recolhidas e copiadas para um livro de atos dos filiados à Liga (LIGA..., 1931).

Outra cerimônia marcava o encerramento das atividades de ano letivo da LBDO, no dia 31 de outubro: as boas ações, representadas por flores naturais, eram levadas à sepultura do professor Diocleciano de Oliveira, patrono espiritual da Liga da Bondade, pelos estudantes destacados pelo bom comportamento. Esses estudantes recebiam como condecoração a foto de Diocleciano, com frases escritas por esse educador. O regulamento era lido em voz alta e as alunas zeladoras chefes incitavam os demais à prática do bem (LIGA..., 1931).

A Liga da Bondade promoveu, ainda, a “hora da iniciação literária”, em que os chefes liam o comentário do evangelho da semana sob a forma de conto e de teatro. Organizaram o jornal “Folha Escolar”, no qual as alunas das classes primárias poderiam escrever suas experiências de vida escolar, a fim de que exercitassem a sinceridade, o espírito de autocrítica e a capacidade de julgar. Também instituíram o “Caderno Vivo” como meio de coesão entre alunos e mestres. Na “hora litero-musical” do curso normal, também de sua autoria, os alunos-mestres dissertavam sobre temas educacionais (CASTELLO, 1935).

O ensino prático primário das alunas normalistas da ENPII, dirigido pela professora Castello, consistia no *Plano de Prática Profissional*, que tratava da aplicação de teorias pedagógicas consideradas

4 Foi fundada em 11 de julho de 1931 no prédio da EN Pedro II, em que estiveram presentes o diretor dr. Aurino Quintaes, a professora Judith Leão Castello, outros professores (LIGA..., 1931).

modernas, aprendidas nas aulas de Metodologia e Didática. Ocorria em três ambientes: na Escola Modelo Jerônimo Monteiro (anexa à ENPII), no Jardim de Infância “Ernestina Pessoa” e em uma “sala ambiente” instalada no 4º ano normal, onde funcionava um modelo de escola isolada de tipo rural. Assim, abarcava a prática para o ensino primário, pré-primário e agrícola.

A tarefa dos normalistas consistia na observação da organização geral da escola, das aulas e da metodologia de ensino utilizada para, depois, reger aulas e dirigir classes. Deviam aplicar aulas das diversas disciplinas, procurando proporcionar aulas-passeio e jogos educativos, sem deixar de seguir o programa da escola. Semanalmente, apresentavam relatórios à professora com suas impressões e descrição dos trabalhos realizados no educandário. Posteriormente, essas atividades eram discutidas com a professora de Pedagogia na sala ambiente, onde abria-se espaço para as críticas. O material didático produzido ficava em exposição (A REVISTA..., 1935).

Em 1935, como uma forma de tornar conhecido o trabalho de Castello na ENPII, Claudionor Ribeiro, que dirigia a *Revista de Educação*, abriu as edições desse periódico para que algumas alunas da professora Judith publicassem seus trabalhos pedagógicos (A REVISTA..., 1935):

[...] o sr. Claudionor Ribeiro, como um estímulo às professorandas da E. Normal Pedro II poz á disposição da professora de Pedagogia e Didactica a Revista de Educação para publicação dos trabalhos pedagógicos que efficientemente são executados nesse estabelecimento de ensino [...] (A REVISTA..., 1935, p. 1).

Entretanto pouco espaço foi dado às estudantes normalistas na revista. Na edição 17-18-19, de 1935, três estudantes normalistas publicaram alguns planos de aulas que serviriam de modelo, além de dois artigos (SOUZA, 1935; FEU ROSA, 1935). O artigo de Souza (1935) tratava sobre a indispensabilidade do planejamento de aulas do professor e da importância do contato com a natureza para o aprendizado das crianças no ensino rural. Já Feu Rosa (1935) descrevia a relevância das atividades de desenho nas metodologias ativas da educação, as quais contribuíam tanto para o desenvolvimento artístico quanto utilitário em relação ao domínio desse conhecimento no mercado de trabalho.

Para esse estudo, destacam-se os seguintes artigos, publicados em edições posteriores da *Revista de Educação*: o texto da aluna Maria Leonidia Pereira do Santos (1936, p. 17), do curso de Adaptação da ENPII, intitulado “*Comenius*”; depois, o texto da aluna Sylvia Meirelles da Silva Santos (1936, p. 57), sobre “*O cinematographo, o radio e o theatro com factores educacionais*”; por fim, o texto da professora normalista Jacy Leão Castello (1937)⁵, que dissertava a respeito da “*Lição de Cousas*”.

Maria Leonidia Pereira Santos (1936) destacou Comenius e o método intuitivo no ensino. Ressaltou que os conceitos desse pedagogo rompiam com a rotina rígida escolar, arejando o ensino com base no desenvolvimento da saúde corporal, da inteligência e do caráter. O cristianismo foi destacado: “[...] seja principio e fim da nossa Didactica, escreveu o mestre excelso, procurar e determinar um meio que permita haja na comunidade christã menos trevas, confusão e discordia e mais ordem, tranquilidade e paz [...]” (SANTOS, M., 1936, p. 18).

⁵ Mesmo sobrenome da professora Judith Leão Castello, o que indica parentesco.

O texto da aluna Sylvia Meirelles da Silva Santos (1936), apresentado a princípio no 1º Congresso Católico de Educação, em 1934, remete a concepções da escola ativa, quando defende a utilização do cinema, do rádio e do teatro nas escolas. Contudo a autora defendia o aproveitamento desses elementos, comumente alinhados à pedagogia nova, no contexto de uma educação cristã católica (leia-se tradicional).

A aluna Jacy Leão Castello publicou um plano de aula intitulado “Lição de Cousas”, que expressava a sua interpretação do método analítico, envolvendo observação e experimentação. Pode-se perceber que se tratava do método intuitivo, o qual partia da percepção do sensível (observação da respiração e das plantas) para a ilustração com objetos.

Tanto a iniciativa da professora Castello com relação à disciplina Pedagogia e Didática como os textos de suas alunas publicados na *Revista de Educação* indicam a inserção dos princípios cristãos como base para a formação das normalistas na ENPII.

Em linhas gerais, observa-se, na década de 1930, uma grande preocupação com a formação da alma brasileira por meio da escola, incorporando a religião católica. Desse modo, compreende-se que o professor ocupava um papel central para o equilíbrio nacional: “[...] Póde-se dizer, portanto, rigorosamente, que uma nação será aquilo que dela fizerem seus professores [...]” (MINISTÉRIO..., 1937, p. 19). Acreditava-se na responsabilidade do magistério, portanto, em admoestar os estudantes quanto à correção moral, para afastá-los da indolência, vícios, torpezas e grandes misérias, o que concorreria para o equilíbrio nacional: “[...] A pátria precisa de homens assim, firmes e corajosos, mas disciplinados e serenos, homens afeitos à ordem, aptos para a liberdade e dignos da fortuna [...]” (MINISTÉRIO..., 1937, p. 18).

Naquele momento, no Brasil, a força do catolicismo era imensa. Um exemplo dessa força na educação espírito-santense era a celebração de missas nas comemorações oficiais da cerimônia de colação de grau na ENPII. Em 1930, durante a celebração religiosa, todas as formandas teriam recebido a Comunhão, sendo que algumas delas pela primeira vez. Uma prédica de moral e patriotismo encerrou o evento (O DIA..., 1930, p. 4).

Claramente, os relatos das fontes indicam que a professora Judith Leão Castello defendia enfaticamente o ensino dos princípios do catolicismo na ENPII. Com relação à Liga da Bondade, ainda que Castello tenha cogitado a sua atuação fora da esfera escolar, trechos das fontes pesquisadas indiciam outro caminho percorrido, conforme relata o jornal *Diário da Manhã*:

As alumnas do 4º anno normal, professorandas de 1931, por iniciativa da professora de pedagogia e de acordo com o Director da Escola, fundaram essa instituição pedagógica, não só com o objectivo de concorrer para o aperfeiçoamento moral dos alunos como ainda com o fim de pôr em pratica um dos meios educativos aprendidos no curso de Didática. (LIGA..., 1931, p. 2).

Sobre o estudo dos textos cristãos em classe, Castello (1935, p. 57) informa: “[...] Além das prelecções em classe, em torno dos postulados da ‘Liga’ – lembrar-se de Deus, da Pátria, da Família – as alumnas e alumnos-mestres ministram, semanalmente, aulas de cathecismo”.

Outra passagem no jornal *Diário da Manhã* sugere a atuação da LBDO junto à disciplina Didática ministrada por Castello, quando descreve ações desenvolvidas ao final da quinquena de “ensino prático primário”, em que as zeladoras auxiliares da LBDO ministraram uma aula de educação moral (LIGA..., 1931). Essas zeladoras eram as estudantes normalistas, já que essa agremiação foi organizada como um projeto na ENPII. O ensino prático primário das alunas normalistas da ENPII constava no Plano de Prática Profissional coordenado pela professora Castello. Desse modo, ao que tudo indica, as aulas de educação moral ministradas pelas zeladoras auxiliares da LBDO aconteciam nos momentos em que praticavam o ensino primário.

Esses relatos apontam ainda que, na prática, o trabalho voluntário na LBDO parece ter assumido um caráter “obrigatório” na formação dos alunos da ENPII, apesar de o ensino público no Espírito Santo ser laico: “[...] Além de obrigatório, o ensino primário no Estado é leigo e gratuito” (COOPERAÇÃO..., 1934, p. 39).

Quanto à metodologia de ensino, deve-se destacar que os artigos escritos pelas alunas normalistas da professora Castello, publicados na *Revista de Educação*, focalizavam a pedagogia do método intuitivo. Uma delas (SANTOS, S., 1936) escreveu sobre a metodologia da escola ativa, porém de modo que essa metodologia fosse adaptada aos princípios da doutrina católica.

Pode-se, dessa forma, observar que as diretrizes da Pedagogia e Didática de Judith Leão Castello na ENPII entremeavam o método intuitivo e a escola ativa. Desse modo, as fontes analisadas neste estudo sugerem o que Carvalho (2001) identificou nas discussões travadas entre defensores da Pedagogia Moderna (ensino como arte) e defensores da Escola Nova (ensino científico), no início do século XX: os autores da época circulam pelas duas correntes sem necessariamente definir-se por uma delas.

Além de circular entre as metodologias de ensino consideradas modernas naquele momento, a educação cristã católica (tradicional) encontrava-se fortemente enraizada na disciplina Pedagogia e Didática ministrada pela professora Castello, caracterizando a forte influência do catolicismo na formação de professores capixabas na ENPII.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O catolicismo, como se conhece, atuava com muita força no Brasil no início do século XX. Associada às ideias republicanas, a Igreja Católica difundia concepções de formação de uma nação alinhada à moral cristã. Desse modo, a educação, entendida como elemento do ideal civilizatório, constituiu um campo de disputas entre católicos e defensores do ensino leigo.

Elementos da propagação dessa ordem cristã para orientar a identidade e o comportamento dos professores no Espírito Santo aparecem com clareza nos escritos de Judith Leão Castello e das suas alunas, em articulação com a Liga da Bondade, cujas ações compunham o processo de formação docente da EN Pedro II.

Em linhas gerais, evidencia-se que os princípios pedagógicos defendidos pela professora Judith se alinhavam à religiosidade católica e, nessa esteira de pensamento, ao grupo mais conservador de políticos e intelectuais capixabas.

Conclui-se, portanto, que, na medida em que a atuação do magistério era percebida como elemento basilar no processo de constituição da Nação Brasileira, o controle dos profissionais da educação tornou-se alvo de disputas e acaloradas discussões entre mediadores culturais. Dessa maneira, o que vemos acontecer no Espírito Santo é a apropriação de teorias pedagógicas renovadoras pelo grupo católico.

A ênfase dada aos modos de ensinar conferia importância à cadeira de Pedagogia na EN Pedro II, em Vitória. No momento em que os cargos de chefia na educação eram, em sua maioria, masculinos, pode-se destacar o trabalho da professora Judith Leão Castello em uma posição importante e estrategicamente valorizada na década de 1930: a formação de professores e professoras.

REFERÊNCIAS

A REVISTA de Educação e o curso de Didactica na Escola Normal Pedro II. **Diário da Manhã**, Vitória, anno XXVIII, n. A03046, p. 1, 18 de jul. 1935.

BASTOS, João. Movimento educacional e cultural do Espírito Santo. **Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública**, 1932.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (org.). **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 137-167.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Difel: Lisboa, 1989.

CASTELLO, Jacy Leão. Lição de Cousas. **Revista de Educação**, n. 30-31, p. 11-12, jun.-jul. 1937.

CASTELLO, Judith Leão. A educação funcional e a moral nas escolas. Instituições pedagógicas. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 14, p. 51-59, maio 1935.

COOPERAÇÃO e Extensão Cultural. A moderna legislação sobre o ensino no Estado do Espírito Santo. **Revista de Educação**, Vitória, anno I, n. 6, p. 33-40, 1934.

COMO PENSA a mulher capichaba. **Revista Vida Capichaba**, Vitória, ano 12, n. 364, p. 6, 1934.

DOMINGOS, José Martins. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 2936, p. 1, 12 jun. 1932.

FEU ROSA, Alvara. O desenho aplicado às diversas disciplinas. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 97-101, ago./set./out. 1935.

ESTATÍSTICA Escolar do Espírito Santo. **Revista de Educação**, Vitória, ano 2, n. 13, p. 24-30, abr. 1935.

LIGA da Bondade dr. Diocleciano de Oliveira. **Diário da Manhã**, Vitória, ano, n. 2662, p. 2, 17 jul. 1931.

MINISTÉRIO da Educação e Saúde. **Conselho Nacional de Educação**: sessões da primeira reunião em 1937. V. 1, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Indústria do Jornal, 1937.

NOVENA de Corpus-Christi. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXIV, n. 2620, p. 2, 29 maio 1931.

O DIA da saudade: a collação de gráu na Escola Normal – a solenidade – a Missa. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXIV, n. 2478, p. 1, 7 dez. 1930.

PRIMEIRA Comunhão. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XX, n. 388, p. 6, [seção religiosa], 1 dez. 1926.

SANTOS, Maria Leonidia Pereira. Comenius. **Revista de Educação**, Vitória, anno 3, n. 22, p. 15-16, mar. 1936.

SANTOS, Sylvia Meirelles da Silva. O cinematographo, o radio e o teatro como factores educacionais. **Revista de Educação**, Vitória, anno 3, n. 25-26-27-28, p. 57-63, set.-out.-nov.-dez. 1936.

SOUZA, Custodia Gomes de. O ensino das sciencias physicas e naturaes na escola primaria. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 80-86, ago.-set.-out. 1935.

Recebido em: 25 de Setembro de 2021

Avaliado em: 10 de Dezembro de 2021

Aceito em: 10 de Dezembro de 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Doutora em Educação – UFES; Professora na Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo; Membro do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação – Nucaphe. E-mail: rafalauff@hotmail.com

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo; Coordenadora do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação – Nucaphe. E-mail: reginahe@terra.com.br



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA



EDUCAÇÃO

V.11 • N.2 • Número Temático - 2022

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2022v11n2p120-133



PROPOSTAS DE ENSINO DISSONANTES PARA MENINAS E JOVENS BRASILEIRAS, NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

DIFFERENT EDUCATION PROPOSALS FOR BRAZILIAN GIRLS AND
YOUNG WOMEN, IN THE FIRST DECADES OF THE XX CENTURY

PROPUESTAS DE ENSEÑANZA DISONANTES PARA LAS NIÑAS Y
JÓVENES BRASILEÑAS, EN LAS PRIMERAS DÉCADAS DEL SIGLO XX

Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas¹

Joelza de Oliveira Santos²

Walna Patrícia de O. Andrade³

RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar as propostas dissonantes de ensino e formação de meninas e jovens brasileiras, nas primeiras décadas do século XX, tendo como pressupostos teóricos metodológicos a História da Educação, a História das Mulheres e a análise de fontes documentais (revistas e jornais), e bibliográficas. Neste período, há um esforço do Estado brasileiro na estruturação, criação e implantação dos Grupos Escolares, nas capitais e principais cidades do interior, em cada uma das diferentes regiões e estados. Entretanto, apesar do aumento da oferta de vagas em instituições escolares públicas, voltadas para o ensino primário, associadas aos ditames da Pedagogia Moderna e do higienismo, as disciplinas ensinadas às meninas e jovens tinham como objetivo, prepará-las para funções vinculadas ao espaço doméstico, formando assim esposas dedicadas e mães zelosas. Neste mesmo contexto, percebemos a produção, circulação e apropriação de discursos e recomendações de formação, construídas no interior de associações feministas, com destaque, para ideias defendidas pelas intelectuais que integravam a Federação Brasileira do Progresso Feminino e a União Universitária Feminina que indicavam outras propostas curriculares e instituíam novos campos de atuação para meninas e jovens, oriundas de diversos grupos sociais, que se configuraram dissonantes do que era previsto e prescrito nas instituições públicas. A ampliação do acesso ao ensino superior associado à diversificação do mercado de trabalho, bem como, a possibilidade de realizar concursos públicos, aberta às mulheres após 1930, entre outros fatores, permitiram novas atribuições e atividades profissionais a serem conquistadas pelas jovens brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Feminina. História da Educação. História das Mulheres.

ABSTRACT

The objective of this study is to investigate different education proposals for teaching girls and young women in Brazil in the first decades of the XX century, using a theoretical approach based on Education History and Women's History and documentary sources such as magazines and newspapers. During this period, there was an effort of the Brazilian government for the structuralization and implementation of School Groups at capitals and important cities in every region of Brazil. Nevertheless, even with the increase of public schools focused on primary education which were associated with Modern Psychology and Hygienism, the lectures which were designed for girls and young women would prepare them to do domestic work and educate housewives and mothers. Meanwhile, we notice the production, circulation and appropriation of speeches and practices build inside feminist associations, specially by the Brazilian Federation of Women's Progress and the Women's Academic Union, which indicate other curriculum ideas and new acting roles for young women of every social background, contrary to what was taught at the public institutions. The access expansion to higher education and the cultural shift at the job market after 1930, among other factors, allowed new attributions and work activities to be conquered by young Brazilian women.

KEYWORDS

Female education. Education History. Women History.

RESUMEM

El objetivo de este estudio es investigar las propuestas disonantes de enseñanza y formación de las niñas y jóvenes brasileñas, en las primeras décadas del siglo XX, teniendo como presupuestos teóricos metodológicos la Historia de la Educación, la Historia de las Mujeres y el análisis de fuentes documentales (revistas y periódicos) y bibliográficas. En este período, hay un esfuerzo del Estado brasileño en la estructuración, creación e implantación de los Grupos Escolares, en las capitales y principales ciudades del interior, en cada una de las distintas regiones y estados. Sin embargo, a pesar del aumento de la oferta de vacantes en instituciones escolares públicas, direccionada a la enseñanza primaria, asociadas a los dictados de la Pedagogía Moderna y del higienismo, las asignaturas

enseñadas a las niñas y jóvenes tenían como objetivo prepararlas para funciones vinculadas al espacio doméstico, formando así esposas dedicadas y cuidadosas. En este mismo contexto, percibimos la producción, circulación y apropiación de discursos y recomendaciones de formación, construidas en el interior de asociaciones feministas, con énfasis en las ideas defendidas por intelectuales que integraban la Federación Brasileña del Progreso Femenino y la Unión Universitaria Femenina que indicaban otras propuestas curriculares e instituyeron nuevos campos de actuación para las niñas y jóvenes, provenientes de distintos grupos sociales, que se configuraron disonantes de lo que era previsto y prescrito en las instituciones públicas. La ampliación del acceso a la enseñanza superior asociado a la diversificación del mercado laboral, así como, la posibilidad de realizar concursos públicos abierta a las mujeres después de 1930, entre otros factores, permitieron nuevas asignaciones y actividades profesionales a ser conquistadas por las jóvenes brasileñas.

PALABRAS CLAVE

Educación Femenina, Historia de la Educación, Historia de las Mujeres.

1 PROPOSTAS DE ENSINO DISSONANTES PARA MENINAS E JOVENS BRASILEIRAS, NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

O objetivo deste estudo é investigar as propostas dissonantes de ensino e formação de meninas e jovens brasileiras, nas primeiras décadas do século XX, tendo como pressupostos teóricos metodológicos a História da Educação, a História das Mulheres e a análise de fontes documentais (revistas e jornais) e bibliográficas.

No final do século XIX, ainda era corrente a preocupação excessiva com a educação moral das meninas e jovens. Muitos intelectuais insistiam na incapacidade intelectual feminina, assim, a educação, como processo de aprendizado das virtudes e das regras de conduta e como imposição de limites à vontade “desenfreada das mulheres”, era compreendida como necessária (PRIORE, 1998, p. 219).

No Brasil, meninas e jovens adquiriram o direito legal à instrução pública por meio da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, que previa a criação de escolas de primeiras letras nas cidades, vilas e lugarejos mais populosos, para meninos e meninas, em todo o território brasileiro. A partir de então, foram implantadas as aulas de primeiras letras para meninas que deveriam ser providas, preferencialmente, por professoras. Esta mesma lei determinava componentes curriculares diferenciados ler, escrever, contar e a doutrina cristã consistiam nos primeiros ensinamentos para ambos os sexos. No entanto, destacava-se o ensino de geometria para os meninos e para as meninas bordado e costura (LOURO, 1997, p. 144).

Mesmo com a garantia legal de acesso ao ensino público, a instrução feminina que se dava em Conventos, Recolhimentos, Colégios Religiosos, no século XIX, ou no ambiente restrito do lar com

preceptoras, em geral estrangeiras, ou mesmo professores particulares, ainda se manteve por algumas décadas no século XX. Estas possibilidades, no entanto, estavam restritas às jovens da elite econômica sergipana. Nestes casos, além dos conteúdos indicados legalmente para as meninas, eram incluídas aulas de etiqueta, piano, francês, habilidades culinárias, trabalhos manuais diversificados e refinados.

O Ato Adicional de 1834 descentralizou o ensino, entre outras providências, cabendo às Províncias o direito e o dever de regulamentar, promover a educação primária e secundária e a formação de professores. Mesmo com uma medida normativa, a falta de recursos impediu que muitas províncias pudessem organizar seus sistemas de ensino em curto prazo de tempo.

Em Sergipe, as primeiras aulas públicas de primeiras letras abertas para meninas surgiram em 1831, nas cidades de São Cristóvão, Estância, Laranjeiras e Propriá (NUNES, 1984, p. 47). O ensino secundário era voltado para a preparação dos alunos aos exames de acesso às Academias Imperiais.

Em 1860, em Sergipe, existiam 66 escolas públicas de primeiras letras, 23 femininas e 43 masculinas, que atendiam a um total de 2.636 alunos. As escolas particulares de primeiras letras eram 10, apenas uma feminina, e estas atendiam a 423 alunos. Em 1870, estavam em funcionamento no Brasil 2.602 escolas públicas de primeiras letras, enquanto em Sergipe eram 100, das quais 69 masculinas e 31 femininas (NUNES, 1984, p. 99; 106).

O crescimento do número de escolas femininas e a implantação de escolas mistas favoreceram o acesso das meninas e jovens aos bancos escolares, embora não sendo suficiente para alterar a concepção vigente que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, ou deveriam receber “lições próprias para o seu sexo”. A educação escolar objetivava prioritariamente a formação moral e a constituição do caráter, em detrimento ao acesso aos conteúdos formais (LOURO, 1997, p. 446). Serem boas esposas e mães exemplares era o destino socialmente construído para elas, que exigia uma moral sólida e bons princípios.

No tocante ao ensino secundário, em Sergipe, os colégios privados de orientação laica ou religiosa tiveram papel relevante nas últimas décadas do Império. Sem estarem sujeitos, inicialmente, a qualquer inspeção governamental, esses estabelecimentos, estimulados pela concorrência, formavam a vanguarda do pensamento educacional pela adoção de modernas técnicas de ensino, pelo impulso dado ao estudo da ciência e pela ênfase emprestada às línguas modernas (FREITAS, 2003, p. 13).

Em 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho (Decreto 7.247/1879) que deu nova organização ao ensino primário e secundário do município da Corte e do Superior em todo Império, permitiu o acesso às mulheres maiores de 18 anos e menores de 30 anos, nos cursos de Medicina, Farmácia, Obstetrícia e Ginecologia, também Cirurgia Dentária. A norma citada exigia que as alunas matriculadas teriam aulas em lugares separados dos colegas homens. Mesmo antes desta Reforma, algumas mulheres brasileiras tiveram oportunidade de frequentar cursos de formação superior em outros países, mas as exigências econômicas para a viagem, o estudo e a manutenção delas, na Europa ou nos Estados Unidos, dificultavam e impediam o acesso a esta possibilidade para grande maioria.

Registra-se o investimento de muitos estados brasileiros na estruturação, criação e implantação dos Grupos Escolares, nas primeiras décadas do século XX, nas capitais e principais cidades do interior. Onde o ensino primário seriado foi ministrado em turmas separadas e, na maioria das vezes, em turnos

distintos, para meninos e meninas. Entretanto, apesar do aumento da oferta de vagas em instituições escolares públicas, voltadas para o ensino primário, associadas aos ditames da Pedagogia Moderna e do higienismo, as disciplinas ensinadas às meninas e jovens mantiveram o objetivo, prepará-las para funções vinculadas ao espaço doméstico, formando assim esposas dedicadas e mães zelosas.

Neste mesmo contexto, percebemos a produção, circulação e apropriação de discursos e recomendações de formação, construídas no interior de associações feministas, com destaque, para ideias defendidas pelas intelectuais que integravam a Federação Brasileira do Progresso Feminino (1922) e a União Universitária Feminina (1931), ambas com sede no Rio de Janeiro. Estas associações tiveram representantes, atuando em Sergipe e em outros estados brasileiros, em seus textos publicados pela imprensa local e nacional, indicavam outras propostas curriculares e instituía novos campos de atuação para meninas e jovens, oriundas de diversos grupos sociais, que se configuraram dissonantes ao que era previsto e prescrito nas instituições públicas.

A ampliação do acesso ao ensino superior associado à diversificação do mercado de trabalho, bem como, a possibilidade de realizar concursos públicos, aberta às mulheres após 1930, entre outros fatores, permitiram novas atribuições e atividades profissionais a serem conquistadas pelas jovens brasileiras de algumas famílias.

2 AS VOZES DISSONANTES DE SERGIPE E AS POSSIBILIDADES DE ESCOLARIZAÇÃO PARA MENINAS

Na segunda metade do século XIX, algumas sergipanas já publicavam textos nos jornais locais e em outras províncias, defendendo mudanças na educação feminina, como é o caso de Etelvina Amália de Siqueira (1862-1932), que participou ativamente como professora e oradora, da “Sociedade Abolicionista A Cabana do Pai Thomaz” conforme evidenciou Santos (1997), Freitas (2002) e Figueirôa (2007).

Em 1884, no Jornal “A Discussão”, em Pelotas, a professora abolicionista indicava uma formação para jovens da elite econômica, futuras mães, que pudessem preparar seus filhos para o fim da escravidão:

Eduque-se convenientemente a mulher, façam-na conceber as verdades da sua missão, liberte-se seu espírito das garras da vaidade, que conduz insensivelmente ao abismo de todos os vícios, e teremos completa a nossa sociedade. [...] Compenetrar-se de que tem a exercer na terra uma missão elevada, mostrar-se forte na virtude, respeitada pela nobreza de suas ações, especialmente a mulher mãe, é que deve ter em muita consideração estas verdades [...] de **acostumar seus filhos a envergonhar-se do título infamante de senhor de seus próprios irmãos; de criar em seus espíritos natural aversão ao – chicote – esse maldito escarro de Satanás, que há tantos séculos grudou-se na face cândida da nossa América [...]**. (FREITAS, 2002, p. 163. Grafia atualizada. Grifos nossos).

Percebe-se nas primeiras décadas do século XX, que o debate de ideias e propostas para a formação de meninas e jovens, ocupam algumas páginas da grande imprensa, não apenas em Sergipe, mas

em outros estados, em jornais e revistas literárias e femininas. A urbanização e industrialização da capital, Aracaju, e de algumas cidades sergipanas, ligadas à produção têxtil, a ampliação da busca por escolas do ensino primário e secundário, estabeleceram novas exigências de qualificação e formação para as mulheres sergipanas.

Várias associações (educacionais, científicas, literárias) foram criadas com fins diversos, entre outros, o Club Esperanto (1906), o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912), a Liga Sergipense contra o Analfabetismo (1916), o Club Esportivo Feminino (1919), Hora Literária (1919) e a Academia Sergipana de Letras (1929).

Entre 1914 e 1916, no “Diário da Manhã”, foi o discurso da Bacharel em Letras, formada pelo Atheneu Sergipense, Ítala Silva de Oliveira (1897-1984) que defendeu a atuação e o engajamento feminino na Liga Sergipense contra o Analfabetismo e alterações na educação das meninas e jovens. Além de atuar como professora do ensino primário e secundário particular, exerceu o magistério na referida Liga e, em 1919, foi nomeada conservadora dos Gabinetes de Química, Física e História Natural da Escola Normal.

Ítala também contribuiu para a Revista Feminina, publicada em São Paulo. Em 1921, mudou-se para Salvador, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, tendo recebido em 1924 o grau de Doutora em Obstetrícia, com uma tese médica sobre educação sexual. Retornou a Aracaju após a formatura, mas decidiu partir para o Rio de Janeiro, alguns anos depois, onde teve uma clínica particular no bairro da Penha e exerceu a medicina em hospitais públicos.

Em 15 de março de 1916, no Jornal Diário da Manhã, conclamava a professora Ítala, que as mulheres se engajassem na luta contra o analfabetismo no Brasil, como uma estratégia para futuras conquistas:

[...] Se esta ideia que aqui exponho, fosse levada a efeito, **se do Rio Grande do Sul ao Amazonas todas as mulheres que tivessem se instruído quisessem assim fazer, eu não só acreditaria, sinceramente, na extinção – porque não dizer? – completa do analfabetismo no Brasil, como veria nisto o primeiro passo dado pela mulher brasileira para sua emancipação.** (OLIVEIRA, 1916, p. 2. Grafia atualizada. Grifos nossos.)

O crescimento e a diversificação da população de Aracaju, na década de 1920, além das questões econômicas e comerciais, como a instalação de duas grandes indústrias têxteis a Fábrica Confiança e a Sergipe Industrial, pode ser explicado pelo aumento da migração do interior para a capital, entre outros fatores. A modernização da cidade e a maior oferta de oportunidades de emprego e de escolarização aumentaram os atrativos para este processo migratório. Segundo Dantas (1999, p. 48), em 1920, a população de Aracaju era aproximadamente de 37.440 habitantes e, em 1924, cresceu para 42.469 indivíduos.

A Escola Normal feminina era um espaço de escolarização bastante procurado pelas famílias sergipanas para a formação de suas filhas. A referida instituição foi instalada em 1877, no Asilo Nossa Senhora da Pureza, em Aracaju, pelo então Presidente da Província João Pereira de Araújo Pinto. O objetivo do curso de preparação para o magistério se ampliava na medida em que oferecia uma possibilidade de profissionalização às jovens órfãs e a continuidade de estudos para alunas não internas. Em 1911, a Escola Normal passou a funcionar em prédio próprio na praça central da cidade, em regime de externato. Manteve-se nesta sede até a metade da década de 1950.

Em 1916, a Escola ampliou, ainda mais, sua oferta de ensino, com o Curso Complementar, que tinha a duração de um ano letivo e servia como intermediário para o acesso ao curso normal. Até 1925, o certificado de aprovação, neste curso, permitia acesso ao curso de formação de professores sem a necessidade de realização do exame de admissão. Em 1922, este curso foi estendido para dois anos, sendo que no primeiro ano foi mantido o caráter preparatório para o curso normal e o segundo deu ênfase à formação específica para as jovens que não desejassem se encaminhar para o magistério.

A formação oferecida era fundamentada nas seguintes disciplinas: Economia Doméstica, Educação Moral e Cívica, Higiene Geral, Higiene Infantil, Arte Culinária e Música. Percebe-se pelo programa do curso a preocupação com a aquisição de conhecimentos e habilidades para as atividades relacionadas ao espaço doméstico e à maternidade. Em 1927, este segundo ano, passou a ser chamado de Curso Profissional Feminino e deixou de ser ministrado na Escola Normal, transferindo-se para o Instituto Profissional Coelho e Campos.

Na Primeira República, a clientela da Escola Normal era constituída de jovens oriundas, em sua maioria, das camadas médias da sociedade. A busca pela ascensão social, pela profissionalização do magistério e a possibilidade de ampliação de estudos motivaram o aumento da procura pela Escola (NUNES, 1984, p. 195).

Além da Escola Normal Rui Barbosa outras instituições atuavam no interior de Sergipe, preparando professoras, tais como as instituições de ensino particulares confessionais: Colégio Nossa Senhora das Graças (Própria); Colégio Imaculada Conceição (Capela), Colégio Sagrado Coração de Jesus (Estância).

Em Aracaju, o ensino profissionalizante estruturou-se, nestas três primeiras décadas do século XX, por meio da “Escola de Aprendizes e Artífices” (1910), da “Escola de Comércio Conselheiro Orlando” (1923), do “Liceu Profissional Coelho e Campos” (1923) e do “Instituto de Química Industrial” (1926), que aos poucos passaram a receber também jovens alunas.

Percebe-se que nas primeiras décadas do século XX, o horizonte de possibilidades de escolarização de meninas e jovens sergipanas foi ampliado e diversificado. Instituições distintas e propostas curriculares diferenciadas, entretanto, ainda mantiveram os objetivos de formação relacionados com a gestão do ambiente doméstico, o aprendizado de técnicas manuais e a preparação para a maternidade.

3 A REVISTA RENOVAÇÃO E O CURSO PRÁTICO FEMININO

Maria Rita Soares de Andrade (1904-1998), nasceu em Aracaju, realizou o curso primário no Grupo Escolar General Siqueira de Menezes e o curso secundário no colégio Atheneu Sergipense. Em 1923 mudou-se para Salvador para realizar o curso superior de Direito. Bacharelou-se em 1926. Ao retornar a Aracaju, atuou como advogada e prestou concurso para o Colégio Atheneu, em 1929, mas só conseguiu tomar posse em 1931, com a interferência do Interventor do Estado Augusto Maynard. Como parte do processo de concurso escreveu e defendeu a tese “A mulher na literatura”.

Entre 1931 e 1934, editou e manteve a Revista Renovação, tendo contribuído para diversos jornais de Aracaju. Renovação era uma publicação cultural-literária, de acordo com o seu primeiro editorial

e tinha, entre outros objetivos, o de oferecer espaço para os talentos locais, femininos e masculinos, além de educar o povo:

Há, porém, grande parte de inteligência moça, que se atrofia, incógnita, nos nossos estreitos limites; **que tem surtos de evolução e progresso mas que se retrai e esconde, com o pudor, talvez, de aparecer. Entre os homens isto, às vezes, se dá; entre as mulheres é regra geral.** [...] Pensamos, porém, neste momento em que tudo no Brasil se renova, em que tudo se reorganiza, em dar ao nosso pequenino Estado ensejo de sair desse ambiente estreito e retrógrado; **educar o povo para o culto ao talento e ao trabalho; instruir o povo no incentivo aos surtos de inteligência, às revelações de capacidades; convencer o povo de que escrever si é a mais bela das artes é, ainda a mais agradável e útil das distrações** [...]. (ANDRADE, 1931, p. 1. Grifos nossos.).

O ciclo de vida da Renovação pode ser dividido em três fases distintas, tomando como base o critério da periodicidade. A primeira na qual a revista era quinzenal (de janeiro de 1931 a abril de 1932 – 27 edições); a segunda, quando foi editada mensalmente (de maio a outubro de 1932 – 4 edições); e, a terceira, quando ocorreu o “ressurgimento” da revista, em 1934, com periodicidade mensal (janeiro a setembro de 1934 – 9 edições). Em 1933, nenhum número foi publicado.

Infelizmente, não foram localizados dados mais específicos sobre a caracterização dos leitores da Revista, nem sobre a tiragem dela. Pode-se inferir que, tendo em vista o fato de ser mantida por meio de assinaturas e das verbas arrecadadas junto aos anunciantes, que ocupavam espaços de publicidade, que ela possuía um público leitor assíduo e que, de certa maneira, atendia as suas expectativas. Esta publicidade ocupava, em média 6 páginas inteiras de anúncios (considerando a capa e contracapa, cada número da Renovação tinha em média 22 páginas.)

A participação feminina ocorria por meio da publicação de poemas, cartas e pequenas crônicas. As ações de benemerência e filantropia, os espetáculos e os concursos literários promovidos pela própria Revista ou pela Escola Normal, também permitiam a visibilidade dos talentos femininos. As páginas de Renovação serviram também para divulgar os manifestos, as atividades, e os boletins da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e da União Universitária Feminina (UUF).

A FBPF foi criada em 1922, no Rio de Janeiro e durante muitos anos teve como presidente Bertha Lutz, entre outros objetivos lutou pela ampliação da participação política das mulheres, como o acesso ao voto e a elegibilidade (SCHUMAHER, 2000, p. 106-112; SOHIET, 1997, p. 99-124).

Em 1931, foi fundada a UUF por Carmem Portinho, também no Rio de Janeiro, tinha como principal meta o apoio, por meio de chás e reuniões, às alunas universitárias e as recém-formadas nos cursos superiores. As associadas se esforçavam, a partir de uma rede de contatos, para auxiliar as jovens que se titulavam a conseguirem espaços de exercício profissional no mercado de trabalho. (PORTINHO 1999, p. 40-49; SCHUMAHER, 2000, p. 135-137).

Em diversos momentos, estas duas agremiações juntaram suas pautas de reivindicação e suas filiações em atividades e campanhas comuns, como: congressos, seminários, representação em eventos internacionais, o censo eleitoral feminino, entre outros. Em Sergipe, Cesartina Régis (1890-1980), primeira farmacêutica sergipana e Maria Rita Soares de Andrade estiveram vinculadas às duas associações.

Mesmo com seções especiais para as leitoras, *Renovação* não pode ser caracterizada estritamente como uma publicação feminina ou mesmo feminista. Segundo a própria diretora, a publicação era um “magazin literário”. O espaço dedicado aos poetas, cronistas, romancistas, críticos literários e imortais da Academia Sergipana de Letras era amplo.

Maria Rita ressaltava, nos editoriais, as esperanças de que o “novo regime” se preocupasse com a educação do povo e garantisse maior participação feminina na vida pública. O empenho dela na defesa da educação popular e feminina se aproximava das propostas defendidas por Ítala Silva de Oliveira, em 1916.

A referida editora usou os editoriais, no ano de 1931, para registrar as expectativas de que as mulheres seriam respeitadas e valorizadas, em todas as suas dimensões, especialmente no tocante à cidadania, tendo como garantia o acesso à educação superior, ao exercício de profissões liberais e à possibilidade de ocupar cargos públicos importantes, o direito ao voto e à elegibilidade. No entanto, no final de 1932, observou-se uma mudança no tom dos textos, a advogada cobrava espaços na “democracia sem mulheres” instituída por Getúlio Vargas.

Segundo Borges (1998), na década de 1930 a “história política brasileira foi marcada por forte instabilidade e vivo debate” (BORGES, 1998, p. 160) e por rupturas representadas pela Revolução de 1930 e pela decretação do Estado Novo (1937).

As dificuldades vivenciadas por Maria Rita na manutenção da *Revista Renovação*, diversas vezes manifestadas em seus editoriais, relacionadas a problemas financeiros e mesmo a exigência de uma dedicação que ela não poderia assumir, tendo em vista as atividades profissionais que desenvolvia como advogada e professora, esbarraram, também, nos preconceitos da sociedade aracajuana quanto às ideias feministas que defendia por meio de um veículo de informação impresso.

As propostas de educação feminina eram veiculadas na *Revista Renovação* por meio de diversas formas, mas principalmente nos editoriais; nos textos relacionados às lutas e conquistas Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e União Universitária Feminina; em seções específicas como a “Arte de ser mulher” e “Pela Assistência Cristã Feminina” (estas duas seções estiveram presentes no último ciclo da *Revista*, no ano de 1934); nas correspondências; nos textos literários, principalmente nos contos e poesias.

Essas propostas se diferenciaram no decorrer das fases da revista, sendo que nos primeiros anos (1931-1932) a defesa do direito feminino ao ensino público e do acesso ao ensino superior apareceram constantemente. A vinculação entre escolaridade feminina e exercício de uma profissão liberal também foi marcante. Além disso, a maioria dos textos proclamava que a emancipação feminina seria construída a partir da escolarização e do exercício de uma profissão, e deveria ser pensada como uma conquista da Revolução de 1930 e uma demonstração de patriotismo.

Uma outra estratégia verificada nas páginas da *Revista* era apresentar mulheres que se realizaram no exercício de uma profissão e eram mães exemplares, esposas dedicadas. Advogadas, médicas, avia-doras, cientistas e professoras foram ressaltados como exemplos a serem seguidos. Alguns textos apresentaram as conquistas das mulheres nos Estados Unidos e na Europa, no tocante ao acesso ao ensino superior e a cargos públicos de prestígio como um estímulo para as mulheres brasileiras e sergipanas.

As viagens de algumas mulheres ligadas à União Universitária Feminina e à Federação pelo Progresso Feminino também foram registradas. Em muitos casos, existiu um “chamamento” explícito para que as mulheres se associassem a estas organizações, pois a expectativa era que com o “con-

graçamento” de todas elas, seria possível alcançar objetivos mais amplos e duradouros. As injustiças sofridas e as conquistas das mulheres sergipanas, dentro e fora do Estado, foram visibilizadas através de matérias específicas ou notas.

Pode-se perceber que as propostas veiculadas pela Revista Renovação se destinavam a mulheres privilegiadas, que moravam nas cidades, em especial nas capitais, que ainda estavam, de certa maneira, restritas ao ambiente doméstico, se arriscavam em colaborações literárias, exerciam atividades de benemerência, entre outras. Frequentavam o cinema, participavam dos recitais promovidos pela Academia Sergipana de Letras, pela Escola Normal e pela própria Renovação.

Estas mulheres teriam condições econômicas de realizarem cursos superiores fora de Sergipe, de participarem de eventos em Salvador, no Rio de Janeiro e em outros países; de se organizarem em torno das lutas defendidas quanto ao voto feminino e a elegibilidade, e de exercerem uma profissão liberal.

As jovens sergipanas que trabalhavam nas indústrias têxteis e em outras indústrias, aquelas que atuavam no comércio, na prestação de serviços, nos trabalhos domésticos, que tinham a escolaridade restrita ao ensino primário, ou em casos raros, possuíam o diploma de normalista, bem como as que eram arrimo de família, aquelas que estavam na zona rural ou em pequenas cidades do interior não apareciam nas páginas de Renovação. Esta perspectiva crítica poderia ser elaborada em relação às pautas defendidas e as representações veiculadas na Revista Renovação.

No entanto, uma ação desenvolvida e registrada referida publicação, no ano de 1934, associou, estrategicamente, uma proposta de filantropia no tocante a educação feminina das jovens pobres, por meio da “Assistência Cristã Feminina”. As jovens que moravam na periferia de Aracaju e puderam, de alguma forma, acessar novos conhecimentos e saberes, bem como se preparar para outros postos de trabalho.

A intenção de Maria Rita por meio desta Associação era a regeneração das prostitutas e educação-preventiva das jovens pobres que necessitavam lutar pela sobrevivência. A primeira realização foi a criação de um Curso Prático Feminino, que contou com a participação de grandes nomes do magistério feminino sergipano e tinha como currículo: Português, Francês, Inglês, Alemão, Aritmética, Geografia, Datilografia, Taquigrafia, Escrita Mercantil, Educação Moral, Economia Doméstica e Arte Culinária (ASSOCIAÇÃO..., 1934, p. 12). De acordo com as evidências encontradas o curso funcionou, por alguns anos, mas não foi possível precisar por quanto tempo.

Destaca-se que no mesmo período que este curso foi ofertado pela Associação Cristã Feminina, em Aracaju, as jovens sergipanas também poderiam frequentar o Curso Profissional Feminino. Este funcionou, inicialmente, na sede da Escola Normal Rui Barbosa e desde 1927 passou a formar as alunas nas dependências do Instituto Profissional Coelho e Campos (IPCC), sob a responsabilidade do Departamento de Ensino Industrial, conforme Malta (2010, p. 126).

Com o passar dos anos o referido curso do Instituto Profissional Coelho e Campos, “[...] foi reconhecido como espaço legitimado pela sociedade para o preparo de moças para os serviços de economia doméstica e para bordar, costurar, pintar, tocar instrumentos, cantar, dentre outras coisas” (MALTA, 2010, p. 126).

A duração dos cursos voltados para as jovens no IPCC variava entre três a cinco anos e as alunas poderiam escolher diversos caminhos de formação, entre as seções oferecidas pelo Instituto. De acordo com Malta (2010, p. 157), em 1930, 247 alunas estavam matriculadas nas seguintes áreas:

desenho e trabalhos manuais; rendas e bordados, flores, confecção de chapéus; prendas; confecções, modas, roupas brancas e grossas; música; e desenho industrial.

Além de atender um público diferenciado, o Curso Prático Feminino, da Associação Cristã Feminina pretendia não apenas habilitar as jovens para o universo doméstico, para os trabalhos manuais e para o trabalho fabril; mas, ampliar possibilidades de atuar no mercado de trabalho, com conhecimentos e práticas de datilografia e taquigrafia e escrituração mercantil, exigidos para postos de trabalho no comércio, como secretárias, em bancos e em repartições públicas, entre outros. Estas atividades poderiam permitir, em alguma medida, que as sergipanas, pudessem ascender socialmente, atuando em um mercado de trabalho que se diversificava no período.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As feministas liberais pregavam os benefícios da profissionalização feminina e da emancipação das mulheres, contrariando a posição de médicos higienistas, juristas e de alguns intelectuais que viam no trabalho feminino fora do lar a causa da desagregação da família e a decadência moral da mulher. Este ideal era assumido por Maria Rita Soares de Andrade e outras lideranças, que pertenciam a FBPF e a UUF e estava expresso nos diversos editoriais analisados da Revista Renovação.

Em 1938, a editora mudou-se para o Rio de Janeiro, onde abriu um escritório de advocacia juntamente com a Dra. Maria Luiza Bittencourt e Dra. Maria Alexandrina Ferreira Chaves. Participou de eventos nacionais e internacionais, apresentando trabalhos jurídicos, foi professora do Colégio Pedro II e do Colégio de Aplicação da Universidade do Brasil e colaboradora no Jornal do Brasil. Foi nomeada em 1967, como a primeira juíza federal do Brasil

Neste estudo constatamos que, desde o final do século XIX, existiu uma preocupação com a escolarização feminina em Sergipe. Ao longo da Primeira República há uma expansão da oferta para meninos e meninas, no tocante ao ensino primário e uma diversificação do atendimento. Escolas públicas, particulares não confessionais e particulares confessionais (católicas e protestantes) ofereciam ensino primário e, em algumas, o ensino secundário, na capital e no interior.

O ensino profissionalizante ministrado em diferentes instituições, em Aracaju e em São Cristóvão, também passou a permitir o ingresso de alunas em suas salas e oficinas de formação, nas primeiras décadas do século XX. Mesmo recebendo o que era considerado socialmente como “a educação própria para o seu sexo”, muitas destas jovens ampliaram seus horizontes de atuação para além do espaço doméstico.

Nos discursos de três intelectuais sergipanas, Etelvina, Ítala e Maria Rita, que exerceram o magistério, ocuparam a imprensa e se preocuparam em defender a escolarização de meninas e jovens, foi possível identificar propostas dissonantes de educação feminina associadas ao engajamento social em lutas específicas, em favor da abolição da escravidão, da ampliação da alfabetização, da conquista do espaço público pelas mulheres e do exercício profissional.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Rita Soares de. Editorial. **Revista Renovação**, Aracaju, n. 1, p. 1, janeiro de 1931.
- ASSOCIAÇÃO Cristã Feminina. **Revista Renovação**, Aracaju, n. 39, p.12, maio de 1934.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos Trinta e Políticas: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 159-182.
- DANTAS, José Ibarê Costa. **O tenentismo em Sergipe**. 2. ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade Editora, 1999.
- FIGUEIRÔA, Meirevandra Soares. “**Matéria Livre... Espírito Livre para pensar**”: um estudo das práticas abolicionistas em prol da instrução e da educação de ingênuos na capital da Província Sergipana (1881-1884). 2007. 176 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.
- FREITAS, Anamaria G. Bueno de. Mulheres sergipanas e a imprensa: primeiras aproximações. **Revista de Aracaju**, Prefeitura Municipal de Aracaju, Ano LIX, n. 9, Aracaju: FUNCAJU, 2002. p. 157-168.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443 -481.
- MALTA, Marina Oliveira. **O ensino profissionalizante em Sergipe**: contribuição do Instituto Profissional Coelho e Campos (1922-1944). 2010. 235 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.
- NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, UFS, 1984.
- OLIVEIRA, Itala Silva de. Liga Brasileira contra o analfabetismo. **Diário da Manhã**, Aracaju, Ano VI, n. 1, 451, p. 2, 15 de março de 1916. Col. 1 e 2.
- PORTINHO, Carmem. **Por toda minha vida**: depoimento a Geraldo Edson de Andrade. Rio de Janeiro: EduERJ, 1999.
- PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto; Editora São Francisco, 1998. p. 217-235.

SANTOS, Maria Nely. **A sociedade libertadora “Cabana do Pai Thomaz”**. Francisco José Alves. Uma história de vida e outras histórias. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1997.

SCHUMAHER, Shuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SOIHET, Rachel. Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. **Acervo**, Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2, p. 99-124, jan./dez. 1996.

Recebido em: 20 de Setembro de 2021

Avaliado em: 10 de Dezembro de 2021

Aceito em: 10 de Dezembro de 2021

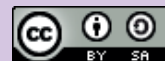


A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Doutora e Mestre em Educação, pela Universidade Estadual de Campinas – FE/UNICAMP; Pós Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FE/USP; Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe – DED/UFS; Vice-líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, Sujeitos e Práticas Educativas – GEPHED/CNPq/UFS. E-mail: anagbueno@uol.com.br

2 Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Doutoranda em Educação –PPGED/UFS; Professora no Atendimento Educacional Especializado – AEE na rede pública do estado de Sergipe; Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, Sujeitos e Práticas Educativas – GEPHED/CNPq/UFS. E-mail: walnaandrade77@gmail.com

3 Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Especialista em Psicopedagogia e Licenciada em Pedagogia; Técnica Judiciária do Tribunal de Justiça de Sergipe; Experiência docente na educação básica nas redes estaduais e municipais do estado de Sergipe; Membro de Grupo Pesquisa em História da Educação: sujeitos, saberes e práticas educativas – GEPHED/CNPq/UFS. E-mail: joelzaoliveira14@gmail.com



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA



EDUCAÇÃO
V.11 • N.2 • Número Temático - 2022

ISSN Digital: 2316-3828
ISSN Impresso: 2316-333X
DOI: 10.17564/2316-3828.2022v11n2p134-151



REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO, FAMÍLIA, CASAMENTO E CONDIÇÃO FEMININA EM *UM DIVÓRCIO*, DE SARAH BEIRÃO

REFLECTIONS UPON EDUCATION, FAMILY, MARRIAGE, AND
WOMEN STATUS IN *UM DIVÓRCIO*, BY SARAH BEIRÃO

REFLEXIONES SOBRE LA EDUCACIÓN, LA FAMILIA, EL MATRIMONIO
Y LA CONDICIÓN DE LA MUJER EN *UM DIVÓRCIO*,
DE SARAH BEIRÃO

Michelle Thalyta Alves¹
Aldinida Medeiros²
Isabel Lousada³

RESUMO

O estudo ora posto, traz uma leitura analítica do romance *Um Divórcio* (1950), de Sarah Beirão, apresentando como objetivo principal as questões relacionadas à condição feminina nomeadamente no que se prende com a educação. O enfoque se centra nas imposições sobre o casamento no modelo da família tradicional burguesa, na década de 50, do século passado, em que a escolha do marido ainda não era inteiramente um direito da mulher. O posicionamento da romancista pelos direitos femininos, com ativa participação em associações portuguesas, – a exemplo do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP) – fez dela destaque na defesa das causas em favor de uma classe minoritária, mais precisamente, da condição da mulher no século XX. Dirigente de revistas que buscavam consolidar o feminismo em Portugal, suas ações refletem na elaboração de representações femininas que mostravam tanto a opressão quanto a adesão aos novos valores, à semelhança da protagonista, que insiste no divórcio. Ainda que se trate de uma sociedade conservadora e patriarcal, é necessário destacar a contribuição de representações femininas neste romance, levantando questionamentos deste âmbito, principalmente, por se ter em conta que, grande parte das leitoras da época ainda realizavam leituras de romances do século XIX. Este breve ensaio recorreu ao aporte teórico dos estudos de gênero, em específico, da crítica feminista. Nesse contexto há, então, nomes como: Anália Cardoso Torres (1996); Constância Lima Duarte (2003); Cecil Zinani e Salette Santos (2015); Fátima Pais (2012); Lúcia Osana Zolin (2009); Maria Elisa Cevalco (2009); Simone de Beauvoir (2016); dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE

Um Divórcio. Sarah Beirão. Personagem Feminina. Educação. Família e Casamento. Condição da Mulher.

ABSTRACT

This study does an analytical reading about the novel *Um Divórcio* (1950), by Sarah Beirão aiming, mainly questions regarding the female condition under the educational issue. The focus consists in the impositions about the marriage into the model of the bourgeois traditional family in the 50's of the last century, in which the choice of the husband was not still entirely a right of the woman. The position of the novelist about the rights of women, with active participation in portuguese associations, - for instance, the National Council of the Portuguese Women (NCPW) - became her outstanding in the defense of causes in favor of the minority class, more precisely of woman's condition in the 20th century. Leader of magazines which aimed to consolidate the feminism in Portugal, her actions reflect in the elaboration of female representations which showed as the oppression much as the accession of the new values, such as the protagonist who insists in the divorce. Even though, it is a conservative and patriarchal society, it is necessary to emphasize the contributions of the female representations into this novel, rising up questioning of this ambit mainly taking into account that the most of female readers of the epoch still did readings of novels of the 19th century. This brief essay has resorted to the theoretical basis about the gender studies specifically the feminist criticism. In this context, there are, however, names such as: Anália Cardoso Torres (1996); Constância Lima Duarte (2003); Cecil Zinani e Salete Santos (2015); Fátima Pais (2012); Lúcia Osana Zolin (2009); Maria Elisa Cevasco (2009); Simone de Beauvoir (2016); amongst others.

KEYWORDS

Um Divórcio - Sarah Beirão. Female Character. Eduaction. Family and Marriage. Woman Status.

RESUMEN

Este estudio hace una lectura analítica sobre la novela *Um Divórcio* (1950), de Sarah Beirão con el objetivo, principalmente de las preguntas sobre la condición femenina bajo la cuestión educativa. El enfoque consiste en las posiciones sobre el matrimonio en el modelo de la familia tradicional burguesa en los años 50 del siglo pasado, en el que la elección del marido no era todavía enteramente un

derecho de la mujer. La posición de la novelista sobre los derechos de la mujer, con participación activa en las asociaciones portuguesas – por ejemplo, el Consejo Nacional de las Mujeres Portuguesas (NCPW) – se convirtió en su destacada en la defensa de las causas a favor de la clase minoritaria, más precisamente de la condición de la mujer en el siglo 20. Líder de revistas que pretendían consolidar el feminismo en Portugal, sus acciones se reflejan en la elaboración de representaciones femeninas que mostraban tanto la opresión como la adhesión de los nuevos valores, como la protagonista que insiste en el divorcio. A pesar de que, es una sociedad conservadora y patriarcal, es necesario destacar las contribuciones de las representaciones femeninas en esta novela, levantando el cuestionamiento de este ámbito principalmente teniendo en cuenta que la mayoría de las lectoras de la época todavía hacían lecturas de novelas del siglo 19. Este breve ensayo ha recurrido a la base teórica sobre los estudios de género específicamente la crítica feminista. En este contexto, sin embargo, existen nombres como: Anália Cardoso Torres (1996); Constância Lima Duarte (2003); Cecil Zinani y Salete Santos (2015); Fátima Pais (2012); Lúcia Osana Zolin (2009); María Elisa Cevalco (2009); Simone de Beauvoir (2016); entre otros.

PALAVRAS-CLAVE

Um Divórcio, Sarah Beirão, Carácter Femenino, Educación, Familia y Matrimonio, Condición de la mujer.

1 APRESENTAÇÃO

A história das mulheres só pode ser compreendida no plural, nunca no singular. (BOCK, 1989, p. 161.)

O romance *Um divórcio*, de Sarah Beirão, escrito em 1950, aborda questões relativas à condição feminina no início do século XX, em Portugal. Nesse sentido, é possível observar, à época, as questões relacionadas à evolução histórico-cultural e aos padrões impostos às mulheres na sociedade coeva. Percebe-se, também, o quanto a narrativa romanesca desta escritora questiona e desvenda reflexões sobre a educação e a condição feminina, no século passado. Em rigor, a emancipação feminina e as propostas para a sua efetivação passam pela forma como a educação se processa aos mais diversos níveis.

A análise das características dessa formação é interessante sobretudo se atendermos ao fato de as expectativas formadas para cada gênero, masculino e/ou feminino serem bastante diversas. Tal fato leva-nos a entender como fundamental a nota sobre a educação feminina para os modelos tradicionais de família. A mulher encarada como nascida para ser mulher- esposa e mãe torna-se palco para um debate nos romances de Sarah Beirão, que aqui importa retomar.

O enredo da obra apresenta, na temática do casamento por conveniência, a situação de fragi-

lidade e submissão das mulheres, mas faz ouvir e convoca, também, uma voz feminina na reivindicação do divórcio. Esta expressão atenta na importância da educação do gênero feminino para a temática da igualdade de direitos entre homens e mulheres, tão em voga hoje em dia, mas que era já uma batalha candente, à época.

Alguns romances desse período causaram inquietações às mulheres por trazerem reflexões acerca de temas antes proibidos de serem discutidos pelo público feminino (até então inauditos na educação das jovens), pois abordavam assuntos que eram contra os padrões conservadores vigentes. O divórcio, era por si só um caso flagrante. Porém, temas correlacionados como a infidelidade e/ou o desejo das/nas mulheres era motivo de escândalo.

Segundo Lúcia Osana Zolin (2009, p. 332.), “Tais obras trazem em seu bojo críticas contundentes aos valores patriarcais, tornando visível a repressão feminina nas práticas sociais, numa espécie de conseqüências do processo de conscientização desencadeado pelo feminino”. Essa tomada de consciência fez com que as mulheres refletissem sobre a sua condição de vida, mormente na liberdade de expressão sempre cerceada.

Os movimentos feministas foram importantes nessa conquista, pois tornaram-se essenciais para romper com o *status quo* e contribuíram para traçar uma nova trajetória de vida para as mulheres, tirando esse gênero da invisibilidade e colocando-o em um lugar de valorização.

Foi na imprensa local, funcionando como “amplificador da voz feminina”, para usar a expressão cunhada por Isabel Lousada (2010, p. 1), que as vozes de mulheres, como Sarah Beirão, encontraram a oportunidade de ecoar desejos de autonomia, indo contra os padrões estabelecidos e impostos, no período salazarista, à figura feminina. Neste período o ensino de labores (para as “prendadas” meninas) era uma constante em virtude de se considerar dever ser apanágio de uma boa “dona de casa” saber cuidar do lar, tratar de gerir a casa e tudo o que a esses aspectos dizia respeito.

Junto com esses afazeres e obrigações devia a mulher prendada saber alegrar o lar, com as suas “artes” recorrendo aos dotes de culinária e de decoração. Para além dos bordados, ponto cruz, croché, como podemos comprovar pela leitura das publicações destinadas às senhoras de então, imprescindível seria o cuidado colocado ao serviço dos seus entes familiares mais próximos, também no que respeitava ao cuidado com as suas roupas. Dependendo do status social esses “pergaminhos” eram ensinados para que umas pudessem com eles arrajar trabalho e serem empregadas e outras serem as zeladoras para que as suas empregadas executassem essas tarefas a contento.

É possível perceber nos escritos da autora, e nas leituras dela, temas ligados à condição da mulher e à luta em busca dos direitos destas, em meio a um período político que deixou marcas profundas de insatisfação.

Sarah de Vasconcelos Carvalho Beirão é uma romancista, ativista dos direitos da mulher e feminista, a sua colaboração para o mundo intelectual começou cedo, ao atuar, aos dezoito anos, nos jornais e revistas da época. De acordo com Zinani e Santos (2015, p. 122), “sempre convém lembrar que, antes de serem escritoras, as mulheres foram leitoras”. Esse percurso de formação intelectual citado pelas autoras reflete a trajetória de vida de Beirão que, sendo filha de um médico revolucionário republicano, teve possibilidades de obter uma educação diferenciada das meninas da sua época, tendo em vista que prevalecia a dominação dos costumes patriarcais que limitavam as mulheres nas esferas sociais, políticas e educacionais, dentre outras.

Ainda sobre a formação de Beirão, conforme Pais (2012, p. 1), a escritora “Estudou no Porto, onde lhe é proporcionado uma educação escolar que poucas mulheres conseguem obter nessa época”. Dentro dessa reflexão, Constância Lima Duarte (2003, p. 152-153) destaca a colaboração das mulheres que puderam experimentar uma educação diferenciada na sua época e pontua que:

[...] foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever.

Diante dessa oportunidade, a escritora teve a possibilidade e o privilégio de ler vários jornais e revistas com artigos relacionados às ideias femininas, os quais apresentavam temas que pretendiam romper com o tradicional e alcançar a liberdade da mulher. Para isso, era necessário buscar espaço para elas na educação, na política e no comércio, priorizando a valorização feminina nesses ambientes. No decorrer dos anos, a romancista se tornou uma ativista dos direitos da mulher e o seu envolvimento com esses textos a impulsionou, tornando-a uma militante pela igualdade de gênero.

Devido a sua atuação no feminismo, Sarah Beirão participou de associações portuguesas, como o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP) (LOUSADA, 2009), sendo destaque na defesa das causas em favor de uma classe minoritária, mais precisamente da condição da mulher no século XX. Este fato evidencia ser a educação para os direitos das mulheres, um tópico fundamental na batalha empreendida pelas Organizações não Governamentais como a que acima mencionamos, pois o CNMP pretendia emancipar as mulheres por meio das suas ações e das suas bandeiras de luta para as quais contava com nomes conhecidos tais como o da médica Adelaide Cabete (1867-1935) e Elina Guimarães (1904-1991).

Personalidades como Beirão conseguiram alcançar o seu espaço depois de longas lutas e reivindicações em prol dos direitos femininos, combatendo o silenciamento impingido à mulher nos meios literários. Zolin (2009, p. 329) pontua que, “no caso de mulheres escritoras, elas teriam construído uma espécie de subcultura dentro dos limites da sociedade regulada pela ideologia patriarcal”. Uma forma de sobreviver nesta sociedade, que deixava à margem as escritoras, era publicar por meio do uso de pseudônimos. E Sarah se valeu dessa ferramenta, uma vez que a escritora começou a utilizar o nome Álvaro de Vasconcelos em suas primeiras publicações, pois, na condição de mulher, ela se encontrava excluída da produção intelectual. Conforme Lousada (2012, p. 67):

A título de exemplo registre-se Sarah Beirão (1884-1974), que assina Álvaro de Vasconcelos no periódico *Tabuense*, fundado por seu pai. Este é um dos estratagemas das mulheres para passarem despercebidas, ou para verem ser reconhecido o seu valor numa atmosfera marcada pela misoginia.

Beirão conseguiu publicar com o seu próprio nome pela primeira vez em 1929, no final do período republicano, a obra *Serões da Beira*, datada do mesmo ano. Depois da primeira publicação, a escrita conti-

nuou e a autora passou a utilizar em suas narrativas ideias que ajudavam a promover reflexões sobre diversas situações sociais, especialmente sobre a necessidade de mudança dos valores impostos às mulheres.

De acordo com Pais (2012, p. 2), é necessário enfatizar a participação da escritora na militância, visando romper com o tradicionalismo da época, visto que

Integra em 1928, o Grupo das Treze, que surgiu em 1911 e que pretendia combater a ignorância e as superstições, o obscurantismo, o autoritarismo religioso e o conservadorismo que perturbavam a sociedade portuguesa e impediam a emancipação das mulheres.

Nesse sentido a educação era, na verdade, pedra de toque para que por meio da consciencialização de um colectivo do qual faziam parte, cada uma das mulheres assumisse um domínio da sua própria natureza e condição a par dos seus deveres, os seus direitos, seriam o bastião para a sua própria emancipação.

Fica explícito nas palavras de Pais (2012) como as mulheres eram representadas historicamente e como Beirão foi atuante politicamente na busca pela igualdade entre homens e mulheres. É possível identificar em sua escrita traços das lutas que buscavam promover a igualdade de gênero, tanto quanto era possível, por meio da ficcionalização que trazia uma reflexão sobre a condição desigual das mulheres na sociedade, no que compete às garantias sociais.

Um dos motivos que fizeram a romancista ter destaque foi a apresentação, por meio da sua produção de temática diferenciada contra os ideais da época, que utilizava das palavras como ferramenta de combate ao tradicionalismo. Na obra aqui estudada, a personagem feminina representa uma mulher com personalidade forte, que era uma característica que a tornava uma referência.

Face a esse movimento e pela ação das mulheres na literatura é possível afirmar que a possibilidade de desconstrução de ideologias contrárias à mulher é um caminho de educação destinada às mulheres. Os avanços dos estudos de gênero, a par com os estudos culturais, possibilitaram às mulheres, como Beirão, demonstrar a sua competência na produção intelectual e com isso obtiveram um desempenho marcante na época. De acordo com Zinani e Santos (2015, p. 158),

O movimento de trazer a mulher para dentro da literatura dando a ela o seu devido destaque, inaugura um novo estilo literário cujo objetivo é acabar e desconstruir a discriminação por parte de ideologias contrárias à mulher. Um texto literário, no viés feminino, procura despertar uma postura crítica e mudar a mentalidade das pessoas, acolhendo a mulher como o outro da relação de alteridade.

O ser feminino, ao longo dos séculos, foi silenciado pelos valores e imposições do patriarcado e essa condição não foi diferente na época do Estado Novo quando Portugal estava sobre o domínio opressor de Salazar.

De início, esse período histórico não se mostra autoritário, entretanto, com a outorga da Constituição de 1933, moldada na ideologia nacionalista, católica e antiliberal, passou a ver o feminismo como uma ameaça urgente, além do comunismo e o republicanismo. Neste sentido, Nascimento (2016) elenca que o referido regime adotou um discurso ideológico embasado na fé cristã em relação

aos sexos, tendo a mulher como um indivíduo inferior e que devia obediência ao seu marido, além de ter de se privar aos cuidados da família.

Assim, observa-se uma drástica mudança no que tange à abordagem sobre a mulher entre os dois regimes. Durante a Primeira República houve um intenso movimento feminista que foi fortemente suprimido pelo Estado, devido ao seu caráter liberalista. Já no Estado Novo, conhecido como um movimento que prometia a estabilização com uma ideologia conservadora que defendia os valores tradicionais, o feminismo não poderia se proliferar, já que a mulher tinha um papel definido por ele, o de “dona de casa”.

De acordo com Tavares (2008), o discurso adotado pelo Estado Novo para com as mulheres se embasa no gênero, não na classe social, como era o caso de outros regimes nacionalistas da Europa. Ele valia para todas, independentemente da sua posição social, uma vez que não poderiam ser avaliadas por meio da quantidade de dinheiro ou cultura que possuíam, mas pela sua capacidade de gerir uma casa e cuidar da sua família. Ainda assim, importa registrar que, pensando no caso das Professoras e das Enfermeiras, dentro dos critérios específicos para estas categorias profissionais, impostos pelo Estado Novo, até o casamento estaria interdito.

Sobre o assunto, Azambuja e outros autores (2007, p. 209.) comentam que:

Em termos globais, Salazar considerava que a mulher não era um elemento interveniente na vida pública, mas um elemento da família. O trabalho da mulher fora de casa era considerado negativo, pois desagrega o lar e separa os membros da família. No entanto, Salazar atribuiu a algumas mulheres funções políticas precisas e de confiança do aparelho ideológico do regime.

Essa concessão de cargos a mulheres não tinha como intuito espaços de trabalho iguais e pregava apenas a ideologia machista do Governo, para quem a mulher deveria servir exclusivamente à família. Desse modo, a atribuição dos cargos a tais mulheres e o papel que desempenhavam no comando destas instituições foi uma importante ferramenta de aparelhamento ideológico feminino no período da ditadura militar, principalmente por transmitir o slogan de “Deus, Pátria e Família” (ALMEIDA, 2011, p. 1).

Uma representação dessa visão no governo de Salazar é o slogan “A mulher para o lar”, lançado pelo regime na década de 1940. Embora existisse uma quantidade considerável de mulheres que exerciam funções profissionais, principalmente nas classes mais baixas, o Estado Novo se esforçava para reduzir este número, atribuindo ao antigo liberalismo a retirada da mulher do seio familiar. Conforme cita Tavares (2008, p. 104), “O regime procurava marcar, em toda a sua propaganda, uma forte ligação entre a Família e o Estado”.

A denominação do sexo feminino como mãe, cuidadora e progenitora, conforme argumenta Gorjão (2002), é uma característica dos regimes autoritários, nos quais há um culto à maternidade e ao antifeminismo, o que, conseqüentemente, leva à discriminação sexual. Muito se deve ao fato de tais regimes estarem ligados ao tradicionalismo e ao nacionalismo, mas a verdade é que essas ideologias só chegam ao poder graças à sociedade que as corrobora.

No próximo tópico será feita uma breve reflexão acerca da condição da mulher em relação ao divórcio. Sobre esse tema, pensamos que Sarah Beirão, por meio da literatura, alcança a liberdade pela via da separação conjugal. Suas obras apresentavam temas que refletiam a condição social feminina,

colocando em prática o seu posicionamento sobre o tema discutido, com o único objetivo de, por meio da escrita, mostrar às mulheres que se encontravam presas em uniões abusivas, a possibilidade de encerrarem essas relações e começarem a viver em liberdade.

2 DIVÓRCIO: O VIÉS DA ESCRITA LITERÁRIA?

Beirão utiliza a escrita para apresentar questionamentos e reivindicações, podendo ser encontrados traços da desconstrução de estereótipos em torno da condição da mulher no início do governo de Salazar, uma época repleta de ideais fascistas e excludentes. Esse período deixou marcas negativas em âmbito social, cultural, econômico e político e, principalmente, em torno da condição feminina da época. Deste modo efetiva um processo educativo global e estratégico (consciente ou não) de alcance muito considerável, sobretudo dirigido às inúmeras leitoras dos seus romances a quem era então possível refletir sobre outros modos de viver/experienciar vivências no curso da trama romanesca e pelo viés literário desenhado por Sarah Beirão.

É possível perceber a ligação entre os regimes totalitários sempre baseados na repressão e cerceamento da liberdade, controle total sob uma classe denominada como minoritária, ou seja, a mulher é colocada como sujeito subalterno, paralelamente com a nova relação estabelecida nos movimentos em torno das questões de gênero, em meados do século XX. Com o surgimento dos estudos culturais, foi possível focar na literatura produzida por mulheres. Suas obras provocaram a contestação no cenário político e social, abrindo espaço nas universidades e no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos que se debruçavam sobre estudos feministas que, de acordo com Cevasco (2009), ocorriam concomitantemente com os estudos culturais.

Como já explicitado, a escrita de autoria feminina ficou por muito tempo fora do cânone literário, porém, com os avanços dos estudos culturais, essas obras começaram a conquistar o seu devido lugar. Para embasar essa ideia, Cevasco (2009, p. 323) alega que “O cânone – lista do que são consideradas grandes obras, é rediscutido e expandido com a redescoberta de obras antes relegadas ao esquecimento escritas por mulheres, negros, homossexuais e outro”.

Essas obras alcançaram, então, o reconhecimento por meio dos estudos culturais e dos movimentos feministas que possibilitaram o surgimento de novos padrões referentes à figura feminina no âmbito literário e cultural. Dessa maneira, é importante estudar obras que foram resistentes aos padrões literários enraizados da época, sendo a obra estudada de Beirão um exemplo de produção escrita que aponta as condições impostas à mulher no período do governo de Salazar.

É possível perceber, realizando um comparativo a partir da análise do romance *Um divórcio*, reflexões presentes na obra, especificamente em relação ao divórcio. A personagem feminina do romance é enclausurada em um casamento por conveniência, visto que o sentimento nessa época não era valorizado e as mulheres tinham que dar continuidade à família. O seu destino era o casamento, sendo uma condição já estabelecida, pois estava inserida em uma sociedade conservadora, enaltecendo mais uma vez a figura masculina. Conforme Torres (1996, p. 1) pontua,

O tema divórcio é áspero, tem arestas. Sugere mal-estar, sofrimento. Representa o oposto da ideia positiva associada ao enamoramento e à paixão. Significa o fim de uma promessa, de um projeto, da partilha de um ciclo de vida. Julgo que quase ninguém duvida de que os processos de ruptura conjugal são emocionalmente dolorosos.

O casamento estava vinculado aos padrões patriarcais, em que a mulher era colocada em condições de aprisionamento e submissão aos seus maridos, tornando-se uma espécie de organização que buscava interesses sociais, políticos e religiosos por meio do casamento. O valor da mulher era construído pela manutenção do seu casamento, o que fazia com que aquela que frustrasse essa condição fosse excluída ainda mais da sociedade.

É importante lembrar que foi em 1910, na I República, que a lei do divórcio foi legalizada, passando por várias mudanças posteriores. De acordo com Torres (1996, p. 8), “a dissolução do casamento foi uma das várias medidas adotadas em Portugal, no quadro da legislação republicana de 1910”. É o que apresenta o Decreto de 3 de novembro de 1910, sobre a lei do divórcio, o qual promulga que

O Governo Provisório da República Portuguesa, em nome da República, faz saber que se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Capítulo 1 Artigo 1º

O casamento dissolve-se:

1º Pela morte de um dos conjugues;

2º Pelo divórcio.

Artigo 2º

O divórcio, autorizado por sentença passada em julgado, tem juridicamente os mesmos efeitos da dissolução por morte, quer pelo que respeita às pessoas e aos bens dos cônjugues, quer pelo que respeita à faculdade de contraírem novo e legítimo casamento.

Artigo 3º

O divórcio pode ser pedido só por um dos cônjugues ou por ambos conjuntamente. No primeiro caso diz-se divórcio litigioso; no segundo caso diz-se divórcio por mútuo consentimento.

Capítulo 2

Do divórcio litigioso

Secção 1

Das causas e processo do divórcio litigioso

Artigo 4º

São taxativamente causas legítimas do divórcio litigioso:

1º O adultério da mulher;

2º O adultério do marido;

3º A condenação efectiva de um dos cônjugues a qualquer das penas maiores fixas dos artigos 55º e 57º do Código Penal;

4º As sevícias ou as injúrias graves;

5º O abandono completo do domicílio conjugal por tempo não inferior a três anos;

6º A ausência, sem que do ausente haja notícias, por tempo não inferior a quatro anos;

- 7º A loucura incurável quando decorridos, pelo menos, três anos sobre a sua verificação por sentença passada em julgado, nos termos dos artigos 419º e seguintes do Código do Processo Civil;
- 8º A separação de facto, livremente consentida, por dez anos consecutivos, qualquer que seja o motivo dessa separação;
- 9º O vício inveterado do jogo de fortuna ou azar;
- 10º A doença contagiosa reconhecida como incurável, ou uma doença incurável que importe aberração sexual. []. (DIÁRIO...,1910, p. 282).

Ao longo dos séculos, essa lei teve modificações constantes e no ano de 1910 o divórcio estava dando os seus primeiros passos para uma maior conquista. Em 1974, a condição da mulher foi consolidada ainda mais em relação à separação amparada pela lei, apresentando mais reflexões em torno dessa decisão em Portugal, principalmente em relação ao discurso enraizado da religião, que apoiava os moldes do patriarcado. Essa nova realidade sobre o divórcio veio para romper com o tradicionalismo pregado pelo cristianismo e em conformidade com Torres (1987, p. 133-134), ressaí que

A legislação da Primeira República, como é sabido, surgiu como a do 25 de Abril, num período pós-ruptura institucional e tinha subjacente a afirmação dos direitos individuais, laicos. Se na Primeira República as condições sociais de usufruto pelo desses direitos eram restritas a alguns grupos sociais, no 25 de Abril foram sem dúvida, mas alargadas.

Dessa maneira, a sociedade portuguesa busca ampliar, por meio da inovação da lei, um novo modelo de igualdade entre homem e mulher por meio da prática do divórcio, não limitando a mulher, aquela que era marginalizada, a sua condição de gênero. As modificações presentes na lei, referentes ao divórcio nos anos de 1974, são pautadas por meio da consideração de que homens e mulheres devem obter os mesmos direitos. Devido ao divórcio ainda se encontrar em mãos de uma classe machista, mesmo depois da Lei de 1910, foi necessário a modificação da lei para atravessar as dominações presentes no panorama político, cultural e religioso e abrir novos espaços para as mulheres que se encontravam divorciadas. Torres (1987, p. 131) destaca que

Em Portugal foi no pós 25 de Abril que se fizeram alterações substanciais no terreno do Direito da Família. O Divórcio que era interdito aos casados catolicamente devido à assinatura da Concordata com a Santa Sé em 1940, passa a ser permitido pela lei de 17 de Maio de 1975. Restabelece-se ainda o divórcio por mútuo consentimento que figurava, como vimos no início da legislação da Primeira República. Em 1977 as alterações ao Código Civil foram mais profundas, pois tinham como objectivo adequar esta à Constituição de 1976, desaparecem da lei as figuras jurídicas mais discriminatórias em relação à mulher como, a título de exemplo, a do chefe da família. Estabelece-se que todas as decisões respeitantes à família passem pelo acordo de ambos os cônjuges.

Foi considerada, então, outra lei desenvolvida para realçar e abranger as discussões sobre a temática. A partir dessa reflexão será apresentada a obra literária *Um divórcio*, publicada em 1950, que aborda a valorização da legitimidade do divórcio.

Na primeira parte do romance tem-se a história de D. Isabel, uma mulher gestante, avó paterna da personagem principal Ofélia, que, sem rede de apoio, sofreu ao ser enganada por um homem machista e opressor, com qualidades típicas da época: “uma mulher nova ainda, que devia ter sido bela e em cujo rosto estavam profundamente marcados sulcos do mais doloroso sofrimento” (BEIRÃO, 1950, p. 18). Neste pequeno trecho da narrativa já são apresentadas as visíveis marcas que refletem no semblante dessa esposa e, nesse momento, a escritora ressalta que todo o sofrimento está relacionado ao casamento frustrado da personagem:

Casei nova e apaixonada. O mundo sorria-me. Via tudo cor-de-rosa. Meu marido provou logo que apenas o interesse o levava ao casamento. Eu nada conhecia a vida. O erro fundamental dos pais é ocultarem às filhas o panorama social em que têm de viver, com as traições e as mentiras a espreitá-las a cada canto. As raparigas vivem num mar de ilusões. Esconde-se-lhes a realidade, o lado prático da existência, o perigo que as ameaça em cada encruzilhada. Daí, consequências trágicas, o que me aconteceu a mim, sucedeu a muitas. (BEIRÃO, 1950, p. 22).

A construção da ideologia do casamento, como um caminho para a felicidade, é o que leva milhares de mulheres ao sofrimento profundo, no qual vivem uma vida de aparências, ao ponto de preferirem abrir mão da sua própria felicidade, ao invés de lutar por seus ideais, com receio de serem discriminadas pela sociedade na qual estão inseridas. De acordo com Beauvoir (2016, p. 185), “o destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento”.

Desse modo, é a partir da união legitimada pela justiça e pela igreja que a mulher consegue ser valorizada, mas será realmente que essa é considerada uma valorização digna para as mulheres? Ou será apenas uma forma de instruir a mulher a uma maior submissão? Ainda de acordo com Beauvoir (2016, p. 187), destaca-se que “os direitos que a esposa adquire cumprindo seus deveres traduzem-se por obrigações a que o homem submete”.

É importante ressaltar que a personagem do romance ficou algum tempo submissa às atitudes machistas do seu marido, por não ter ninguém a quem recorrer, encontrando-se em situação de inferioridade, o que a colocava cada vez mais em uma profunda tristeza.

Na citação anterior, relacionada à obra literária, a personagem feminina destaca em sua fala que foram “consequências trágicas, o que me aconteceu a mim, sucedeu a muitas” (BEIRÃO, 1950, p. 22). A partir do exposto, tendo em vista que a obra foi escrita na década de 1950, é possível trazer alguns discursos da personagem para a atualidade. Há mulheres que se submetem a continuar em um casamento abusivo por querer manter o *status* social, evitando possíveis situações de discriminação, mesmo em meio a uma época em que as mulheres lutaram e conquistaram o seu espaço.

Contudo, não se pode esquecer que ainda faltam várias reivindicações e lutas a serem conquistadas e é possível encontrar mulheres como D. Isabel, que silenciou o seu sofrimento na esperança de dias melhores, porém, infelizmente, os episódios só aumentaram e o seu sofrimento também, acabando sozinha e com o filho Afonso. Com o caminhar do tempo, a personagem voltava a nutrir esperanças por uma vida tranquila, como mostra o trecho abaixo:

A mãe revia-se naquele filho, que era o seu orgulho, a sua única alegria, a sua radiosa esperança. Depois de tantos sofrimentos, antevia uma fase nova. Ter-se-ia cansado o destino de a perseguir? Tinha sofrido tanto e tanto que até já duvidava de milagres, pois não tivera uma hora de ventura desde o seu infeliz casamento. (BEIRÃO, 1950, p. 27).

Muitas dificuldades permeavam a vida de D. Isabel e em seu discurso é possível perceber a indignação de não ter coragem para reivindicar os seus direitos, pois não possuía nenhum meio para sobreviver. Em determinada parte do romance, essa mulher destaca que todo seu dinheiro foi gasto devido o vício do seu marido em álcool e jogos: “– Meu marido jogava. Perdeu quanto era meu, porque ele nada tinha. Ameaças, um terror doentio, levaram-me a assinar tudo o que ele queria” (BEIRÃO, 1950, p. 22). Por meio do trecho citado, percebe-se que a personagem não tinha autonomia, sendo, por vezes, oprimida e sufocada pelas circunstâncias do seu destino, levando-a a suportar uma vida de amarguras e tristezas.

A mulher do ano de 1950 estava sujeita ao silenciamento, pois todos os espaços e atividades sociais eram desenvolvidos pelo homem e para o homem, reforçando, ao longo dos séculos, um sistema opressor difícil de ser combatido: “quando a desgraça nos persegue, é inútil lutar” (BEIRÃO, 1950, p. 78).

Neste primeiro momento da narrativa é possível observar que o maior adversário dessa mulher foi o seu silêncio, postura que mostra ser o maior inimigo de muitas mulheres que se calam diante das práticas opressoras que lhes cercam. Um dos fatores para assumir essa postura é o medo das represálias, tanto por parte do cônjuge como também da sociedade que não oferece suporte psicológico, emocional e financeiro, fazendo a mulher sujeitar-se a situações que colocam sua vida, de seus filhos e parentes em risco iminente:

Sofrera as maiores desilusões, as maiores torturas! De ninguém lhe viera um amparo, um gesto de compaixão. Lutara quase até sucumbir, sem que a humanidade desse por isso. Vinte anos e um filho nos braços. Nem a mais leve esperança de avistar uma réstia de sol. O horizonte fechara-se-lhe na frente, implacavelmente. Suportara a tormenta, a maior dor humana, fome, frio e abandono. Era o luto eterno que a envolvera. (BEIRÃO, 1950, p. 87).

Diante do cenário de opressão que viveu D. Isabel, em meio a ideologia dominante do patriarcado, encontram-se em sua fala as dificuldades enfrentadas do “ser mulher”. A desigualdade e a falta de oportunidade das mulheres divorciadas são perceptíveis dentro de uma sociedade com padrões conservadores. No caso de D. Isabel, a partir do momento que não seguiu o ideal feminino da época, que a condicionava às atividades do lar e à submissão ao marido, ao ser abandonada por ele, um homem machista, foi julgada e oprimida pela própria família e pela sociedade.

Na segunda parte da narrativa encontra-se Ofélia, a personagem principal do romance *Um divórcio*, título dado devido à ousadia dela em requerer o seu bem-estar físico, mental e emocional por meio do divórcio. À mulher eram atribuídas atividades domésticas e o casamento, segundo as normas vigentes da sociedade da época, era o único ponto de partida para a felicidade, colocando a mulher e o homem em lugares distintos dentro do sistema patriarcal. Esse fato é constatado na obra pela

passagem: “Afonso delirava com a idéia de ver a filha casada com uma figura de tão alto prestígio na política e na sociedade” (BEIRÃO, 1950, p. 201-202).

Diante dessas questões, o romance mostra o empoderamento feminino, que tem dado à mulher a oportunidade de desfazer relações conjugais insatisfatórias, colocando em prática os seus próprios desejos e autonomia. A personagem Ofélia foi construída para ir de encontro aos padrões da época, apaixonando-se, inclusive, por um homem pobre, relação habitualmente rejeitada pelas famílias mais abastadas. Os pais dos jovens em questão tinham condições financeiras distintas e “assim iam crescendo os filhos dos dois casais em condições econômicas bem diferentes” (BEIRÃO, 1950, p. 179).

Percebe-se, então, como o sentimento é representado nessa época. Torres (1987, p. 136) destaca que “O amor da nossa necessidade é sempre uma construção cujos alicerces assentam nos códigos sociais que mesmo sem a nossa convivência nos foram inscritos, que nós reconstruímos, reelaboramos e por vezes até subvertemos”.

O pai de Ofélia era contra qualquer tipo de ideia referente ao envolvimento amoroso de sua filha com um homem de baixa condição socioeconômica e esse pensamento era sempre explicitado em seus discursos, como é mostrado no seguinte trecho: “Incontestavelmente – respondia o médico, a quem não sorria a idéia de ver a filha casar com um homem sem meios” (BEIRÃO, 1950, p. 185).

Diante do posicionamento de seu pai sobre o possível relacionamento com Luís, Ofélia começa a mostrar uma personalidade forte e com uma autonomia admirável, qualidades que não se faziam presentes nas mulheres daquela época. Contra os costumes expostos vigentes e lutando pelo desejo de viver o seu grande amor, ela trazia um discurso permeado de potencialidades e rupturas: “– Ou caso com Luís ou fico solteira” (BEIRÃO, 1950, p. 186).

Ao perceber que não tinha o apoio de seu pai, ao conversar com a avó, D. Isabel, Ofélia buscou o parecer dela por ser uma mulher experiente, pois gostaria de ouvir a sua opinião sobre o relacionamento com o jovem Luís:

Não peças o meu parecer. Fui sempre uma sentimental, e esta minha maneira de ser deu-me muito mau resultado. Hoje, estou velha, mas se voltasse a ser nova fechava o coração a sete chaves. O amor, minha filha, passa; e ai de nós se temos de nos ver a braços com a miséria. (BEIRÃO, 1950, p. 186).

O posicionamento de D. Isabel reflete o resultado de uma vida marcada por aflições, mas sua neta, na posição de mulher moderna, sabia o que queria e tinha a autonomia de suas ações, conseguindo ficar noiva de Luís. Em busca de ser aceito pela família da jovem, este viaja para a África, visando mudar sua condição econômica e, então, casar-se com a filha do médico bem-sucedido de Lisboa. A mãe de Ofélia lamentava essa situação, mas não fazia muitos questionamentos, pois não queria entristecer o seu marido e nem sua filha: “Conhecia a filha e sabia bem que não mudaria facilmente de pensar. Podia ficar toda a vida solteira, mas não esqueceria o Luís que partira deixando a noiva à espera do problemático triunfo que ele tinha como certo” (BEIRÃO, 1950, p. 188).

Essa personalidade forte, presente nas atitudes da personagem, era o que a tornava uma mulher de referência para a época. Entretanto, o pai de Ofélia, junto com o irmão dela, armou para distanciar

o casal, escondendo as cartas enviadas da África para a filha, o que ocasionou um sofrimento profundo na neta de D. Isabel e o distanciamento entre os noivos.

Foi diante desse acontecimento que Afonso buscou um pretendente bem-sucedido para a sua filha esquecer a ideia de casar-se com um homem sem posses. A partir de então, depois de parar de receber as cartas de Luís, a jovem aceitou se unir ao pretendente rico que o seu pai havia apresentado. Para isso, uma condição foi estabelecida:

Por fim cedeu ao desejo dos pais. Ficou combinado o casamento e, alguns dias depois, efectuava-se a conferência de Afonso com a mulher e a filha, Ofélia repetiu o que dissera à mãe e declarou-lhe solenemente que, se um milagre do Céu ou qualquer coisa de extraordinário fizesse aparecer o Luís, nesse dia bem-aventurado, nessa hora bendita, se consideraria divorciada. (BEIRÃO, 1950, p. 205).

O divórcio era um ato que ridicularizava a mulher, uma vez que o casamento era considerado uma instituição protegida pelo governo e regularizado pelas doutrinas aplicadas pela classe dominante. Mais uma vez a autonomia da personagem se fez presente em seu discurso, conforme se observa no trecho a seguir: “o divórcio repõe tudo no seu lugar” (BEIRÃO, 1950, p. 227). Em concordância com a ideia descrita na obra, Torres (1987, p. 136) pontua que “o divórcio era assim a possibilidade de rectificar um engano plausível, (os sentimentos são volúveis) ou de terminar uma relação e encontrar outra”.

A partir disso, concretizou-se o que foi dito e a jovem não se deixou levar pelos costumes patriarcais da época: “– Não se podem alterar as leis do destino. A providência traça um caminho a que é inútil interpor desvios” (BEIRÃO, 1950, p. 277). Dessa forma, Ofélia superou todos os desafios e com muita determinação cumpriu com a sua palavra, sem se deixar levar pelos padrões vigentes, demonstrando ser independente, resistente a qualquer costume que ia de encontro aos seus ideais. Foi dessa forma que conseguiu atingir a sua felicidade: “E num dia de Maio florido uniram-se para sempre aquelas duas almas que desde o berço se amavam e desde o Céu estavam prometidas” (BEIRÃO, 1950, p. 279).

Diante das questões discutidas é possível observar que a obra demonstra mudanças no comportamento das personagens mulheres. O empoderamento feminino proporcionou à personagem principal do romance, Ofélia, a oportunidade de desfazer uma relação conjugal insatisfatória, ainda que isto lhe acarretasse uma maior percepção de sua exclusão da sociedade na qual estava inserida, pelo fato de colocar em prática os seus desejos e buscar sua autonomia. Assim, de acordo com Torres, o divórcio passa a ser visto “como libertação e alívio perante uma situação conjugal, ela sim, sufocante e sem saída” (TORRES, 1996, p. 1). Fica explícita, então, a diferença entre Ofélia e sua avó, D. Isabel, aquela que carrega traços de opressão e omissão refletidos em sua trajetória de vida.

O romance traz uma representação que destaca a importância das diversas conquistas e lutas das mulheres em sua época, demonstrando um período marcado por grandes reivindicações por seus direitos, em um contexto de classes dominantes, com o principal objetivo de romper com o tradicionalismo. Conforme Osório (1911, p. 135) descreve sobre o divórcio, “A lei do divórcio é necessária não para separar os que estão separados e sem escrúpulos seguem o seu destino, mas para libertar os que estão presos dando-lhes a faculdade de procurar a felicidade [...]”.

Por fim, por meio do viés ideológico em torno da crítica feminista, é possível destacar, por meio das personagens e em relação a autoria feminina do romance escolhido, que à mulher foi permitido, por meio de lutas e manifestações, conquistar o seu espaço e sua liberdade de expressão, tornando-se, assim, a dona do seu próprio caminho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu realizar uma breve abordagem por meio dos Estudos Interseccionais – de Gênero, Educação e Estudos Culturais, buscando apresentar discussões sobre as questões da educação feminina que envolviam a condição da mulher no início do século XX. Para que essa análise fosse possível, utilizou-se a obra *Um divórcio*, de autoria feminina, para mostrar os discursos de ruptura presentes nas personagens do romance. A partir disso, é possível destacar que a obra de Sarah Beirão ora estudada apresenta reflexões em torno do posicionamento da mulher em relação a sua época.

As interrupções encontradas nos discursos das personagens do romance não podem ser consideradas como concretas em relação à época em que a obra foi escrita, mas podem ser vistas como uma forma, mesmo que limitada, de romper com o tradicionalismo vigente, tendo em vista que a autora não realiza discussões de forma ampla, ligadas aos problemas apresentados na obra em análise.

É possível compreender que o feminismo se embasa em uma luta constante, e, embora se tenha alcançado um patamar considerável de direitos, tal luta está longe de ser finalizada.

Pretendemos com este nosso estudo salientar que a autora do romance se posiciona em relação à condição da mulher na sociedade em geral, reivindicando questões em prol dos direitos femininos, mormente por meio da educação, dando visibilidade às diferentes formas de emancipação perante fatores circunstanciais do período ditatorial, exprimindo as dificuldades e barreiras que as mulheres tinham de superar na época, retratadas nas personagens femininas (re)criadas pela escrita de Sarah Beirão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. A. **Feminismo, consciência de si e estratégias de resistência ao estado novo em Portugal: a viagem de Maria Lamas ao encontro das trabalhadoras no livro “As Mulheres do meu País” (1948-1950)**, 2011.

AZAMBUJA, M. P. R.; NOGUEIRA, C.; SAAVEDRA, L. Feminismo(s) e psicologia em Portugal. 2007. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n. 3, p. 207-215, 2007.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: a experiência vivida**, v. 2. Tradução Sérgio Milliet. 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEIRÃO, S. **Um divórcio**. Porto: Editora, 1973. (1ª edição 1950).

BOCK, G. História, história das mulheres, história do gênero. **Penélope. Fazer e Desfazer a História**, n. 4, p. 157-187, 1989.

CEVASCO, M. E. Literatura e estudos culturais. *In*: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: Eduem, 2009. p. 319-325.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. **Revista Estudos Avançados da USP**, v. 17, n. 49, p. 151-172, set./dez. 2003.

DIÁRIO DO GOVERNO. **Lei do divórcio**: aprovada por dec. de 3 de novembro de 1910, nº 26, 3 nov. 1910. p. 282

GORJÃO, V. **Mulheres em tempos sombrios**: oposição feminina ao Estado Novo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

LOUSADA, Isabel. Elos de progresso científico e social: contributo para a História das Mulheres cientistas em Portugal. *In*: I. Lousada, & M. J. Gonçalves (ed.). **Women, science and globalization: What's up?** Lisboa: Amonet, 2012. p. 57-85.

LOUSADA, Isabel. Imprensa: amplificador da voz feminina. **Catálogo da Exposição Percursos, Conquistas e Derrotas das Mulheres na 1ª República**. Câmara Municipal de Lisboa, 2010. p. 41- 48.

LOUSADA, Isabel. International Expectations: ICW – Prelúdio para o CNMP. **Faces de Eva**: Estudos sobre a mulher, Lisboa, n. 22, p. 51-69, 2009.

NASCIMENTO, M. V. O. As novas cartas portuguesas e a insurgência feminista em Portugal. **Historiæ**, v. 7, n. 1, p. 9-28, 2016.

OLIVEIRA, A. A. A. **DIVÓRCIO?** Organização e texto biobibliográficos de Hilda Agnes Hubner Flores. Porto Alegre: Ediplat; Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

OSÓRIO, A. de C. **A mulher no Casamento e no Divórcio**. Lisboa: Guimarães Editores, 1911.

PAIS, F. Sara Beirão – um exemplo de vida e para vida (na modernidade). **Revista Arganilia**, III série, n. 25, Tábua-Coimbra, 2012.

TAVARES, M. **Feminismos em Portugal (1947-2007)**. 636 f. Tese (Doutoramento em Estudos sobre as Mulheres) – Universidade Aberta, Lisboa, 2008. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1346>. Acesso em: 24 maio 2020.

TORRES, A. C. **Divórcio em Portugal, ditos e interditos**. Uma análise sociológica, Oeiras: Celta Editora, 1996.

TORRES, A. C. Mulheres, divórcio e mudança social. Divórcio: tendências atuais. **Sociologia – Problemas e Práticas**, 1987.

ZINANI, C. J. A.; SANTOS, S. R. P. dos (org.). **A mulher na história da literatura**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015; p. 292.

ZOLIN, L. O. Crítica feminista. *In*: BONICCI, T.; ZOLIN, L. O. (org.). **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009. p. 217-242.

Recebido em: 23 de Setembro de 2021

Avaliado em: 10 de Dezembro de 2021

Aceito em: 10 de Dezembro de 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade – PPGLI, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

E-mail: michelle.pereira@aluno.uepb.edu.br

2 Doutora em Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Pós-doutora na Universidade de Coimbra.

E-mail: aldinidamedeiros@gmail.com

3 Doutora em Estudos Comparados Anglo-Portugueses (1999); Pós Doutorada pela FURG – PPGL (2021), Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas CICSNOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

E-mail: Isabel.lousada@fch.unl.pt



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA



EDUCAÇÃO

V.11 • N.2 • Número Temático - 2022

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2022v11n2p152-161



“A HISTÓRIA NA FACE DO TEMPO”: O PENSAMENTO FOLCLÓRICO DE NÚBIA MARQUES

"HISTORY ON THE FACE OF TIME": THE FOLKLORIC
THOUGHT OF NÚBIA MARQUES

"HISTORIA EN LA CARA DEL TIEMPO": EL PENSAMIENTO
FOLCLÓRICO DE NÚBIA MARQUES

Magno Francisco de Jesus Santos¹

RESUMO

Núbia Marques foi uma das principais intelectuais sergipanas da segunda metade do século. Professora universitária, integrante da Academia Sergipana de Letras e entusiasta dos estudos folclóricos, ela tornou-se uma importante voz no reconhecimento do protagonismo histórico das camadas populares. Trata-se, portanto, de uma intelectual multifacetada. Neste artigo mobilizo a face da folclorista, a partir das interfaces entre a sua atuação na construção de políticas públicas e de sua escrita. Com isso, por meio de suas investigações acerca da população pobre de Sergipe, ela contribuiu para a produção de inventários das manifestações da lúdica folclórica no estado e sistematização dos saberes populares pensados no espaço de formação universitária.

PALAVRAS-CHAVE

Núbia Marques. Pensamento Folclórico. Sergipe.

ABSTRACT

Núbia Marques was one of the main intellectuals in Sergipe in the second half of the century. A university professor, a member of the Sergipana de Letras Academy and an enthusiast of folklore studies, she became an important voice in recognizing the historical protagonism of the popular classes. It is, therefore, a multifaceted intellectual. In this article, she mobilizes the face of the folklorist, based on the interfaces between her performance in the construction of public policies and her writing. With that, through her investigations about the poor population of Sergipe, she contributed to the production of inventories of the manifestations of playful folkloric in the state and systematization of popular knowledge conceived in the space of university education.

KEYWORDS

Núbia Marques. Folkloric thought. Sergipe.

RESUMEN

Núbia Marques fue una de las principales intelectuales de Sergipe en la segunda mitad del siglo. Profesora universitaria, miembro de la Academia Sergipana de Letras y entusiasta de los estudios del folclore, se convirtió en una voz importante en el reconocimiento del protagonismo histórico de las clases populares. Es, por tanto, un intelectual polifacético. En este artículo, movilizó el rostro de la folclorista, a partir de las interfaces entre su papel en la construcción de políticas públicas y su escritura. Con eso, a través de sus investigaciones sobre la población pobre de Sergipe, contribuyó a la elaboración de inventarios de las manifestaciones del folclore lúdico en el estado y a la sistematización del saber popular concebido en el espacio de la educación universitaria.

PALABRAS CLAVE

Núbia Marques, pensamiento folclórico, Sergipe.

Em tempos tão difíceis de pandemia, de incertezas que perpassam nossos caminhos e propagam uma densa névoa no horizonte, a investigação atinente à folcloristas tem sido um alento, um suspiro que possibilita sonhar com dias melhores, com encontros presenciais, com abraços, com o olho no olho. Um desejo de voltar a deslocar-se pelos espaços, de reencontrar-se com o humano. Em tempos nos quais o próprio tempo parece ter encontrado um lapso, paralisado e incrédulo diante das barbáries que se propagam entre os humanos, nos quais a vida plaina em céu difuso e a violência impera como práxis e retórica, sonhar pode até ser uma quimera. Mas, viver é sonhar e no nosso caso, sonhar é resistir.

Outro motivo que torna esse percurso investigativo salutar é a temática debatida: trago como problema de investigação o pensamento de uma das mais emblemáticas intelectuais sergipanas da segunda metade do século. Uma mulher marcada pela polifonia, que versou e transitou entre os elementos da literatura clássica e os ditos propagados pelas vozes do povo, com o sotaque das camadas populares. Uma mulher em deslocamento, que palmilhou os diferentes espaços de produção de saberes, como universidades e o tão combatido Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico de Sergipe, experimento do poder público estadual na década de 1970. Trata-se do pensamento folclórico de Núbia Nascimento Marques.

Jean-François Sirinelli (2003), ao convocar os historiadores a enfrentarem o desafio de estudar a atuação política dos intelectuais, elucida o fato de estarmos tratando de uma categoria que mobiliza sujeitos extremamente escorregadios, que parecem escapar das categorias explicativas, diluir-se nas mãos das certezas. Geralmente, quanto mais estudamos a trajetória de intelectuais², mais desfocada se torna a sua visualização. A complexidade de suas vidas e, notadamente, de seus pensamentos, ofusca a ambição do historiador e da historiadora em vislumbrar o humano, em escrever de forma inteligível acerca desses homens e dessas mulheres que teceram suas vidas em deslocamentos, emaranhando experiências, forjando leituras de si, mitigando dramas em palavras que projetam a ordenação do passado.

Ao falar em perspectiva histórica, reconheço que mergulho em águas profundas da memória, no enfrentamento hercúleo de sanar a sede de conhecimento e do mesmo modo, resistindo à inevitável necessidade de beber as águas do Rio Lete, das águas do esquecimento, no também profundo reino de Hades. Na malha do tempo, crio fios, para tecer uma nova trama, na qual a existência agrega novos tons, em uma faina existencial que rompe o silêncio da morte.

Como um tecelão dos tempos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019), em meu ateliê da história, a inteligibilidade de outrem está à mercê dos vestígios deixados em arquivos, museus e bibliotecas. O meu mergulho no pensamento folclórico de Núbia Marques tem como escopo os seus escritos. A palavra cravada na celulose que perpetua uma leitura de mundo, da apreensão que a intelectual fazia dos saberes do povo. Ao imprimir um livro ou artigo, a tinta deu forma a um olhar e, quiçá, a um modo de olhar o mundo. Neste caso, revisito seus escritos publicados em livros como “Pesquisas de Fatos Folclóricos”, “Aspectos do Folclore Sergipano” e “O luso, o lúdico e o perene”, além de textos esparsos, publicados em periódicos como a Revista Sergipana de Letras.

Neste sentido, é possível enfrentar o desafio de buscar entender esses sujeitos escorregadios, de enveredar por essas searas nas quais a intelectual forjou uma leitura de si, deixou fagulhas que de-

2 Sobre a trajetória de intelectuais podem ser consultados os textos de Santos (2013; 2017; 2018).

nunciam vestígios do seu pensamento. Fragmentos de memória que possibilitam um deslocamento de minhas novas inquietações de pesquisa, atreladas ao universo norte-riograndese, para promover um retorno às terras de Serigy, cruzar as combalidas águas do São Francisco e encontrar a figura marcante de Núbia Nascimento Marques.

Como provocação, tentarei mobilizar uma interface ainda pouco discutida acerca dessa importante intelectual que esteve entre os principais nomes do pensamento sergipano. Enfrento o pensamento folclórico de Núbia Marques. Primeiramente, por ser um ponto de inflexão recorrente em sua produção intelectual, principalmente, no período entre as décadas de 1970, 1980 e 1990 do século XX, ou seja, foi uma questão na qual a intelectual enfrentou ao longo de seus últimos três decênios de suspiros terrenos.

Segundo, em decorrência da relevância dos debates atinentes ao folclore no seio intelectual brasileiro no período mais difícil da ditadura civil-militar, ao longo da década de 1970, na qual os intelectuais foram mobilizados em diferentes instâncias para encontrar os elementos de um país profundo e de forjar uma leitura na qual o folclore passaria a ser visto como o verdadeiro Brasil visto por baixo, incluindo a possibilidade de se tornar um produto turístico. Dessa demanda, o Estado brasileiro passou a ser um importante órgão que arregimentava abnegados pesquisadores interessados em vasculhar as chamadas sobrevivências do passado.

Por fim, escolho esse recorte por motivo pessoal: ao ingressar na graduação em História, os meus devaneios de descanso eram alimentados pela leitura de textos folclóricos. Foi assim que me deparei com a escrita de Núbia Marques. Em minha formação de historiador dos de baixo, Núbia Marques emergiu como folclorista, a pesquisadora que revelava as vozes dos pobres, os saberes e fazeres do povo sergipano.

Além disso, acredito que o pensamento folclórico implica em um instrumento relevante para pensarmos como intelectuais entendiam a complexa questão da história protagonizada por homens e mulheres de baixo. Afinal, como a população pobre, desprovida da prática de registrar suas experiências sociais no âmbito da cultura escrita fazem história? Como essas experiências históricas dos de baixo foram assimiladas por homens e mulheres letradas?

Se, muitas vezes, a interpretação folclorista pode parecer incômoda, pois os saberes das camadas populares, da gente pobre é apresentada como uma sobrevivência de outrora, uma permanência suspeita e atemporal, ou ainda um vestígio que denuncia a existência de vidas paralisadas no tempo e no espaço; por outro lado, são exatamente esses vestígios registrados pelos folcloristas que nos possibilitam lançar novas questões, como de forma provocativa salienta Edward Thompson (2007).

Foram os folcloristas de outrora que ousaram romper os muros das universidades e mergulhar nas comunidades rurais. Foram os folcloristas que passaram a ver os de baixo como problema de investigação. Mais do que isso! Foram os folcloristas que passaram a reconhecer a população pobre, camponesa ou urbana, como detentora de saberes.

Neste caso, o pensamento folclórico de Núbia Marques nos permite ter acesso a um vasto repertório de saberes de gente que pouco ou nada escrevia. De homens e mulheres que muitas vezes eram apenas estatísticas. Núbia Marques rompeu a barreira da universidade e mergulhou nas ruas, em meio ao povo, com o povo. Uma mulher que provocou uma ruptura espacial e epistêmica no âmbito da

universidade em terras sergipanas. Neste caso, antes mesmo que os historiadores e as historiadoras pensassem na possibilidade de enxergar os pobres como sujeitos da história, protagonistas de suas vidas, os folcloristas cartografavam os saberes de uma população que vivia à margem: à margem da escrita. À margem do poder público. À margem da cidadania. Também, à margem da história.

Neste caso, Núbia do Nascimento Marques emergiu na década de 1970 como herdeira de uma forma de pensar as experiências sociais dos de baixo, oriunda de intelectuais da segunda metade do século XIX, como Celso de Magalhães, Maria Firmina dos Reis, Mello Moraes Filho e Sílvio Romero (SANTOS, 2020). Um pensamento substanciado pelo olhar acerca do outro. O outro visto sempre como ameaça e ameaçado: uma névoa perdida no tempo, uma sobrevivência do passado. Uma presença anacrônica no presente. O pobre e, principalmente, suas práticas culturais e sociais, em sua forma de pensar e de agir no mundo, eram interpretados como indícios de outrora, ainda não sucumbida pela modernidade. Resquílios rurais agonizantes. De forma pertinente, o professor Durval Muniz Albuquerque (2013) asseverou: um morto vestido para o ato inaugural.

Contudo, seria ingenuidade interpretar a permanência do pensamento folclórico brasileiro como uma questão pautada na linearidade. Na década de 1970 do século XX, o Estado brasileiro fomentou pesquisas atinentes aos saberes populares, notadamente, pelo viés do folclore. Com isso, organizações como as comissões estaduais de folclore, criadas em 1948³, no bojo do final da segunda guerra mundial e fomentada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foram reestruturadas e retomaram as suas atividades, muitas vezes, financiadas pelo poder público.

No caso sergipano, o redirecionamento das pesquisas para o âmbito do folclore foi mobilizado tanto pela comissão estadual, como também pelo Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico, criado em 1970. Núbia Marques esteve à frente em ambos os espaços institucionais, como uma importante intérprete da cultura sergipana. Neste sentido, Núbia Marques passou a integrar um seleto grupo de intelectuais, oriundos de diferentes espaços institucionais, arregimentados pelo estado de Sergipe no levantamento e difusão dos saberes populares. Um elenco constituído por nomes como Aglaé D'Ávila Fontes de Alencar, Beatriz Góis Dantas, Clodoaldo Alencar Filho, Luiz Alberto dos Santos, Luiz Antônio Barreto e Jackson da Silva Lima.

Ao assumir a diretoria do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico, ela concluiu a pesquisa de levantamento da lúdica folclórica e publicou “Pesquisa de fatos Folclóricos”, obra inaugural de suas discussões atinentes ao folclore. Trata-se de um repertório inicial de saberes do povo, com registros oriundos de diferentes municípios do estado.

Além disso, ainda nessa década, a professora Núbia Marques envolveu-se na presidência da Comissão Sergipana de Folclore e em subcomissões, em um período fértil em realizações, como a publicação dos chamados Cadernos de Folclore, da Revista Sergipana de Folclore e, com a realização do Encontro Cultural de Laranjeiras, que desde 1976 tem sido o espaço de conagração das manifestações populares e dos intelectuais que pensam o folclore no país.

3 A comissão sergipana foi criada em 1948 e reestruturada por Felte Bezerra em 1951. Integram o grupo inicial: João Batista Perez Garcia Moreno, Acrísio Cruz, Fernando de Figueiredo Porto, Severino Pessoa Uchôa, Epifânio da Fonseca Dória e Exúpero Monteiro (SALES, 2018, p. 15).

Ainda nos anos 1970, no contexto de redefinição das universidades brasileiras e do nascedouro da pós-graduação, Núbia Marques realizou o curso de mestrado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em uma pesquisa que teve como escopo a correlação entre a cultura espontânea de lazer e os folguedos de Sergipe. Os grupos folclóricos sergipanos passavam a ser alvo do olhar de acadêmicos.

Como mulher em deslocamentos, na fímbria do tempo, Núbia Marques reformulou suas inquietações. Se ao longo dos anos 1970 ela diagnosticou a ameaça de desaparecimento da lúdica folclórica sergipana, de elementos que haviam permanecido quase intactos ao varar os séculos, no decênio seguinte ela passou a atuar de forma mais assertiva, envolvida na salvaguarda dos saberes e fazeres do povo. Preocupada com a sobrevivência das manifestações, Núbia Marques passou a escrever e investigar sobre a difusão do folclore nos espaços escolares. Afinal, o que aluno sergipano conhecia acerca de sua cultura? A formação do sergipano nas instituições escolares também poderia encontrar-se coadunada com as ações de salvaguarda do folclore.

Contudo, foi em seu último decênio de existência que ocorreu uma confluência dessas intervenções, por meio da sistematização do seu pensamento folclórico em obras basilares, como *Aspectos do folclore sergipano*, de 1996 e *O luso, o lúdico e o perene*, vindo à lume nos idos de 1999. Foram nestas obras nas quais a intelectual lançou voos interpretativos, criando conexões entre as práticas culturais nas duas margens do Atlântico, vinculando as práticas culturais existentes em solo sergipano ao passado português.

Mas, afinal, qual era a concepção de folclore defendida por Núbia Marques. Em suas obras, o conceito nem sempre emerge explícito, delimitado. Assim como a autora, a concepção de folclore encontra-se diluída, por vezes, também em deslocamento. Como ela mesmo afirmou, “conceituar é sempre difícil, uma vez que estabelecer as dimensões críticas que envolvem a questão da criatividade humana, é complexo” (MARQUES, 1993, p. 95).

Trata-se, certamente, de uma colocação pertinente e que poderia justificar uma possibilidade de fuga da necessidade de expor-se ao conceituar um dos seus campos de atuação. Entretanto, fuga não parece ter sido uma ação preconizada na trajetória de Núbia Marques. Era uma intelectual que enfrentava as questões de seu tempo, como na árdua luta para se tornar a primeira mulher a galgar à imortalidade na Academia Sergipana de Letras. Como bem expressou a professora Maria Lígia Madureira Pina (2003, p. 164), Núbia era “alegre, ativa, sem preconceitos e autêntica. Dizia o que sentia, o que pensava. Se provocada, respondia à altura. E mais do que tudo isso Núbia era uma guerreira incansável na luta pelos direitos da mulher, pelos direitos sociais e políticos do ser humano”.

No entendimento de Núbia Marques (1993, p. 98), o folclore:

São fatos de caráter religioso e de folguedo que chegaram até nós pela tradição de modo dinâmico, com fortes evidências de mobilidade, criatividade interligados de forma fragmentária, que tem muita semelhança com a forma de vida das camadas populares, resguardando-nos o direito de não chamar “cultura popular”.

No pensamento folclórico gestado por Núbia Marques, os saberes e fazeres do povo são observados no presente como algo extemporâneo, algo que chegou até nós, mas sem ser o nós. É a so-

breviência do passado que resiste. O elo que nos vincula a uma tradição, que como um espelho nos revela o quanto somos e devemos de outrora, herdeiros das sociedades que fizeram suas histórias em tempos pretéritos. A cultura dos de baixo emerge como resíduos, fragmentos, pedaços de cultura, estilhaços que cruzaram o tempo, resistiram a ferocidade das intempéries e à sagacidade do moderno, adentrando de forma intempestiva ao nosso tempo.

Contudo, isso não implicava na aprovação de usos e abusos dessas sobrevivências que cruzavam séculos e conectavam presentes a passados. Núbia Marques se preocupava e denunciava práticas de apropriação dos saberes do povo pela máquina capitalista, que transmutava saberes em mercadoria e promovia o desbotamento dos elos identitários em meros recursos descartáveis. No calor em defesa dos saberes do povo, Núbia Marques (1999, p. 54) escreveu em um ímpeto de denúncia:

O flutuar, vir à tona, eclodir os resíduos da cultura ancestral são aqui entendidos não como detritos descartáveis, mas como material decantado secularmente, que pode emergir do inconsciente coletivo, a qualquer momento, sob o comando dos arquétipos, viabilizando a cultura folk, presente nas mais diversas atividades do homem de sempre.

O homem de sempre não elucida a imortalidade do homem, mas a imortalidade da humanidade, que transmuta os seus saberes de uma geração a outra. Saberes que são decantados pelo tempo. Sim, para Núbia Marques o tempo emerge como agente da história, que mobiliza a salvaguarda de saberes e fazeres, que decanta a cultura, que canta a história. O folclore não foi visto por Núbia Marques como um emaranhado de expressões engessadas, mortas, amorfas, imutáveis. Pelo contrário, ela encantou-se e cantou um folclore caracterizado “por sua perene transformação” (MARQUES, 1999, p. 120), mesmo reconhecendo que nem sempre seria possível detectar quando tais mutações ocorreram.

Em sua caminhada nos tortuosos caminhos do folclore, na saga de registros sobre o labor e o lúdico, Núbia Marques (1999, p. 20) teve como “fio condutor a tentativa de explicar a perenidade ancestral, caráter do folclore e do mundo mágico presente em nosso cotidiano”.

Se, por um lado, a vida da intelectual expirou e o eco de suas palavras fortes em defesa dos pobres dissiparam no tempo; por outro, os seus princípios permanecem resistindo em seus textos. Como mágica, Núbia Marques permanece a nos convocar a defender os saberes e fazeres das camadas populares. Nos provoca a pensar o nosso tempo, a olhar para além das barreiras que circundam a universidade, para olhar e ver, o povo.

Em um momento de muitas vozes e poucos ouvidos, a experiência folclórica de Núbia Marques nos parece ser exemplar para o regaste de uma humanidade diluída. Um sussurro de esperança para resistirmos. Em um ano na qual mais uma vez o silêncio impera em mais um caso de chacina de vidas negras e pobres, as palavras de Núbia Marques emergem como um grito de esperança: vamos cruzar a João Bebe Água! Vamos ouvir e entender o que os pobres pensam. Vamos deixar de lado a síndrome contemporânea de Narciso, abandonar a perspectiva da selfie e lutar em defesa daqueles que fazem a história deste país: é a hora de nos voltarmos para a experiência dos de baixo.

Como Núbia do Nascimento Marques provocou, podemos romper com o modelo de colocação das utopias sempre alhures, além do tempo. Não temos mais tempo. Pela sobrevivência do humano, te-

mos que fazer da utopia história. Não em um amanhã distante e desfocado, mas no hoje e agora. Lutar e sonhar é o caminho de honrar o pensamento de Núbia Marques.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história**. São Paulo: Intermeios, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **“O morto vestido para um ato inaugural”**: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

MARQUES, Núbia do Nascimento. **O luso, o lúdico e o perene e outros ensaios: 500 anos do descobrimento**. Rio de Janeiro: Imago, 1999. 163 p.

MARQUES, Núbia do Nascimento. **Aspectos do folclore em Sergipe**. Aracaju: ASL e PMA, 1996.

MARQUES, Núbia do Nascimento. **João Ribeiro sempre**. Aracaju: UFS, 1996. 226 p. (Nossos clássicos).

MARQUES, Núbia do Nascimento. **Hegemonia cultural na escola**. Aracaju: FUNDESC, 1987. 127 p

MARQUES, Núbia do Nascimento. **O conhecimento que o estudante sergipano tem de sua cultura**. São Cristóvão, 1981. 17 f.

MARQUES, Núbia do Nascimento. **Contribuição ao estudo exploratório sobre possíveis correlações da cultura espontânea com o lazer e desenvolvimento comunitário a partir da observação de alguns folguedos no Estado de Sergipe - Brasil**. 1976. 71 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1976.

MARQUES, Núbia do Nascimento. **Pesquisa de fatos folclóricos I**. Aracaju: SEC, 1972.

MELNIKOFF, Elaine Almeida Aires. **Trajectoria de Núbia Nascimento Marques: contribuições para a educação em Sergipe (1978-1999)**. São Cristóvão, SE, 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

SALES, Tatiane da Silva. **Intelectuais e “folclore” em Sergipe: um estudo sobre a Comissão Sergipana de Folclore (1948-1976)**. 2018. 97 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão, 2018.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “A guarda fiel de nossas tradições e da nossa História”: o Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e os heróis potiguares (1902-1927). *In*: BRITTO, Clóvis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; CERÁVOLO, Suely Moraes. **Estilhaços da memória**: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil. Goiânia: Espaço Acadêmico; Salvador: OMB, 2020. p. 165-182.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Um conto moral que sirva de espelho da vida:” Balthazar Goes, um intelectual pensando o ensino de História. **Interfaces Científicas Educação**, v. 7, n. 2, p. 23-34, 2019.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Simples, atrahente e comovente”: o ensino de História nos programas dos grupos escolares sergipanos (1912-1924). **História & Ensino**, v. 24, n. 1, 2018, p. 165-197.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Ensino de História, espaços e cultura política bandeirante: José Scarameli e a escrita de livros escolares para crianças. **Revista História, Histórias**, v. 5, n. 9, p. 104-126, 2017.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Scenas da História do Brasil”: Esmeralda Masson de Azevedo e a escrita de livros escolares de história para crianças. **Revista História Hoje**, v. 6, n. 12, p. 204-230, 2017.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus Santos. **Ecoss da modernidade**: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926). São Cristóvão, SE: EDUFS, 2013.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 35-36.

THOMPSON, Eduard. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Tradução Antônio Luigi Negro; Sérgio Silva. Campinas-SP: Unicamp, 2007.

Recebido em: 20 de Setembro de 2021

Avaliado em: 10 de Dezembro de 2021

Aceito em: 10 de Dezembro de 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhaigual CC BY-SA

1Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF; Professor do Departamento de História – UFRN.
E-mail: magno.santos@ufrn.br

